

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE SUPERVISÃO DE MANEJO FLORESTAL E CADEIA DE CUSTÓDIA DESDE A FLORESTA ATÉ A SAÍDA DO PRODUTO DA EMPRESA

Suzano S.A – Unidade Mucuri

Mucuri, Bahia

Rod. BR 101, Km 945,5, s/n - Zona Industrial, Mucuri - BA, 45930-000.

www.suzano.com.br

SYS-FM/CERFLOR-0013

DATA DA CERTIFICAÇÃO	21/Fev./2020
DATA DE VALIDADE	20/Fev./2025
DATA DA AUDITORIA	22 a 26/Ago./2022
DATA DA ÚLTIMA FINALIZAÇÃO DO RELATÓRIO	01/Dez./2022

Contato da SysFlor

Vanilda Rosângela de Souza | Diretora

vanilda.souza@sysflor.com.br

+55 (41) 3344 - 5061



PREFÁCIO



A SysFlor é um organismo de avaliação independente, acreditado pela Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro (Cgcre), sob número OCF 0006, para conduzir processos de avaliação do manejo florestal, para a certificação no Programa Brasileiro de Certificação Florestal (Cerflor).

Os Empreendimentos de Manejo Florestal (EMF) que demonstrarem conformidade com os padrões de manejo florestal sustentável ABNT NBR 14789 (florestas plantadas) ou ABNT NBR 15789 (florestas nativas) podem ser certificados e, com isso, realizar declarações em seus produtos certificados e fazer uso do Selo de Conformidade do Cerflor para fins comerciais. O certificado possui validade de 5 anos, com supervisão regular da Sysflor.

Após a obtenção da certificação, os EMFs certificados são avaliados anualmente por meio de auditorias de supervisão, que tem como objetivo assegurar a continuidade da conformidade com os requisitos e os padrões de certificação aplicáveis, assim como de:

- Monitorar a conformidade por meio da avaliação da implementação e eficácia do sistema de gestão, considerando as mudanças ocorridas tanto no empreendimento quanto no próprio sistema de gestão;
- Identificar áreas de possíveis melhorias no sistema de gestão implementado;
- Manter a confiança de que o sistema de gestão certificado do cliente continua a atender os requisitos aplicáveis durante os ciclos de certificação.

De acordo com as diretrizes do programa Cerflor e os procedimentos da SysFlor, auditorias de supervisão não têm como objetivo a avaliação integral do escopo de certificação do empreendimento, tal como realizado nas auditorias de certificação (Fase 2) e recertificação. Na prática, as auditorias de supervisão anuais compreendem três componentes principais:

- Uma avaliação do tratamento dado pelo empreendimento a qualquer condição ou Não Conformidade pendente;
- Averiguação de acompanhamento de qualquer questão não resolvida que tenha surgido antes da auditoria de supervisão; e
- Se necessário, uma avaliação focada em tópicos ou assuntos selecionados, associados aos dois primeiros componentes.

Os critérios de auditoria utilizados como referência para determinação da conformidade têm como base:

- Os requisitos estabelecidos nas normas de certificação aplicáveis do programa Cerflor;
- As evidências de implantação e implementação do sistema de gestão desenvolvido pelo empreendimento, obtidas por meio de um processo de amostragem da informação disponível.

Organização deste relatório

Este relatório corresponde ao resultado da auditoria de supervisão realizada pela equipe de auditores da SysFlor e está estruturado em duas seções. Na Seção A consiste no Resumo Público do Relatório e contém as informações que devem ser tornadas públicas, segundo os requisitos do Programa de Certificação Cerflor, com o objetivo de proporcionar uma visão geral do processo de avaliação, dos programas administrativos e gerenciais, dos planos de ação em relação à melhoria contínua do manejo florestal e do resultado final da avaliação. A Seção A está disponível para consulta no website da SysFlor (www.sysflor.com.br/downloads). A Seção B contém informações mais detalhadas sobre o sistema de gestão do manejo florestal do empreendimento, sendo tratada, portanto, como de caráter confidencial.

SUMÁRIO

SEÇÃO A – RESUMO PÚBLICO	4
1. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE MANEJO.....	4
1.1. Ciclo de auditorias de supervisão anuais.....	4
1.2. Equipe da Auditoria	4
1.3. Tempo total dedicado à avaliação.....	5
1.4. Padrões utilizados.....	5
1.5. Identificação do Organismo de Certificação Florestal (OCF).....	6
2. ITINERÁRIO E ATIVIDADES DE AUDITORIA.....	6
3. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO	12
3.1. Não Conformidades (NC) e Oportunidades de Melhoria (OM) existentes	12
3.2. Não Conformidades (NC) e Oportunidades de Melhoria (OM) emitidas nesta avaliação	12
4. COMENTÁRIO DE PARTES INTERESSADAS.....	59
4.1. Grupo de Partes Interessadas Consultadas.....	73
4.2. Resumo dos comentários das partes interessadas e respostas dadas pela equipe	73
5. MUDANÇAS NO SISTEMA DE GESTÃO.....	85
6. MUDANÇAS NO ESCOPO DA CERTIFICAÇÃO E ATUALIZAÇÃO ANUAL DE DADOS	86
6.1. Informações gerais do empreendimento e contatos	86
6.2. Escopo do Certificado.....	87
6.3. Informação Social	117
6.4. Resumo anual do uso de pesticidas	118
7. DECISÃO DE CERTIFICAÇÃO	119
7.1. Recomendação de Certificação pela equipe de avaliação	120
7.2. Decisão de Certificação da SysFlor	120

SEÇÃO A – RESUMO PÚBLICO

1. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE MANEJO

1.1. Ciclo de auditorias de supervisão anuais

<input type="checkbox"/>	1ª auditoria de supervisão	<input checked="" type="checkbox"/>	2ª auditoria de supervisão	<input type="checkbox"/>	3ª auditoria de supervisão	<input type="checkbox"/>	4ª auditoria de supervisão	<input type="checkbox"/>	Outra:
Nome da Empreendimento e abreviação usada nesse relatório:									
Suzano S.A. – Unidade Mucuri, BA ou EMF.									

1.2. Equipe da Auditoria

Nome:	Naiara Teodoro Zamin	Função:	Auditor Líder
Qualificações:	Engenheira florestal, formada pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Mestre em Engenharia Florestal pela UFPR na área de Manejo Florestal. Participou em projetos de pesquisas no Laboratório de Dendrometria da UFPR, voltados à avaliação da estrutura corrente e monitoramento da dinâmica de um fragmento de Floresta Ombrófila Mista no Campus III da UFPR (2009) e ao estudo mensal de crescimento e produção em diâmetro e altura de Araucária e Pínus (2009-2012). Realizou o Curso de Manejo de Florestas Tropicais pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) em 2010. É auditora líder de cadeia de custódia de produtos florestais do FSC desde 2011 e auditora líder de manejo florestal do FSC desde 2013 e Cerflor desde 2014. Possui qualificação como auditora líder em ISO 14001 (sistema de gestão ambiental) e ISO 9001 (sistema de gestão da qualidade). Tem experiência na área de pesquisa em Recursos Florestais e Engenharia Florestal, com ênfase em Manejo Florestal. Atua desde 2013 como Supervisora do Programa de Certificação de Manejo Florestal da Sysflor (FSC, CERFLOR e AFI), representante da SCS no Brasil.		
Nome:	Luciano Lisboa Júnior	Função:	Auditor
Qualificações:	Engenheiro Agrônomo, especializado em Silvicultura pela ESALQ, da Universidade de São Paulo – USP. PhD em Solos Florestais (Major) e Estatística Experimental (Minor) pela North Carolina State University (USA). Chefe de Unidade em dois períodos (jan./1978 a ago./1982; jun./1987 a jul./1990) e Pesquisador da Embrapa Florestas ao longo de 15 anos (jan./1978 a dez./1992), atuando nas áreas de silvicultura, solos e nutrição florestal. Engenheiro Sênior da Aracruz Celulose S.A., consultor para assuntos técnicos ambientais do Departamento de Controle Técnico de julho 1992 a abril/1995. Gerente de Meio Ambiente e Segurança Florestal da Aracruz Celulose S.A., com responsabilidades em processos de licenciamento, gestão e certificação ambiental / florestal e segurança do trabalho entre abril/1995 a agosto/2009. Atualmente é Consultor Ambiental de empresas florestais e auditor pela SCS/Sysflor nos processos de certificação florestal FSC e CERFLOR.		
Nome:	Lenir Aparecida Mainardes da Silva	Função:	Auditor
Qualificações:	Assistente Social especialista em Metodologia da Ciência Habilitação Magistério Superior pela Universidade Bezerra de Menezes, Mestre e Doutora pela Universidade Católica de São Paulo-PUC, Pós-Doutora pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul onde desenvolveu		

	o “Estudo sobre os Direitos Fundamentais e Proteção Social, relacionados à Saúde do Trabalhador no contexto do Manejo Florestal”. Professora Adjunta da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Professora permanente no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas – nível Mestrado e Doutorado da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Com experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Serviço Social do trabalho e da Assistência. É auditora de manejo florestal do FSC e CERFLOR.		
Nome:	Vitor Hugo Bueno Fogaça	Função:	Auditor
Qualificações:	Doutor em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2019). Doutorando em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa/Paraná (2014). Especialista em Direito e Processo do Trabalho pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS (2019). Graduado em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2011). Advogado inscrito na OAB/PR 62.753.		
Nome:	Francisco Adelar Ferreira Carvalho	Função:	Especialista Técnico
Qualificações:	Técnico agrícola pela Escola Técnica de Agricultura, Viamão, RS e Técnico de Segurança do Trabalho pela FEJARI, Monte Dourado, PA. Possui grande experiência em saúde e segurança no trabalho, atuando há mais de quinze anos no setor florestal, na implementação de Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional, para atendimento aos requerimentos Cerflor e FSC.		

1.3. Tempo total dedicado à avaliação

A. Número de dias dedicados à avaliação:	5
B. Número de auditores participantes na avaliação:	4
C. Número de dias gastos com qualquer especialista técnico (em adição ao valor do item A):	5
D. Dias adicionais, dedicados à preparação, consulta às partes interessadas e acompanhamento pós-auditoria:	2
E. Número total de Auditor Dia(s) utilizado na avaliação (A x B + D + C):	27

1.4. Padrões utilizados

1.4.1. Padrões do Programa Cerflor aplicáveis

Padrões aplicáveis (marque todos os que se aplicam)	
<input checked="" type="checkbox"/>	ABNT NBR 14789:2012 – Manejo florestal sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais. 3ª Edição. 12 de dezembro de 2012.
<input type="checkbox"/>	ABNT NBR 15789:2013 – Manejo florestal – Princípio, critérios e indicadores para florestas nativas. 2ª Edição. 27 de dezembro de 2013.
<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria do Inmetro nº 547, 25 de outubro de 2012.
<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria do Inmetro nº 54, 28 de janeiro de 2014.

<input type="checkbox"/>	Anexo A da NIT-DICOR-54 - Requisitos para Certificação de UMF-múltipla (ou multi-site), Rev. 07, Julho de 2016
--------------------------	--

1.4.2. Padrões utilizados em auditorias combinadas

<input type="checkbox"/> Não aplicável. Não foi realizada uma auditoria combinada.		
Título do padrão*	Versão	Data da Publicação
FSC-STD-BRA-01-2014, V1-1 (Florestas Plantadas)	V1-1	2014

*Os resultados da avaliação desse padrão estão contidos em um relatório separadamente das conclusões dessa auditoria.

1.5. Identificação do Organismo de Certificação Florestal (OCF)

Escopo da Acreditação	A SysFlor Certificações Florestais está acreditada pela Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro (Cgcre), sob número OCF 0006, para realização de processos de certificação de manejo florestal com base nas normas ABNT NBR 14789 e ABNT NBR 15789, podendo emitir certificados com a logomarca deste organismo acreditador.
Histórico da Sysflor	<p>A SysFlor foi fundada em 2007, com o objetivo de representar, no território brasileiro, um organismo de certificação estrangeiro no desenvolvimento de projetos de avaliação independente para a certificação de manejo florestal e cadeia de custódia de produtos florestais. A partir de 2008 vários outros programas passaram a ser fornecidos através da SysFlor, tais como verificação e validação de projetos de carbono, verificação de legalidade (LHV), certificação de biocombustíveis (ISCC, RSB e Bonsucro), certificação de biomassa (Sustainable Biomass Program – SBP).</p> <p>Em maio de 2014, a SysFlor recebeu a acreditação, pela Coordenação Geral de Acreditação (Cgcre) do Inmetro (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia), sob número OCF 0006, para atuar como Organismo de Certificação Florestal, na certificação de manejo de plantações florestais com base na norma ABNT NBR 14789. Em junho de 2015, foi acreditada pela Cgcre, para realização de Auditorias Florestais Independentes (AFI) e, em julho do mesmo ano, foi acreditada para a certificação de manejo de florestas nativas segundo o programa Cerflor, com base na norma ABNT NBR 15789.</p>
Responsável pela Sysflor	Vanilda Rosângela de Souza – Diretora
Dados para Contato	<p>Endereço: Rua XV de Novembro, 1155, Sala 1605, Centro, 80060-000, Curitiba, Paraná, Brasil</p> <p>Telefone: +55 (41) 3344-5061</p> <p>E-mail: vanilda.souza@sysflor.com.br</p> <p>Website: www.sysflor.com.br</p>

2. ITINERÁRIO E ATIVIDADES DE AUDITORIA

Data: 22/08/2022	
UMF / Local / sítios visitados	Atividades / notas

Escritório do EMF – Mucuri/BA.	<ul style="list-style-type: none"> • Reunião de abertura: Apresentação da equipe de auditoria, revisão do escopo de auditoria, plano de auditoria, introdução/atualização sobre os padrões Cerflor, confidencialidade e sumário público, metodologia utilizada para a auditoria e avaliação da conformidade, procedimentos de segurança e emergência para a equipe de avaliação, seleção dos sites a serem visitados; • Checagem das ações adotadas para as não conformidades abertas na auditoria anterior; • Verificação de documentos e registros; • Entrevista com colaboradores.
Escritório do EMF – Mucuri/BA.	<ul style="list-style-type: none"> • Seleção dos sites a serem visitados; • Planejamento das consultas públicas; • Checagem das ações adotadas para as não conformidades abertas na auditoria anterior; • Verificação de documentos e registros; • Entrevista com o setor jurídico de contencioso ambiental; • Entrevista com o setor responsável pelo monitoramento de EPS; • Entrevista com o setor responsável pelas relações de trabalho e sindicais; • Entrevista com colaboradores do setor de sustentabilidade para checagem de mapas das comunidades tradicionais e locais. • Identificação dos programas sociais.
Inspeção do depósito de químicos (agrotóxicos e fertilizantes), na Fábrica, Mucuri – BA.	<ul style="list-style-type: none"> • Verificação das reformas realizadas para vedação à entrada de animais; • Sinalização de segurança e equipamento de proteção coletiva (chuveiro e lava-olhos); • Condições de armazenamento dos produtos: separação / distanciamento dos produtos, altura das caixas; • Sistema de contenção a vazamentos e disposição de kits de emergência; • Extintores de incêndios, datas de manutenção e validade; • Sistema de ventilação / exaustão; • Controles de estoque dos produtos armazenados; • Disposição e atualização das FISPQs dos produtos armazenados.
Data: 23/08/2022	
UMF / Local / sítios visitados	Atividades / notas
Inspeção de campo: B7AL.	<ul style="list-style-type: none"> • Vistoria em operações de Carregamento, MV e silvicultura (EPS); • Entrevista com trabalhadores; • Verificação das condições de saúde e segurança na frente de trabalho; • Inspeção na área de vivência; • Verificação do desenvolvimento geral dos povoamentos florestais; • Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Verificação das condições das estradas e aceiros; • Verificação de mapas vs verdade terrestre.
Inspeção de campo: B7CR.	<ul style="list-style-type: none"> • Vistoria em operações de colheita (módulo 4); • Entrevista com trabalhadores; • Verificação das condições de saúde e segurança na frente de trabalho; • Inspeção na área de vivência;

	<ul style="list-style-type: none"> • Verificação do desenvolvimento geral dos povoamentos florestais; • Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Verificação das condições das estradas e aceiros; • Verificação de mapas vs verdade terrestre.
Comunidades, Mucuri, BA.	<ul style="list-style-type: none"> • Consulta pública.
Inspeções de campo: B7AL66, Nova Viçosa, BA.	<ul style="list-style-type: none"> • Vistoria em operações de Capina Química Mecanizada – Equipe Própria; • Entrevista com trabalhadores; • Verificação das condições de saúde e segurança na frente de trabalho; • Inspeção nas áreas de vivência; • Verificação das instalações para banho obrigatório requerido pela NR 31.7.6.1 • Verificação do desenvolvimento geral dos povoamentos florestais; • Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Verificação das condições das estradas e aceiros; • Verificação de mapas vs verdade terrestre.
Inspeções de campo: B6AI01, Caravelas, BA.	<ul style="list-style-type: none"> • Vistoria em operações de Plantio Manual – Equipe Própria; • Entrevista com trabalhadores; • Verificação das condições de saúde e segurança na frente de trabalho; • Inspeção nas áreas de vivência; • Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Verificação das condições das estradas e aceiros; • Verificação de mapas vs verdade terrestre.
Inspeções de campo: B6AD06, Alcobaça, BA.	<ul style="list-style-type: none"> • Vistoria em operações de Colheita Mecanizada – Equipe Própria, Módulo 09; • Entrevista com trabalhadores; • Verificação das condições de saúde e segurança na frente de trabalho; • Inspeção do Módulo de Colheita; • Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Verificação das condições das estradas e aceiros; • Verificação de mapas vs verdade terrestre.
Comunidade Oliveira Costa – BA.	<ul style="list-style-type: none"> • Consulta pública para verificação dos projetos sociais, desenvolvidos pela associação dos apicultores do Picadão.
Comunidade Cruzelândia, Distrito de Mucuri- BA.	<ul style="list-style-type: none"> • Consulta pública Verificação situação contratos com a associação de apicultores.
Distrito do Poço da Mata – BA.	<ul style="list-style-type: none"> • Consulta pública com artesã de madeira da região. • Consulta Centro de referência Assistência Social - identificação da relação empresa e comunidades.
Inspeção de campo: B4AG.	<ul style="list-style-type: none"> • Inspeção de nova área para inclusão no escopo da auditoria; • Verificação do desenvolvimento geral e sanidade dos povoamentos florestais; • Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Verificação das condições das estradas e aceiros; • Verificação de mapas vs verdade terrestre.
Inspeção de campo: B2BQ, Alcobaça, BA.	<ul style="list-style-type: none"> • Vistoria em operações de coroamento (EPS); • Entrevista com trabalhadores;

	<ul style="list-style-type: none"> • Verificação das condições de saúde e segurança na frente de trabalho; • Inspeção nas áreas de vivência; • Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Verificação das condições das estradas e aceiros; • Verificação de mapas vs verdade terrestre.
Inspeção de campo: B2B2, Teixeira de Freitas, BA.	<ul style="list-style-type: none"> • Vistoria em operações de plantio para restauração (EPS); • Entrevista com trabalhadores; • Verificação das condições de saúde e segurança na frente de trabalho; • Inspeção na área de vivência; • Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Verificação das condições das estradas e aceiros; • Verificação de mapas vs verdade terrestre.
Inspeção de campo: B2BZ, Alcobaça, BA.	<ul style="list-style-type: none"> • Vistoria em operações de preparo de solo (equipe própria); • Entrevista com trabalhadores; • Verificação das condições de saúde e segurança na frente de trabalho; • Inspeção nas áreas de vivência; • Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Verificação das condições das estradas e aceiros; • Verificação de mapas vs verdade terrestre.
Data: 24/08/2022	
UMF / Local / sítios visitados	Atividades / notas
Escritório do EMF – Mucuri/BA.	<ul style="list-style-type: none"> • Entrevista com o setor de inteligência patrimonial; • Entrevista com o setor jurídico de contencioso imobiliário.
Representantes sindicais dos trabalhadores, Teixeira de Freitas/BA.	<ul style="list-style-type: none"> • Consulta pública.
Centro de Manutenção de Carretas – CMC, Mucuri, BA.	<ul style="list-style-type: none"> • Vistoria nas instalações do CMC: conceito de manutenção adotado; • Cuidados ambientais adotados: sistema de lavagem, separação de água e óleo; separação de lama; • Gestão de resíduos; • Transporte de madeira com hexa-trem; • Entrevista com trabalhadores; • Verificação das condições de saúde e segurança.
Viveiro de Produção de Mudas Itabatã, Mucuri - BA.	<ul style="list-style-type: none"> • Vistoria nas instalações do Viveiro; • Cuidados ambientais adotados: uso de químicos, irrigação e geração de efluentes; • Entrevista com trabalhadores; <p>Verificação das condições de saúde e segurança.</p>
Inspeção de campo: B4BE01 Mucuri, BA.	<ul style="list-style-type: none"> • Inspeção de nova área para inclusão no escopo da auditoria • Verificação do desenvolvimento geral e sanidade dos povoamentos florestais; • Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Verificação das condições das estradas e aceiros; <p>Verificação de mapas vs verdade terrestre.</p>

Inspeção de campo: B4A301 Mucuri, BA.	<ul style="list-style-type: none"> • Inspeção de nova área para inclusão no escopo da auditoria • Verificação do desenvolvimento geral e sanidade dos povoamentos florestais; • Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Verificação das condições das estradas e aceiros; • Verificação de mapas vs verdade terrestre.
Sala Comuruxatiba, Fábrica, Mucuri – BA.	<ul style="list-style-type: none"> • Checagem das ações adotadas para as não conformidades abertas na auditoria anterior.
Comunidade Cândido Mariano.	<ul style="list-style-type: none"> • Consulta Pública Associação quilombola Cândido Mariano; • Consulta Pública à associação dos Produtores Rurais de Cândido Mariano para identificação da situação dos contratos de comodato com os associados e empresa.
Comunidade Espora Gato- Helvécia –BA.	<ul style="list-style-type: none"> • Consulta Pública Associação dos Agricultores Familiar, identificação da situação de Contratos de Comodato. • Consulta Pública Associação de Pequenos Produtores Rurais –Espora Gato, verificação situação de Contratos de Comodato.
Cemitério São Pedro Helvécia Alto valor de conservação.	<ul style="list-style-type: none"> • Verificação e identificação da situação de gestão do cemitério São Pedro.
Inspeção de campo: B3AF, Caravelas, BA.	<ul style="list-style-type: none"> • Vistoria em operações de controle de exóticas (EPS); • Entrevista com trabalhadores; • Verificação das condições de saúde e segurança na frente de trabalho; • Inspeção na área de vivência; • Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Verificação das condições das estradas e aceiros; • Verificação de mapas vs verdade terrestre.
Inspeção de campo: B3CC.	<ul style="list-style-type: none"> • Vistoria em operações de carregamento; • Entrevista com trabalhadores; • Verificação das condições de saúde e segurança na frente de trabalho; • Inspeção na área de vivência; • Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Verificação das condições das estradas e aceiros; • Verificação de mapas vs verdade terrestre.
Comunidade Brascan – Pré- assentamento Eunice Adriana.	<ul style="list-style-type: none"> • Consulta pública.
Inspeção de campo: B3B9, Caravelas, BA.	<ul style="list-style-type: none"> • Vistoria em operações de limpeza de cepa (EPS); • Entrevista com trabalhadores; • Verificação das condições de saúde e segurança na frente de trabalho; • Inspeção na área de vivência; • Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Verificação das condições das estradas e aceiros; • Verificação de mapas vs verdade terrestre.
Data: 25/08/2022	
UMF / Local / sítios visitados	Atividades / notas

Escritório do EMF – Mucuri/BA.	<ul style="list-style-type: none"> • Entrevista com o setor jurídico de contencioso imobiliário; • Entrevista com o setor jurídico de contencioso trabalhista; • Entrevista com o setor de Recursos Humanos; • Entrevista com o setor tributário do EMF; • Entrevista com o setor jurídico de contencioso cível; • Verificação dos procedimentos canais de diálogo; • Entrevista com colaboradores de responsabilidade social; • Revisão de documentação social; • Verificação dos registros de estudo de conversão das áreas avaliadas para inclusão no escopo; • Checagem das ações adotadas para as não conformidades abertas na auditoria anterior.
Sala Abrolhos, Fábrica, Mucuri, BA.	<ul style="list-style-type: none"> • Licenciamento Ambientais: plantios, outorgas de água e autorizações; • Projeto: Corredor Central da Mata Atlântica; • Pesquisas Material Genético e OGM; • Gestão de Resíduos; • Restauração Ambiental, PRAD, Eliminação de Exóticas em áreas de conservação (APP/RL); • Proteção Florestal, Manejo Integrado de Pragas / controle; biológico de pragas e Monitoramentos de Pragas e Doenças; • Verificação de outros documentos e registros; • Entrevistas com colaboradores.
Data: 26/08/2022	
UMF / Local / sítios visitados	Atividades / notas
Escritório do EMF – Mucuri/BA.	<ul style="list-style-type: none"> • Entrevista com o setor jurídico de contencioso tributário; • Revisão da documentação trabalhista; • Revisão da documentação fundiária; • Verificação da documentação de saúde e segurança do trabalho; • Verificação dos monitoramentos de Excelência Operacional; • Consulta pública por telefone com parte interessada; • Entrevistas com colaboradores.
Sala Abrolhos, Fábrica, Mucuri, BA.	<ul style="list-style-type: none"> • Procedimentos de Silvicultura; • Monitoramentos Ambientais e Indicadores; • Mapeamento de solos e Nutrição Florestal; • Verificação de documentos e registros; • Entrevistas com colaboradores.
Escritório do EMF – Mucuri/BA.	<ul style="list-style-type: none"> • Preparação da Reunião de Encerramento: Auditor(es) consolida(m) notas, delibera(m) e confirma(m) as conclusões da auditoria.
Escritório do EMF – Mucuri/BA.	<ul style="list-style-type: none"> • Reunião de Encerramento: Revisão das constatações preliminares (potenciais não conformidades e observações) e discussão das próximas etapas.

3. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

3.1. Não Conformidades (NC) e Oportunidades de Melhoria (OM) existentes

Constatação Número: 2021-01						
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input checked="" type="checkbox"/> NC menor <input type="checkbox"/> OM						
NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):						
Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input checked="" type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):					
Indicador(es) Cerflor:	1.1. b					
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):						
<p>Apesar de demonstrar o cumprimento da legislação trabalhista, incluindo as obrigações relativas à jornada de trabalho, foi observada a existência de grupos de WhatsApp, criados e utilizados para informação e comunicação, por gestores e colaboradores de diferentes funções e níveis hierárquicos. O encaminhamento/recebimento de mensagens e diálogos ocorre sem critérios/regras, inclusive ao longo do horário de descanso, apesar da existência de recomendações contrárias na ferramenta “Regras de Ouro”, do EMF, sobre horários de trabalho. Não foi identificada a definição e implementação de regras para o uso desse aplicativo e para as conversas nos grupos de WhatsApp, criados nos diferentes setores da empresa.</p>						
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):						
Entrevistas; Análise documental.						
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>						
Ação Imediata (quando aplicável)	1. Elaborado material com as orientações e boas práticas para a utilização do WhatsApp e/ou outras ferramentas de comunicação					
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	1. Falha na clareza das regras de utilização da ferramenta de comunicação (WhatsApp)					
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	<p>O EMF irá elaborar um material com diretrizes e orientações para o uso de ferramentas de comunicação, sendo feita a divulgação e treinamento para os gestores das equipes operacionais.</p> <p>Além disso, com o programa Gente Presente, a equipe de Gente e Gestão realizará avaliação de campo para esclarecer dúvidas e verificar a efetividade das diretrizes do uso das ferramentas de comunicação.</p>					
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação	O que fazer (ação de correção)	Área Responsável	Quando (prazo/conclusão)	Porque (justificativa da ação)	Como (detalhamento da ação)	Onde

de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	1. Divulgar para os gestores e supervisores o material de comunicação com orientações/diretrizes do uso de ferramentas de comunicação (por exemplo, WhatsApp).	Comunicação e Gente e Gestão	30/04/2022	Para conscientizar sobre o uso da ferramenta WhatsApp no ambiente de trabalho.	Será formalizado por e-mail aos gestores o material de uso da ferramenta.	UNF-BA
	2. Realizar treinamentos com os gestores.	Gente e Gestão	30/05/2022	Para observar as regras de comunicação dentro do horário de trabalho.	Será ministrado treinamento aos gestores para uso adequado das ferramentas de comunicação e abordando questões de legalidade.	UNF-BA
	3. Inserir o treinamento na plataforma US.	Gente e Gestão	15/06/2022	Para se ter uma abrangência maior aos processos.	Disponibilizando na plataforma US para acesso quando da necessidade de eventuais dúvidas.	UNF-BA
	4. Realizar o monitoramento junto aos colaboradores de campo sobre a efetividade das diretrizes de comunicação.	Gente e Gestão	15/06/2022	Para melhorar a comunicação e esclarecimento de dúvidas entre os colaboradores de campo e a área de G&G.	Por meio das visitas de campo na área (Gente Presente).	UNF-BA
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)					
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):					
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)	O EMF identificou a falha na clareza das regras de utilização da ferramenta de comunicação (WhatsApp), desta forma, elaborou material com as orientações e boas práticas para a utilização do WhatsApp e/ou outras ferramentas de comunicação.					

E práticas que são joia!

TODAS AS LOCALIDADES

Uso do WhatsApp e e-mails

WhatsApp:
A não ser em casos urgentes ou emergência, não recomendamos mandar mensagens de trabalho fora do horário de expediente ou aos finais de semana

E-mail:
A regra de WhatsApp vale para também para e-mails. Aguarde o horário mais adequado para enviar uma mensagem, evitando também os finais de semana

Priorize canais oficiais:
para demandas de trabalho, priorize canais oficiais, como e-mail, Teams, Workplace

Bloqueio de agenda

Programe-se:
Bloqueie sua agenda para o almoço, para assuntos pessoais como médico, e também para se dedicar a temas que necessitam de dedicação e foco

Faça a gestão do seu tempo.;

Sendo feita a divulgação e treinamento para os gestores das equipes operacionais. Além disso, com o programa Gente Presente, a equipe de Gente e Gestão realizou avaliação de campo para esclarecer dúvidas e verificar a efetividade das diretrizes do uso das ferramentas de comunicação.



Atenção ao uso do WhatsApp

Evite enviar mensagens para os times fora do horário de trabalho.

Evidências:

01_NCR_FSC_01_NCR_CERFLOR

Revisão da SysFlor
(Análise de eficácia)

O EMF criou um comunicado interno por meio do canal “Papo de Líder”, orientando as lideranças no sentido de se evitar o uso do aplicativo WhatsApp e trazendo alternativas ao uso do mesmo. Para aferir a efetividade das novas normas, o chamado “Time Brasil”, vinculado à área de Gente e Gestão, realizou visitas em campo para ouvir tanto os trabalhadores quanto as lideranças acerca de diversos temas, dentre os quais o uso de aplicativos de comunicação. Não foram identificados, por parte do “Time Brasil”, relatos de desconformidade no uso do WhatsApp após a implementação das novas regras, conforme entrevistas com o setor responsável. Além disso, durante as entrevistas de campo aferiu-se que o uso

	do aplicativo tem ocorrido de forma absolutamente eventual e em situações e emergência, como alterações de atividades em virtude de condições climáticas. Sendo assim, diante da criação de novo protocolo por parte do EMF, a não conformidade pode ser fechada.
Situação atual da NC/OM:	<input checked="" type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)

Constatação Número: 2021-02							
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input checked="" type="checkbox"/> NC menor <input type="checkbox"/> OM							
NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):							
Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input checked="" type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):						
Indicador(es) Cerflor:	1.2. d						
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):							
<p>O EMF apresentou o histórico de registros das ações fundiárias estabelecidas no período de 1992 a 2021, relacionadas a reintegração de posse, desapropriação, ação de despejo e Interdito proibitório. No entanto, o documento apresentado não contempla todos os processos ou registros de ações fundiárias, com as ocupações de áreas identificadas nas verificações de campo, como as ocupações 11D-BRASCAN e T212/684/728 -MOLTRAF.</p>							
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):							
Registros de ações fundiárias.							
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>							
Ação Imediata (<i>quando aplicável</i>)	Atualização da planilha de ações possessórias, com a inclusão dos imóveis.						
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	Ausência de correlação das informações da planilha de ações possessórias e a planilha de ocupações irregulares.						
Ação Corretiva determinada pelo EMF (<i>ou Ação de Melhoria</i>) (<i>incluindo qualquer evidência encaminhada</i>)	O EMF irá criar uma ferramenta (Portal de Governança de Dados das Ocupações Irregulares) com identificação das fazendas nos processos jurídicos envolvidos, facilitando a consulta, visualização e status de cada processo.						
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (<i>incluindo</i>	O que fazer de (ação correção)	Área Responsável	Quando (prazo/ conclusão)	Porque (justificativa da ação)	Como (detalhamento da ação)	Onde	

qualquer evidência encaminhada)	1. Criar ferramenta com identificação das fazendas nos processos jurídicos envolvidos.	Jurídico	30/03/2022	Para analisar e quantificar em área os cadastros especializados e correlacionar com os processos jurídicos, garantindo que as informações estejam disponibilizadas e acessíveis com os mesmos dados.	Por meio da criação do Portal de Governança de Dados das Ocupações Irregulares, a partir da base Zenith.	UNF-BA
	2. Promover a divulgação da ferramenta aos envolvidos no processo.	Jurídico	30/04/2022	Para garantir a disseminação da ferramenta desenvolvida aos envolvidos.	Através de divulgação da ferramenta em reuniões e GT de Terras	UNF-BA
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)					
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):					
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)	<p>O EMF fez a atualização da planilha de ações possessórias, com a inclusão dos imóveis e estabeleceu uma ferramenta (Portal de Governança de Dados das Ocupações Irregulares) com identificação das fazendas nos processos jurídicos envolvidos, facilitando a consulta, visualização e status de cada processo.</p> <p>As informações no portal possibilitar analisar e quantificar em área os cadastros especializados e correlacionar com os processos jurídicos, garantindo que as informações estejam disponibilizadas e acessíveis com os mesmos dados.</p> <p>Também foram realizados a disseminação da ferramenta desenvolvida aos envolvidos.</p> <p>03_NCR_FSC_02_NCR_CERFLOR</p>					
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)	<p>Foi evidenciada a criação do Portal de Governança de Dados das ocupações Irregulares, buscando um aprimoramento da gestão de terras e eventuais conflitos de natureza fundiária, onde é possível identificar todas as ocorrências junto ao EMF. Verificou-se que o empreendimento passou a adotar um sistema de registro de campo baseado no uso da ferramenta ROip (Registro de Ocorrências de Inteligência Patrimonial), onde são catalogadas todas as ocorrências de natureza fundiária. Todos os registros constantes no referido sistema contam com uma descrição detalhada da ocorrência (natureza individual, coletiva ou de movimentos sociais/datas de ocorrência/tentativas de tratativas/tamanho da área ocupada). A partir de análise dos dados por meio de entrevistas com a área de inteligência patrimonial e jurídica, verificou-se a existência de um detalhamento satisfatório das ocorrências e das formas de solução de conflitos buscadas pelo EMF. Ainda, a partir</p>					

	de análise da planilha “Ações imobiliárias – BA 19.08.2022”, gerada a partir do sistema mencionado, foi identificado o registro e o acompanhamento das demandas 0000670-57.2013.8.05.0005, referente à ocupação T212/684/728-MOLTRAF, e 8000614-39.2016.8.05.0050, referente à ocupação 11D-BRASCAN, permitindo-se o fechamento da não conformidade.
Situação atual da NC/OM:	<input checked="" type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)

Constatação Número: 2021-03	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input checked="" type="checkbox"/> NC menor <input type="checkbox"/> OM	
NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):	
Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input checked="" type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Indicador(es) Cerflor:	1.2. d
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): Foi identificada em consulta pública e no mapa de localização de comunidades locais e tradicionais, a ocupação de uma área da empresa (T212/684/728 -MOLTRAF), ocorrida em 2013, no município de Alcobaça/BA. Verificou-se que há um processo ajuizado para a questão (número 0000670-57.2013.805.0005), que está paralisado, aguardando novas negociações, incluindo órgãos públicos competentes. Desse modo, o EMF não evidenciou estar encaminhando ações para resolução da disputa fundiária e nem apresentou um plano de trabalho para retomada das ações necessárias para tratamento da questão.	
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): Registros de ações fundiárias; Consulta pública.	
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>	
Ação Imediata (<i>quando aplicável</i>)	Levantadas as informações e histórico dos processos de ocupações irregulares que estão paralisados, com as seguintes ações: 1. identificação das ocupações irregulares - IP 2. Avaliação de quais foram Judicializados - Jurídico 3. Levantamento do histórico das negociações - Desenvolvimento Social.
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	Ausência de direcionador/diretrizes quando há processos paralisados. Ausência na continuidade das negociações entre as partes envolvidas.

<p>Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)</p>	<p>O EMF irá resgatar histórico de negociações e buscar estabelecer um novo canal de diálogo junto aos movimentos sociais. Em seguida, irá estabelecer uma estratégia de atuação junto ao jurídico e operações para análise de possíveis soluções.</p>					
<p>Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)</p>	<p>O que fazer (ação de correção)</p>	<p>Área Responsável</p>	<p>Quando (prazo/ conclusão)</p>	<p>Porque (justificativa da ação)</p>	<p>Como (detalhamento da ação)</p>	<p>Onde</p>
	<p>1. Estabelecer o status de monitoramento das ocupações nos GT de Ocupações</p>	<p>Jurídico</p>	<p>20/04/2022</p>	<p>Para manter os processos de negociações ativos</p>	<p>No GT de ocupações, trazendo o andamento das tratativas das negociações que estão em andamento</p>	<p>UNF-BA</p>
	<p>2. Estabelecer novo canal de diálogo junto aos movimentos sociais.</p>	<p>Desenvolvimento Social</p>	<p>15/04/2022</p>	<p>Para conhecer as atuais lideranças e reestabelecer um canal de diálogo com os mesmos.</p>	<p>Através de realização de reuniões (virtuais ou presenciais) para abertura do diálogo com os movimentos.</p>	<p>UNF-BA</p>
	<p>3. Estabelecer o plano de trabalho para cada tipo de ocorrência</p>	<p>Desenvolvimento Social</p>	<p>15/05/2022</p>	<p>Para acompanhamento das negociações das ocupações</p>	<p>Através de análise e ações a serem tomadas</p>	<p>UNF-BA</p>
	<p>4. Estabelecer estratégia junto ao jurídico e operações (GT), Atualizar o status das ocupações.</p>	<p>Jurídico</p>	<p>15/05/2022</p>	<p>Para identificar as oportunidades de resolução por meio do diálogo com as lideranças, a fim de evitarmos conflitos.</p>	<p>Avaliando internamente quais as alternativas para encaminhamentos necessários junto à diretoria.</p>	<p>UNF-BA</p>
<p>Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima):</p>					
<p>Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)</p>	<p><input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):</p>					
<p>Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)</p>	<p>O EMF possui procedimentos para resolução de conflitos (PO.35.01.0002 Conflitos Fundiários) e MA 26.00.0001 - Manual de Gestão do Relacionamento Identificou a ausência de direcionador/diretrizes quando há processos paralisados, bem como, não teve a continuidade das negociações entre as partes envolvidas. Fez o levantamento das informações e histórico dos processos de ocupações irregulares que estão paralisados, com as seguintes ações: 1. identificação das ocupações irregulares; 2. Avaliação de quais foram judicializados;</p>					

	<p>3. Levantamento do histórico das negociações.</p> <p>Buscou estabelecer um novo canal de diálogo junto aos movimentos sociais (Exemplo FETAG) para conhecer as atuais lideranças e reestabelecer diálogo com os mesmos, para identificar as oportunidades de resolução com as lideranças e evitar conflitos.</p> <p>No encaminhamento dos processos para avaliação e busca de resolução dos conflitos fundiários, estabeleceu o status de monitoramento das ocupações nos GT de Ocupações, bem como, vem atuando junto ao jurídico e operações para análise de possíveis soluções e negociações das ocupações.</p> <p>04_NCR_FSC_03_NCR_CERFLOR</p>
<p>Revisão da SysFlor <i>(Análise de eficácia)</i></p>	<p>O EMF apresentou um plano de ação para a resolução do conflito sob processo número 0000670-57.2013.805.0005 (Evidência: PLANO DE AÇÃO - 2021_04 NC MENOR (RESOLUÇÃO DE CONFLITOS FUNDIÁRIOS)), além de evidenciar que o tema tem sido objeto de tratativas em um grupo de trabalhos que discute os conflitos fundiários em que a corporação esteja envolvida (Evidência: ATA GT DE OCUPAÇÕES IRREGULARES CORPORATIVO - FEV.2022). O empreendimento também comprovou que tem realizado reuniões e diálogos com as lideranças da comunidade presente na área controvertida (Evidência: Memória da Reunião com a FETAG e Suzano em 08 de março de 2022). O referido plano de ação desenvolvido traz uma linha do tempo, a partir de março de 2022, com todos os esforços do EMF no sentido de buscar uma aproximação e ampliação do diálogo com as pessoas que residem na área ocupada. O EMF definiu, em comum acordo com as lideranças da ocupação, que aguardarão a definição dos cenários eleitorais tanto no estado quanto em nível federal, a fim de traçar as alternativas mais adequadas para a resolução da questão possessória e de domínio fundiário. Considerando-se a retomada do diálogo social, bem como a indicação de existência de um planejamento mínimo para a solução da questão, a não conformidade pode ser fechada.</p>
<p>Situação atual da NC/OM:</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Fechada</p> <p><input type="checkbox"/> Outra decisão <i>(consulte descrição acima)</i></p>

Constatação Número: 2021-04	
<p>Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input checked="" type="checkbox"/> NC menor <input type="checkbox"/> OM</p>	
<p>NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):</p>	
<p>Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação</p>	<p><input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final</p> <p><input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação)</p> <p><input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria)</p> <p><input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):</p>
<p>Indicador(es) Cerflor:</p>	<p>1.3 e</p>
<p>Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):</p>	

Na verificação do programa de gestão em saúde e segurança do trabalho do EMF, observou-se que:

- Não foi evidenciada a avaliação do desenvolvimento do Programa de Prevenção de Risco Ambiental (PPRA), conforme requer a NR 9, Sub item 9.2.1.1 (Análise Global);
- Não foram descritos os riscos ambientais químicos, conforme a composição constante na Ficha de Segurança de Produto Químico – FISPQ. Há apenas o nome comercial (Scout, Comet etc.). Além disso, não foi evidenciada a quantificação (mensuração) do agrotóxico/ingrediente ativo nos ambientes de trabalho;
- A Lei Nº 8.213, DE 24 de julho de 1991, requer a contratação de Deficientes nas Empresas e conforme Art. 93 menciona que a empresa com 100 ou mais funcionários está obrigada a preencher de dois a cinco por cento dos seus cargos com beneficiários reabilitados, ou pessoas portadoras de deficiência. Em havendo contratação de PCD a função/cargo deve passar por uma avaliação, conforme previsto na Instrução Normativa da Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT Nº 98 DE 15/08/2012 Art. 11 e 12. De acordo com o Art. 12, quando do exame dos programas relativos à saúde e segurança, tais como o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), o Auditor Fiscal do Trabalho - AFT deve verificar se foram contempladas as medidas necessárias para garantir aos trabalhadores com deficiência e reabilitados condições de trabalho seguras e saudáveis e, da mesma maneira, verificar se a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho Rural (CIPATR), quando obrigatória, acompanha a inclusão desses trabalhadores, inclusive documentando em ata esse acompanhamento. Essas questões não foram evidenciadas no PPRA e PCMSO vigentes;
- Na amostragem realizada para os ASOs, foram observadas divergências dos dados referente a exames complementares e dos riscos com aqueles descritos no PCMSO da Suzano.

Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):

Documentação SSO.

Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)

Ação Imediata (quando aplicável)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Avaliado em qual documento deve constar os riscos; 2. Verificada a aplicabilidade da SIT Nº 98 DE 15/08/2012 Art. 11 e 12; 3. Informado, via e-mail, os pontos a serem considerados na execução do PCMSO e ASO. 4. Identificado que para algumas funções houve deliberação do médico do trabalho em solicitar exames adicionais, conforme sua prerrogativa. 					
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	<ol style="list-style-type: none"> 1. Falha na identificação dos riscos, conforme NR 9; 2. Falha na aplicação da SIT Nº 98 DE 15/08/2012 Art. 11 e 12 no sistema Âmbito; 3. Falha na orientação do preenchimento do ASO para a equipe de Saúde. 					
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	O EMF irá identificar os riscos das atividades, conforme NR 9, obter a avaliação jurídica da aplicabilidade da SIT e atualizar a respectiva obrigação no sistema Âmbito. Além disso, irá elaborar o PGRTR, onde consta os riscos da unidade para atender a NR 31 e, com base neste documento, elaborar o PCMSO. Os ASOs serão preenchidos, conforme no PCMSO atualizado.					
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência)	O que fazer (ação de correção)	Área Responsável	Quando (prazo/conclusão)	Porque (justificativa da ação)	Como (detalhamento da ação)	Onde
	1. Identificar os riscos, conforme NR 9	Segurança do Trabalho	30/04/2022	Para atendimento legal	Realizando a revisão dos riscos das atividades e adequando conforme NR 9 para atualização do PGRTR	UNF-BA

encaminhada)	2. Obter a avaliação jurídica da aplicabilidade da SIT	Segurança do Trabalho	30/03/2022		Através da formalização, por e-mail, da aplicabilidade da lei	UNF-BA
	3. Atualizar a obrigação no Sistema Âmbito	Segurança do Trabalho	30/04/2022		Estabelecendo ações para a área de segurança do trabalho, medicina do trabalho e ergonomia	UNF-BA
	4. Orientação a equipe de Saúde	Medicina Trabalho	30/05/2022		Médico do trabalho fez a verificação do PPRA (Sistema atual) dos riscos por função; Elabora o PCMSO com base nos riscos correlacionando a função e Solicita os exames. Explicando que o processo de solicitação dos exames ocorre por função, podendo solicitar exames adicionais, conforme a prerrogativa Quando recebe PGRTR será considerado para revisão do PCMSO e definição para novos exames (ASO).	UNF-BA
	5. Elaboração do PGRTR	Saúde do Trabalho	30/03/2022		Elaborando conforme NR 31 com a identificação dos riscos	UNF-BA
	6. Elaborar o PCMSO com base nos riscos identificados	Saúde do Trabalho	30/06/2022		Com base nos riscos identificados, elaborar o PCMSO e estabelecer os exames a serem executados nos ASOS	UNF-BA
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima):					
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):					
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)	<p>O EMF identificou que houve uma falha na identificação dos riscos, conforme NR 9 e aplicação da SIT Nº 98 DE 15/08/2012 Art. 11 e 12 no sistema Âmbito, bem como, fez uma verificação do preenchimento do ASO para a equipe de Saúde.</p> <p>Com base nas constatações, realizou a revisão dos riscos das atividades e adequando conforme NR 9 para atualização do PGRTR (NR 31).</p> <p>Em relação a SIT Nº 98 DE 15/08/2012 Art. 11 e 12 obteve a avaliação jurídica da aplicabilidade na Suzano, de forma a identificar em quais documentos poderia ser mencionado, sendo estabelecido ações para a área de segurança do trabalho (PGRTR), CIPATR, medicina do trabalho (PCMSO) e ergonomia.</p>					

	<p>No PCMSO foi incluso que a empresa segue todos os requisitos legais e tem programa para contratação e enquadramento de pessoas com deficiência de acordo com a Lei Nº 8.213.</p> <p>Médico do trabalho fez a verificação dos riscos (Sistema atual) por função para elaboração do PCMSO, solicitando os exames e explicando que o processo de solicitação dos exames ocorre por função, podendo ter exames adicionais, conforme sua prerrogativa.</p> <p>O EMF também fez a elaboração e implementação do PGRTR e CIPATR considerando a SIT Nº 98 DE 15/08/2012, e a NR31.</p> <p>Evidências: 08_NCR_FSC_04_NCR_CERFLOR_SSQV</p>
<p>Revisão da SysFlor <i>(Análise de eficácia)</i></p>	<p>A empresa apresentou as ações corretivas para os desvios identificados, conforme segue:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foi evidenciada a Análise Global do PPRA, conforme NR 09, item 9.2.1.1, datada de dezembro/2021; - O PGRTR – Programa de Gerenciamento de Riscos no Trabalho Rural, revisão 01, datado de junho/2022, contempla a descrição dos riscos ambientais químicos (Anexo II – Inventário de Riscos Ambientais), por função, contemplando na avaliação dos riscos o nome dos ingredientes ativos (p.e. sulfloramida, glifosato, imidacloprido, entre outros), em conformidade com as FISPQ. - No PGRTR – Programa de Gerenciamento de Riscos no Trabalho Rural, revisão 01, datado de junho/2022 (página 27) e no PCMSO emitido em 10/2021 (página 12), são estabelecidas as regras para adequação, quando for o caso, dos ambientes de trabalho para atender as necessidades especiais das PCD – Pessoas com Deficiência. Também foi apresentada a Ata de Reunião da CIPATR Gestão 2021-2023, datada de 31/07/2022, em que se registra que <i>“é atribuição da CIPATR (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho Rural) acompanhar e monitorar os PCD’s nas frentes de serviços com o objetivo da garantia dos direitos estabelecidos da legislação”</i>. - Com relação aos ASOs, foi evidenciado, na amostra de ASO disponibilizados, conformidade para os cargos de Ajudante de viveiro (09/02/2022), Supervisor de Operações Florestal (02/12/2021; 11/08/2022), Ajudante Geral (24/08/2022), Supervisor de Logística Florestal (24/08/2022) e Consultor de Operações Florestais (10/08/2022).
<p>Situação atual da NC/OM:</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Fechada</p> <p><input type="checkbox"/> Outra decisão <i>(consulte descrição acima)</i></p>

Constatação Número: 2021-05

Selecione uma: NC maior NC menor OM

NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):						
Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação					
	<input checked="" type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final					
	<input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação)					
	<input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria)					
	<input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):					
Indicador(es) Cerflor:	2.1. a					
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):						
<p>O EMF possui um Terminal Marítimo, situado no município de Caravelas/BA, que viabilizava o transporte de madeira do Estado da Bahia para uma unidade fabril, localizada no município de Aracruz/ES. De acordo com informações obtidas, tanto do EMF, quanto de partes interessadas, essa atividade está paralisada desde fevereiro de 2021 e sem previsão de retorno. Em consulta realizada aos gestores públicos foi relatada a ocorrência de um fenômeno de deposição de sedimentos lamosos (i.e. lama) em uma faixa litorânea específica, que atinge a praia na cidade de Nova Viçosa/BA. De acordo com os comentários, há uma alegação de que os impactos ambientais gerados nas praias do município provêm da atividade de dragagem, no canal do Tomba, onde localiza-se o Terminal da empresa. O EMF evidenciou que possui uma longa série histórica de monitoramento, incluindo a região de Nova Viçosa, tendo cumprido todas as condicionantes e monitoramentos requeridos pelo órgão ambiental. Ademais, demonstrou que vem tratando essa questão, a partir da participação em um Grupo de Trabalho do Movimento SOS Nova Viçosa, que realizou a contratação de um estudo para diagnosticar o problema. Segundo as partes afetadas, ocorreu um impasse após a entrega do relatório e não ocorreram avanços e definições para implementação de medidas de mitigação. Por outro lado, a empresa alega que o estudo se mostrou inconclusivo, apenas apontando hipóteses em relação ao fenômeno, não gerando medidas a serem implementadas.</p>						
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):						
Consulta pública.						
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>						
Ação Imediata (quando aplicável)	1. Cumprir as condicionantes adotadas durante a paralização do TMC.					
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	1. Presença de sedimentos/material lamoso, de origem desconhecida, em região de Nova Viçosa; 2. Ausência de informações relacionadas ao fenômeno do sedimento lamoso no PMF do empreendimento.					
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	O EMF irá realizar monitoramentos buscando entender o fenômeno dos sedimentos e divulgá-los com a comunidade e órgãos competentes. Também irá atualizar os documentos da empresa relacionados com o tema.					
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo	O que fazer (ação de correção)	Área Responsável	Quando (prazo/conclusão)	Porque (justificativa da ação)	Como (detalhamento da ação)	Onde

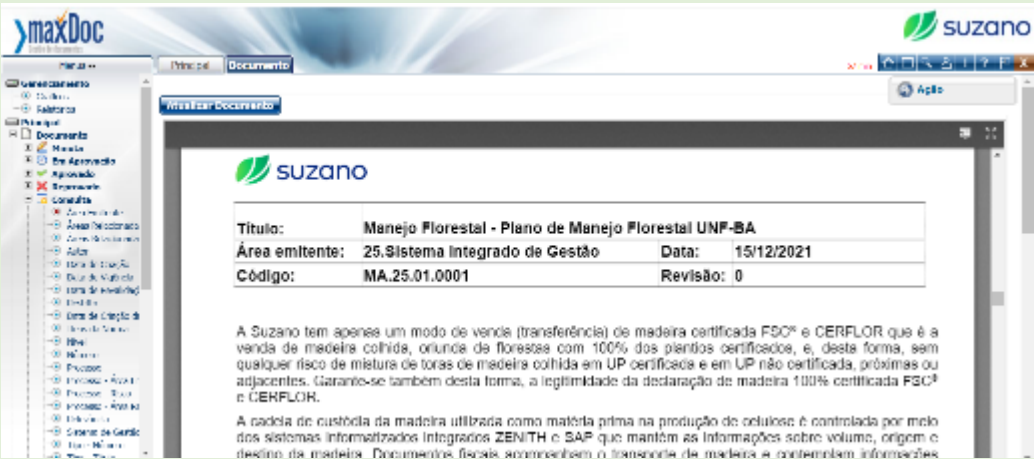
qualquer evidência encaminhada)	1. Realizar monitoramentos para entendimento do fenômeno dos sedimentos	Meio Ambiente Florestal	01/07/2022	Para contribuir com a identificação da origem do material lamoso nas praias de Nova Viçosa.	Através da contratação de empresa especializada no monitoramento oceanográfico e estabelecendo escopo de atuação e entregas dos monitoramentos a serem realizados	UNF-BA
	2. Divulgar os monitoramentos com a comunidade e órgãos competentes	Meio Ambiente Florestal	01/07/2022	Para manter o comprometimento e transparência junto aos stakeholders.	Elaborando material informativo e divulgando para partes interessadas envolvidas.	UNF-BA
	3. Atualizar os documentos relacionados com o manejo florestal da Suzano	Meio Ambiente Florestal	30/06/2022	Manter as informações do processo atualizadas nos documentos da Suzano	Através da atualização do Plano de Manejo Florestal da unidade e procedimentos relacionados.	UNF-BA
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)					
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):					
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)	<p>O EMF vem realizando monitoramentos para entendimento do fenômeno dos sedimentos, através da contratação de empresa especializada no monitoramento oceanográfico e estabelecendo escopo de atuação e entregas dos monitoramentos. Algumas ações realizadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Topo-Batimetria da Região Costeira de Nova Viçosa -Necessária para compreensão da dinâmica do fundo e formação de bancos de areia na desembocadura do Rio Peruípe e praia adjacente; • Monitoramento para avaliar a presença de eventual lama: 8 estações na praia de Nova Viçosa; 2x ao dia: Baixa-mar e Preamar; Todos os dias - Média mês 60 monitoramentos/mês, totalizando no ano 730 monitoramentos; • Monitoramento da Turbidez: 32 estações na região costeira; 2x no dia por levantamento; Baixa-mar e Preamar de “Lua”; Mensal; • Campanha de campo com objetivo de caracterização geológica das praias da área costeira da região, com foco na discussão da origem dos sedimentos finos e das razões para a sua acumulação; • Monitoramento Espacial da Turbidez Expandido: 66 estações na região costeira; Realizado durante maré de enchente; Amostras em 3 profundidades; Análise Laboratorial; frequência Bimestral - 198 amostras bimestrais e 1.188 amostras anuais 					

	<p>Os monitoramentos tem como objetivo contribuir no entendimento do fenômeno em escala local e a identificação de eventuais medidas mitigadoras e, se aplicável, possíveis atualizações nos procedimentos internos do manejo florestal. As operações do TMC estão paralisadas desde fevereiro de 2021, sem previsão de retorno, não sendo necessário a implementação de medidas de mitigação e atualização de procedimentos interno relacionada ao tema.</p> <p>Evidências:</p> <p>19_NCR_FSC_05_CERFLOR</p>
<p>Revisão da SysFlor <i>(Análise de eficácia)</i></p>	<p>Foi evidenciado que a empresa tem realizado, conforme cronograma de execução com previsão para conclusão em dezembro/2022, os seguintes monitoramentos focados em Nova Viçosa a fim de entender o fenômeno dos sedimentos lamosos na praia:</p> <ul style="list-style-type: none"> - TopoBatimetria da Região Costeira de Nova Viçosa; - Monitoramento da presença de lama em Nova Viçosa; - Levantamentos Hidrodinâmicos ADCP; - Monitoramento da Turbidez em Nova Viçosa; - Monitoramento Espacial da Turbidez Expandido (original da LO Caravelas); - Levantamento Geológico. <p>Nesse monitoramento, por exemplo, a empresa ampliou de 26 para 66 pontos a análise de turbidez, de Caravelas até a praia de Nova Viçosa, com medições em três profundidades. Ademais, diariamente, tem sido feita a coleta de água em período preamar e baixamar.</p> <p>Foram apresentados os resultados obtidos até o momento e entrevistados os responsáveis pela execução do monitoramento, tendo sido evidenciado que a área de dragagem do terminal marítimo (localizada à 20 km da praia) não é a causa do fenômeno e que a presença de sedimento lamoso no ambiente é natural e ocorre na região desde os anos 80, conforme imagens de satélite, se tratando de um padrão que se repete ao longo dos anos.</p> <p>Ademais, a empresa evidenciou, que vem tomando ações a fim de mitigar os impactos socioeconômicos ao município com a paralização do Terminal Marítimo de Caravelas, em fevereiro/2021. Por exemplo, foi evidenciada a realização de ações voltadas ao fomento do turismo, como por exemplo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Associação Caiaqueiros – 1º Encontro dos Caiaqueiros de Nova Viçosa, BA, outubro/2021; - Passeio ciclístico; - Sensibilização com as empresas prestadoras de serviços para priorização do uso da rede de alimentação e hotelaria ofertada em Nova Viçosa, durante as paradas programadas para manutenção da Unidade Mucuri; - Cozinha comunitária, por meio da realização de capacitação a trabalhadores do setor de bares e restaurantes e de representantes da associação de marisqueiras; - Abertura de Inscrições para curso de Jovens Lideranças e Educação Ambiental, em Nova Viçosa (outubro/2021);

	<p>- Em parceria com a ACE – Associação Empresarial e Hoteleira Nova Viçosa, SOS Praia de Nova Viçosa e Igreja Católica, vem realizando a obra da reforma da Praça Oscar Cardoso, com previsão de entrega para o mês de agosto/2022.</p> <p>Ainda assim, foi verificado a existência do processo judicial nº 800960-69.2022.8.05.0182, que se trata de Ação Civil Pública movida pelo Poder Público Municipal de Nova Viçosa, buscando a reparação de supostos danos morais e patrimoniais coletivos em decorrência do surgimento de sedimentos lamosos nas praias do município de Nova Viçosa/BA. Nessa ação houve, ainda, o pedido de desconsideração da personalidade jurídica do EMF, bem como o bloqueio judicial de 50 milhões de reais em ativos da empresa. Ambos os pedidos liminares foram indeferidos em sede de cognição sumária por parte do Juízo da Vara Única da Comarca de Nova Viçosa/BA. Foi realizada audiência de conciliação entre as partes, restando a mesma infrutífera. O EMF ainda não apresentou defesa nos referidos autos, cujo prazo final é 06/09/2022.</p> <p>Em consulta pública realizada com o Movimento SOS Nova Viçosa, durante a auditoria, foi evidenciado que desde 2019 o diálogo com a Suzano está ocorrendo e que não há queixas nesse sentido. As parcerias em termos de cursos e parcerias como os realizados com as marisqueiras, a praça da igreja e eventos dos caiaqueiros tem auxiliado na geração de renda. Foi também evidenciado que a comunidade não é autora da ação civil pública e que vem buscando intermediar o diálogo entre o poder público municipal com o EMF. Nesse sentido, evidenciou-se o ofício de “Resposta a Carta de Compromisso com a Comunidade”, datada de 19/05/2022, em que a empresa apresenta seu posicionamento no sentido de se manter “à disposição para discussões de parcerias e para o diálogo, por ora paralisadas, com o Poder Público Municipal e a Sociedade Civil Organizada de Nova Viçosa/BA, sempre primando pelo bom relacionamento entre os atores envolvidos em nossas atividades e operações”.</p> <p>Por fim, o EMF evidenciou que com a conclusão do monitoramento, em dezembro/2022, visa auxiliar a comunidade a “entender o fenômeno que enseja o surgimento dos sedimentos lamosos e dar maior previsibilidade as ocorrências”.</p> <p>Assim, considerando que o monitoramento vem ocorrendo, sem a existência, até o momento, de indicativos técnicos de correlação do fenômeno com o TMC, paralisado desde fevereiro/2021, e que a empresa vem realizando ações que visam o desenvolvimento socioeconômico local e vem respondendo às demandas sociais e as solicitações judiciais no caso da ação civil pública supracitada, a NC foi encerrada.</p>
<p>Situação atual da NC/OM:</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Fechada</p> <p><input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)</p>


Constatação Número: 2021-06			
Selecione uma:	<input type="checkbox"/> NC maior	<input type="checkbox"/> NC menor	<input checked="" type="checkbox"/> OM

NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):						
Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):					
Indicador(es) Cerflor:	2.1.d					
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):						
<p>A Organização cita em seu plano de manejo que “A Suzano tem apenas um modo de venda (transferência) de madeira certificada FSC® e CERFLOR que é a venda de madeira colhida, oriunda de fazendas com 100% dos plantios certificados, e, desta forma, sem qualquer risco de mistura de toras de madeira colhida em UP certificada e em UP não certificada, próximas ou adjacentes.” No entanto, há fazendas parcialmente certificadas, como é o exemplo da fazenda B4AJ, a qual contém Unidade de Produção (UP) não certificada. Constatou-se que, apesar do texto descrito no plano de manejo estar desalinhado com o praticado, não há risco à Cadeia de Custódia do Manejo Florestal, já que o cadastro para emissão de notas fiscais ocorre a nível de UP e não de fazenda, além do mais, evidenciou-se que o cadastro da UP está correto, indicando as áreas certificadas e não certificadas.</p>						
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):						
Plano de manejo						
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>						
Ação Imediata <i>(quando aplicável)</i>	1. Revisado o Plano de Manejo Florestal da UNF-BA, versão 00, atualizando o item 7.11 - Cadeia de Custódia Florestal.					
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	1. Falta de clareza no texto descrito no Plano de Manejo.					
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) <i>(incluindo qualquer evidência encaminhada)</i>	O EMF irá realizar a revisão do Plano de Manejo Florestal, incluindo o texto da cadeia de custódia florestal, de forma a esclarecer a unidade de manejo certificada. Além disso, será realizado a divulgação do documento no sistema de documentação da empresa, para consulta dos demais colaboradores.					
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) <i>(incluindo qualquer evidência encaminhada)</i>	O que fazer de (ação de correção)	Área Responsável	Quando (prazo/ conclusão)	Porque (justificativa da ação)	Como (detalhamento da ação)	Onde
	1. Atualizar a sistemática de cadeia de custódia florestal no plano de manejo.	Certificações Florestais	30/06/2022	Para evitar interpretação incorreta do sistema de Cadeia de Custódia adotado pela Suzano (identificação da porta da floresta) e para os colaboradores terem acesso ao documento atualizado.	Revisando o texto da cadeia de custódia no plano de manejo, divulgar o PMF no sistema de documentação da Suzano e treinar os envolvidos no processo de cadeia de custódia florestal.	UNF-BA

<p>Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Aceito</p> <p><input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)</p>
<p>Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)</p>	<p><input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação</p> <p><input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final</p> <p><input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação)</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria)</p> <p><input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):</p>
<p>Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)</p>	<p>O EMF realizou a revisão do Plano de Manejo Florestal da UNF-BA, atualizando o item sobre Cadeia de Custódia Florestal. O Documento foi inserido no novo sistema de documentação da Suzano e disponibilizado para todas empresa.</p>  <p>O texto da cadeia de custódia florestal, considera o nível de UP, de forma a esclarecer a unidade de manejo certificada e não certificada.</p> <p>Evidência: 16_OBS_FSC_06_OM_CERFLOR</p>
<p>Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)</p>	<p>O documento MA.25.01.0002 “Plano de Manejo Florestal 2022, UNF-BA” (p. 50) apresenta a adequação e atualização do texto sobre a Cadeia de Custódia - COC conforme requerido e a seguir descrito:</p> <p><i>“A Suzano executa somente uma forma de comercialização de madeira colhida certificada, que é a transferência interna, ou seja, destinada às suas próprias unidades industriais. Uma vez que o controle de certificação é feito por UP (talhão) e, não há UPs parcialmente certificadas, entende-se não haver risco de mistura de material. Sendo as UPs fisicamente delimitadas, bem como o cadastro florestal parametrizado para controlar o “flag” de</i></p>

	<i>certificação por UP, garante-se a veracidade da declaração de madeira 100% certificada Cerflor”.</i>
Situação atual da NC/OM:	<input checked="" type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)

Constatação Número: 2021-07	
Selecione uma: <input checked="" type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input type="checkbox"/> OM	
NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):	
Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input checked="" type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Indicador(es) Cerflor:	2.1.d
<p>Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):</p> <p>O EMF possui procedimentos documentados para a realização das atividades operacionais. Porém, foram observados descumprimentos de procedimentos na execução das atividades, como, por exemplo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ao verificar comentários públicos recebidos e vídeos, indicando que as refeições, na atividade de colheita de madeira, estariam sendo feitas fora da área de vivência, de forma inadequada. Em entrevistas aos trabalhadores, foi relatado que a questão, ocorre, eventualmente, durante a mudança dos módulos de trabalho, quando as máquinas se deslocam antes da estrutura da área de vivência. O procedimento operacional relacionado às áreas de vivência não contempla a situação de mudança de área, quando a equipe se divide; - De acordo com o procedimento de colheita de madeira, máquinas contendo falhas em impeditivos de segurança, definidos pela empresa, conforme checklist apresentado pelo EMF, devem ser, imediatamente, paradas até que a falha seja reparada. Entretanto, foram observadas máquinas em plena atividade, apesar de apresentarem câmeras de ré, alarme sonoro de deslocamento, escada de abastecimento de combustível, suporte/apoio de abastecimento e outros itens não operantes; - De acordo com os procedimentos de segurança do trabalho, as botas utilizadas nas atividades operacionais devem estar fechadas. Entretanto, observou-se em atividades de silvicultura que botas estão sendo usadas com o zíper aberto. De acordo com os trabalhadores, ao caminhar, o zíper tem causado desconforto na perna de diversos colaboradores; - Não há registro, em sistema, do bloqueio de máquinas por falta de atendimento aos itens impeditivos de segurança e nem da posterior liberação das máquinas, mediante reparo. Não há um fluxo de inspeção prévia para o equipamento retornar ao funcionamento. Não foram evidenciados procedimentos que sistematizem esse processo. <p>Considerando as falhas sistêmicas, identificadas na aplicação dos procedimentos, essa NC foi classificada como maior.</p>	
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):	

Plano de manejo	
Entrevistas	
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>	
Ação Imediata <i>(quando aplicável)</i>	O EMF, em uma análise inicial, fez o levantamento dos procedimentos existentes para as atividades, a fim de identificar as práticas que necessitam dos procedimentos escritos. Em seguida, iniciou as revisões dos procedimentos aplicáveis, inserindo os pontos para mitigação dos impactos relacionados às questões de segurança e disponibilizou os mesmos aos Prestadores de Serviço e equipes operacionais próprias, de forma a garantir a disponibilidade destes nas frentes de trabalho.
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	<ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de clareza do procedimento em relação a áreas de vivência, bloqueio e liberação das máquinas e uso de EPI; 2. Falha na gestão do processo de liberação de etiquetas de manutenção; 3. Falha na capacitação dos colaboradores envolvidos no processo.
Ação Corretiva determinada pelo EMF <i>(ou Ação de Melhoria)</i> <i>(incluindo qualquer evidência encaminhada)</i>	<p>Foram reavaliadas práticas, procedimentos e instruções técnicas para execução das atividades, tais como:</p> <p>Ação 1 - Área de vivência:</p> <p>Com o objetivo de proporcionar condições adequadas para realização das refeições no campo, foi realizada a revisão e atualização das práticas estabelecidas no Procedimento de Características Gerais da Área de Vivência (PG.12.00.0067), com inclusão do item 4.2.2. g) de medidas que descrevem que quando há mudança para outras fazendas e não existe a possibilidade de mudar a estrutura da área de vivência junto com todas as máquinas e os colaboradores da frente de trabalho, deve ser providenciado, em caráter de exceção, uma estrutura provisória para realização da refeição, contendo, no mínimo, uma cobertura para intempéries, assentos, mesa, água, sabão e papel para higienização das mãos.</p>
	

	<p>Exemplo de estrutura de apoio para realizar as refeições quando há mudança de módulo</p> <p>Ação 2 – Treinamento: Todos os colaboradores próprios e terceiros, incluindo Supervisores e Técnicos de Campo, foram treinados acerca da atualização do PG.12.00.0067.</p> <p>Ação 3 - Manutenção de máquinas e equipamentos: O procedimento de Segurança (PG.12.00.0047 – Verificação e Autorização de Máquinas, Veículos, Equipamentos e Implementos) foi revisado e disponibilizado no Sistema de Documentação da Suzano (DocNix) e no campo, com a adequação do checklist com os itens impeditivos relacionados com a Segurança do Trabalho. As áreas de Segurança e Colheita do EMF revisaram e atualizaram o checklist de segurança das máquinas, incluindo e identificando os itens impeditivos de segurança. Este procedimento traz como forma descritiva o fluxo de tratativa de itens impeditivos Conformes e Não Conformes, bem como as rotinas e periodicidade de verificações de campo. A aplicação do checklist é realizada pelo operador da máquina e pelos Técnicos de Segurança do trabalho.</p> <p>Ação 4 – Treinamento: Os colaboradores próprios e terceiros relacionados com o processo foram treinados pela equipe Suzano ou pelos multiplicadores das Empresas Prestadoras de Serviço (EPS).</p> <p>Ação 5 – Ambientação novos colaboradores: Além disso, foi atualizado o conteúdo da Ambientação dos Colaboradores Novos, dando ênfase na importância dessa etapa da atividade do colaborador.</p> <p>Ação 6 - Utilização de EPIs: O Procedimento de Segurança PG.12.00.0010, item 4.2.3 descreve as condições de recebimento e distribuição de EPI e o item 4.2.4 a utilização dos EPIs e uniformes. O Book Corporativo de EPI elaborado e aprovado pela Segurança do trabalho estabelece os modelos de calçados a serem utilizados pelos colaboradores e contempla opções de EPIs para uso em atividades operacionais.</p> <p>Ação 7 – Campanha de utilização de EPI: Em junho de 2021 foi realizada uma campanha de Segurança, para toda a operação, com o tema EPI, para conscientização do uso correto dos EPIs, incluindo desconforto na utilização de botas e reforçar as opções que a empresa oferece (botina de segurança + perneira de proteção ou coturno de segurança).</p>
--	---

O uso do EPI é realizado com base nas especificações contidas na lista/book de padronização/homologação de equipamentos de proteção individual e uniformes.



Material da campanha de conscientização de EPI

Ação 3 - Bloqueio e Desbloqueio de máquinas:

No procedimento de Segurança (PG.12.00.0047 – Verificação e Autorização de Máquinas, Veículos, Equipamentos e Implementos) foi inserido o fluxograma para vistoria e liberação de MVEI, que corresponde a inspeção prévia para liberação de novos equipamentos e equipamentos em funcionamento.

O PG.12.00.0047 contempla toda a sistematização deste processo, sendo gerado registros de bloqueio e autorizações para desbloqueios de forma a garantir a segurança na operação.

Ação 8 – Monitoramento

Por meio dos monitoramentos realizados na operação, é verificado o cumprimento de procedimentos operacionais. Estes são abordados nas ferramentas de Segurança do Trabalho tais como, OPA, Inspeção Trimestral e Blitz, que verificam questões comportamentais e a execução da atividade. Além disso, o EMF implementou a prática de auditoria interna, com periodicidade anual, para verificar a existência de documentação obsoleta e o cumprimento das atividades descritas nos procedimentos.

Evidências na pasta:

15_NCR_FSC_07_NCR_CERFLOR_2021_SSQV_MAN_COL

Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência)	O que fazer (ação de correção)	Área Responsável	Quando (prazo/conclusão)	Porque (justificativa da ação)	Como (detalhamento da ação)	Onde
	1. Revisar procedimento PG.12.00.0067	Segurança do Trabalho	23/08/2021	Para direcionamento das ações de campo	Descrevendo as diretrizes para a área de	UNF-BA

encaminhada)				pelas equipes operacionais	vivência quando há mudança de módulo	
	2. Realizar treinamento do PG.12.00.0067	Segurança do Trabalho	24/02/2022	Para conhecimento das novas diretrizes do procedimento e correta aplicação em campo	Através de treinamentos com as equipes de campo, próprias e terceiras	UNF-BA
	3. Revisar o procedimento PG.12.00.0047	Segurança do Trabalho	28/01/2022	Para direcionamento das ações de campo pelas equipes operacionais	Realizando a adequação do fluxo de aprovação relacionado com o uso das etiquetas e incluindo fluxo de bloqueio e desbloqueio de máquinas	UNF-BA
	4. Realizar treinamento do PG.12.00.0047	Segurança do Trabalho	24/02/2022	Para conhecimento das novas diretrizes do procedimento e correta aplicação em campo	Através de treinamentos com as equipes de campo, próprias e terceiras	UNF-BA
	5. Atualizar ambientação de segurança	Segurança do Trabalho	04/02/2022	Para conhecimento do procedimento pelos novos colaboradores	Incluindo as diretrizes do PG.12.00.0047	UNF-BA
	6. Evidenciar as opções de EPI que a Suzano oferece	Segurança do Trabalho	25/01/2022	Para dar opções ao colaborador para executar sua atividade de forma mais confortável	Por meio do Book de EPI da Suzano (rev07)	UNF-BA
	7. Realizar capacitação aos colaboradores sobre o tema EPI	Segurança do Trabalho	28/01/2022	Para reforçar a importância do uso do EPI nas atividades de campo	Realizando a campanha com o tema EPI aos colaboradores próprios e terceiros, incluindo o uso correto dos EPIs (bota de campo) e as opções que a empresa oferece	UNF-BA
	8. Realizar monitoramentos na operação	Segurança do Trabalho	18/02/2022	Para verificar se os procedimentos estão sendo executados corretamente	Por meio da aplicação das ferramentas: - SSQV: OPA, Inspeção Trimestral, Blitz, entre outros; - Certificações: auditoria interna	UNF-BA
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)					
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input checked="" type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):					

<p>Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)</p>	<p>Março/2022: O EMF, em uma análise inicial, fez o levantamento dos procedimentos existentes para as atividades, a fim de identificar as práticas que necessitam dos procedimentos escritos. Em seguida, iniciou as revisões dos procedimentos aplicáveis, inserindo os pontos para mitigação dos impactos relacionados às questões de segurança e disponibilizou os mesmos aos Prestadores de Serviço e equipes operacionais próprias, de forma a garantir a disponibilidade destes nas frentes de trabalho. Desta forma, foram reavaliadas práticas, procedimentos e instruções técnicas para execução das atividades.</p> <p>Evidências na pasta: 15_NCR_FSC_07_NCR_CERFLOR_2021_SSQV_MAN_COL</p>
<p>Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)</p>	<p>Março/2022: Os seguintes ajustes e ações foram realizados pela empresa:</p> <p>- Áreas de vivência: A empresa evidenciou o documento “Barracas de apoio”, com fotos das áreas para realização de refeições em campo, quando da mobilização de um frente para outra. O EMF também revisou o PG.12.00.0067 Características de áreas de vivência, onde no item 4.2.1 G é descrito:</p> <p>G) Por ocasião da mudança para outras fazendas, caso não haja a possibilidade de mudar a estrutura da área de vivência junto com todas as máquinas e os colaboradores da frente de trabalho, deverá ser providenciada na fazenda onde chegarão os primeiros colaboradores, em caráter de exceção, uma estrutura provisória para realização da refeição, contendo no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cobertura para intempéries; • Assentos; • Mesa; • Água, sabão e papel para higienização das mãos. <p>Ainda foram apresentadas as listas de presenças de colaboradores próprios e EPS quanto ao treinamento “Divulgação do procedimento o PG.12.00.0067 Características de áreas de vivência revisão 03”, de 15/02/2022; 18/02/2022; 24/02/2022, entre outros.</p> <p>- Máquinas e equipamentos: Foi realizada a revisão do procedimento “PG.12.00.0047 – Verificação e Autorização de Máquinas, Veículos e Equipamentos e Implementos”, no qual é considerado as etapas para monitoramento, manutenção e liberação do veículo/maquinário.</p> <p>Também foram evidenciados e-mails de bloqueio de liberação de máquinas pela empresa, pela falta de itens impeditivos. Os itens foram cadastrados no DNA e até sua correção, via manutenção corretiva, não são liberados (vide evidências detalhadas na CAR Maior 2021-07).</p> <p>O EMF realizou treinamentos referente ao procedimento e novos processos, conforme listas de presenças apresentadas do treinamento “Divulgação de Procedimento PG.12.00.0047 – Verificação e Autorização de Máquinas, Veículos, Equipamentos e Implementos, revisão 04”, a exemplo das turmas de 16/02/2022; 17/02/2022; 18/02/2022; 24/02/2022.</p>

	<p>- Equipamentos de Proteção Individual: Foi evidenciado o procedimento “PG.12.00.0010 – Critérios para teste, aquisição e distribuição de EPI e uniforme”, onde é descrita a obrigatoriedade da utilização de EPI e demais requisitos de uso e manutenção. Quanto ao problema das botas, foi realizada uma campanha junto aos colaboradores, em junho de 2021, sobre a necessidade de utilizar adequadamente o EPI, além da possibilidade de o colaborador optar da utilização de bota curta+perneira ao invés da bota longa, com zíper (Documento – relatório campanha EPI), juntamente com a campanha geral de utilização de EPIs. Um acervo fotográfico dos encontros é apresentado no relatório.</p> <p>A fim, de garantir a implementação dos procedimentos, foi evidenciado que o EMF realiza inspeções de monitoramento em campo e auditoria interna, conforme verificado nos seguintes registros apresentados:</p> <p>- Procedimento “PO.25.01.0001 – Manejo Florestal – Avaliação Interna”, revisão 00, de 16/02/2021: Nesse procedimento foi estabelecido no item 3.2.2. que os “Critérios da Auditoria”, compreendem “Conjunto de políticas, procedimentos ou requisitos usados como referência com a qual a evidência objetiva é comparada.”. A Fase de Planejamento da auditoria (p. 7), contempla “Levantamento da documentação do Processo – Deve ser coletado todas as informações necessárias sobre o processo a ser auditado (exemplo: documentos e procedimentos aplicáveis);”. Logo, na auditoria interna, o atendimento aos procedimentos operacionais deve ser verificado.</p> <p>Foi apresentado, por exemplo, o Checklist de auditoria interna realizada na frente de trabalho de colheita. Nesse checklist, em resposta ao indicador 7.1.5, foi emitida uma Observação: “OBS: O PO.12.03.011_COLHEITA PRÓXIMO A REDE ELÉTRICA ENERGIZADA faz referência ao documento PPG.12.00033 – Análise Preliminar de Riscos. Este documento foi atualizado e está com outro código: PG.12.00.0011 - ANÁLISE PRELIMINAR DE RISCOS - APR. É necessário atualizar o documento e fazer referência aos documentos vigentes.”. Com isso, evidenciou-se que a aplicação dos procedimentos operacionais foi auditada e avaliada pelo EMF na auditoria interna.</p> <p>- Inspeções, em campo, realizadas pela equipe de segurança do trabalho (SSQV), tais como OPA, Inspeção Trimestral e Blitz; Foram apresentados os seguintes registros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Registros de OPA e Auditoria COVID-19, realizados em 11 e 16/02/2022 na Atividade de colheita – Módulo XII e Aplicação de Herbicida, na área Roça e Aplique II, respectivamente, onde os desvios detectados geraram emissão de registro no sistema DNA, para correção; - Checklists de Abordagem Comportamental, realizados em 11/02/2022, com operador de máquinas florestais, e em 16/02/2022 com mecânico, em que o conhecimento a respeito dos cuidados de segurança é avaliada.
<p>Situação atual da NC/OM:</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Fechada</p> <p><input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)</p>

Constatação Número: 2021-08						
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input checked="" type="checkbox"/> NC menor <input type="checkbox"/> OM						
NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):						
Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação					
	<input checked="" type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final					
	<input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação)					
	<input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria)					
<input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):						
Indicador(es) Cerflor:	2.2. a					
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):						
Evidenciou-se em vistoria de campo a existência de uma ocupação do MST denominada “(11-D) – BRASCAM” em áreas da Fazenda B3AF. A área ocupada pertencia ao escopo do certificado, de acordo com os mapas fornecidos, tendo sido retirada do escopo durante a auditoria. O EMF não demonstrou estar verificando esse tipo de questão para as áreas do escopo de certificação.						
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):						
Inspeção de campo						
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>						
Ação Imediata (quando aplicável)	1. Realizada avaliação da permanência ou não da área no escopo e considerando que não havia impacto, foi retirada.					
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	1. Falha da avaliação das áreas com ocupações irregulares que estavam na base.					
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	Revisar a base de dados de áreas com ocupações irregulares, junto a Inteligência Patrimonial e definindo as fases/status das negociações.					
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	O que fazer (ação de correção)	Área Responsável	Quando (prazo/ conclusão)	Porque (justificativa da ação)	Como (detalhamento da ação)	Onde
	1. Atualização das ocupações irregulares na base	Inteligência Patrimonial	30/05/2022	Para manter a base de ocupações atualizada e mitigar os riscos na certificação	Realizando a atualização mensal da base do Zenith e Cadastro	UNF-BA
	2. Confrontar e validar o relatório de ocupações	Certificações	15/06/2022	Para evitar que áreas de ocupações em negociação estejam na planilha do escopo.	Solicitando a equipe de Desenvolvimento Social as informações sobre as áreas que estão na fase de negociação e confrontar com o relatório de ocupações irregulares	UNF-BA

<p>Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Aceito</p> <p><input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)</p>
<p>Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)</p>	<p><input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação</p> <p><input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação)</p> <p><input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria)</p> <p><input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):</p>
<p>Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)</p>	<p>O EMF realizou avaliação da permanência ou não da área no escopo e considerando que não havia impacto, foi retirada. A empresa possui procedimento de resolução de conflitos (PO.35.01.0002 Conflitos Fundiários) e considera que as áreas com ocupações irregulares são monitoradas e, busca sua reintegração.</p> <p>Realizado a revisão da base de dados de áreas com ocupações irregulares, junto a Inteligência Patrimonial e definindo as fases/status das novas ocupações e desmobilizações que ocorre a cada mês. A área de Desenvolvimento Social da empresa passou a monitorar as negociações de comodato.</p> <p>A empresa faz regularmente avaliação das áreas que estão no escopo de certificação, considerando eventuais retiradas relacionadas a venda de ativos, áreas para pesquisa, ocupações irregulares consolidadas que estejam em fase de negociação final.</p> <p>Evidências: 13_NCR_FSC_08_NCR_CERFLOR_Certificação</p>
<p>Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)</p>	<p>O EMF possui o procedimento “Critérios e Diretrizes para solução de conflitos de natureza fundiária” (Evidência: PO.35.01.0002/Rev.3), o qual estabelece diretrizes para identificação, avaliação e tratamento de áreas ocupadas. A partir dessas diretrizes é elaborada uma planilha com descrição completa das ocupações (data da ocorrência, unidade de manejo, fazenda, finalidade do solo, tipo de ocorrência e sua classificação, área ocupada e sua natureza, status atual, dentro outros), o que permite monitorar se as invasões estão ocupando área significativa no escopo de certificação (Evidência: Ocorrências_Invasões UNF BA). Além disso, o EMF evidenciou que tem acompanhado a presença de ocupações nas áreas do escopo de certificação ao possuir planilha própria com as áreas de excisão decorrentes de situações conflituosas (Evidência: Escopo_Certificação_Mucuri_Julho_2022_v2). Dessa forma, dada a existência do monitoramento e do registro de todas as invasões, a não conformidade pode ser fechada.</p>
<p>Situação atual da NC/OM:</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Fechada</p> <p><input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)</p>

Constatação Número: 2021-09							
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input checked="" type="checkbox"/> OM							
NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):							
Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação		<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):					
Indicador(es) Cerflor:		3.2. d					
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): <p>Foi verificado que durante consulta pública na comunidade Rio do Sul, os moradores têm conhecimento da ocorrência de caça nas áreas da empresa, proveniente de pessoas de fora da comunidade. O EMF possui diferentes ações para a proteção de espécies da fauna e flora nas áreas de manejo da UMF, como por exemplo, monitoramentos realizados pela equipe de Inteligência Patrimonial, monitoramentos ambientais, placas restritivas, entre outros. O EMF também possui o Programa Floresta Viva desenvolvido com as comunidades. No entanto, não foi evidenciada a existência de orientações junto às comunidades sobre o controle de atividades irregulares ocorridas na UMF.</p>							
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): Consulta Pública							
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>							
Ação Imediata (quando aplicável)		1. Realizadas as atividades do Floresta Viva na comunidade Rio do Sul.					
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:		1. Falha no processo de divulgação dos canais de denúncias de ocorrências.					
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)		O EMF irá identificar nos registros de caça clandestina os principais pontos com ocorrências e correlacionar com as comunidades afetadas. Na campanha do Floresta Viva serão distribuídos materiais informativos com o tema de caça ilegal e canais de comunicação para denúncia de atividades ilegais, incluindo a divulgação por WhatsApp para os representantes das comunidades.					
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)		O que fazer (ação de correção)	Área Responsável	Quando (prazo/conclusão)	Porque (justificativa da ação)	Como (detalhamento da ação)	Onde
		1. Identificar nos registros de caça clandestina principais pontos com ocorrências e correlacionar com as comunidades afetadas.	Inteligência Patrimonial	30/01/2022	Para identificar os pontos de maior frequência das ocorrências envolvendo caça.	Analisando os dados das ocorrências.	UNF-BA
		2. Elaborar material/comunicação dos canais de comunicação para	Inteligência Patrimonial	30/03/2022	Para distribuição e divulgação no	Com o apoio da equipe de comunicação	UNF-BA

	denúncia de caça/ocorrências patrimoniais.			próximo Floresta Viva.	elaboração de material informativo.	
	3. Realizar divulgação do material junto às comunidades.	Inteligência Patrimonial	30/04/2022			UNF-BA
	4. Realizar divulgação do material junto às lideranças das comunidades (por exemplo, por WhatsApp).	Desenvolvimento Social	30/04/2022	Para informar as pessoas das comunidades do entorno.	Por meio da campanha do Floresta Viva.	UNF-BA
<p>Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)</p>	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)					
<p>Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)</p>	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):					
<p>Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)</p>	<p>O EMF identificou a existência de falha no processo de divulgação dos canais de denúncias de ocorrências, desta forma, realizou atividades do Programa Floresta Viva na comunidade Rio do Sul com o objetivo de divulgar as campanhas e esclarecer dúvidas sobre os canais 0800.</p> <div style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: center;">   </div> <p>Equipe da Inteligência Patrimonial realizando a campanha de divulgação.</p> <p>Foram realizados os registros de caça clandestina nos principais pontos com ocorrências e correlacionado com as comunidades afetadas. Na campanha do Floresta Viva foram distribuídos materiais informativos com o tema de caça ilegal e canais de comunicação para denúncia de atividades ilegais, incluindo a divulgação por WhatsApp para os representantes das comunidades.</p> <p>Evidências:</p>					

02_OBS_FSC_09_OM_CERFLOR	
<p>Revisão da SysFlor <i>(Análise de eficácia)</i></p>	<p>A Suzano – Unidade Mucuri possui o Programa Floresta Viva, iniciado em 2014, que abrange toda base florestal corporativa da empresa, distribuída em 10 municípios, que possui no seu entorno 88 comunidades. Este programa visa promover a conscientização e despertar a importância da prevenção dos incêndios florestais e proteção da fauna e flora, sendo divulgado em escolas e comunidades através de palestras educativas, folders, placas e plotagem de veículos.</p> <p>O EMF evidenciou a realização da “Divulgação do Canal de Comunicação para Denúncia de Caça e Pesca”, através da distribuição de folder no “Programa Floresta Viva” junto à comunidade de Rio do Sul. Este folder distribuído, alerta que “Atitudes conscientes preservam o meio ambiente – Juntos contra a caça e pesca predatória. Ajude-nos a proteger a nossa biodiversidade”. A empresa disponibiliza um canal de comunicação 0800, através do qual recebe denúncias que visam auxiliar a combater crimes ambientais, incluindo Caça e Pesca Predatória.</p> <p>A equipe de vigilância patrimonial da Suzano – Unidade Mucuri conta com o apoio da Polícias Militares, CAEMA e Ambiental que, quando acionadas, se fazem presentes nas florestas, com rondas e abordagens a pessoas não autorizadas e caçadores. O EMF apresentou o relatório “Registros de Ocorrências Ambientais de Caça e Pesca Predatória 2021 (26p.) que registra 19 ocorrências, sendo: 09 de caça e pesca; 09 apreensões de espingardas e 01 trabuco e espingarda. Em 2021, entre janeiro a agosto foram registradas 16 ocorrências.</p> <p>Na apresentação “Auditoria - Proteção contra Caça e Pesca”, há o registro de cinco ocorrências de abordagem a caçadores e apreensão de diversas espingardas e um trabuco, de janeiro a agosto de 2022, sendo duas efetuadas pela CAEMA e três pela Vigilância da Suzano – Unidade Mucuri. Estes 05 registros ocorreram entre janeiro a agosto 2022. Portanto, houve uma significativa redução nos registros de ocorrências de caça e apreensão de armas na UMF da Suzano – Unidade Mucuri.</p> <p>Evidências:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Material de Divulgação de Caça e Pesca; - Evidências Campanha Caça e Pesca_Rio do Sul; - Relatório de Caça e Pesca nas Comunidades e Evidências do Floresta Viva; - Auditoria - Proteção contra Caça e Pesca 2022 (OBS_02_Complemento).
<p>Situação atual da NC/OM:</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Fechada</p> <p><input type="checkbox"/> Outra decisão <i>(consulte descrição acima)</i></p>

Constatação Número: 2021-10

Selecione uma: NC maior NC menor OM

NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):						
Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):					
Indicador(es) Cerflor:	4.3 e					
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):						
Em vistoria ao depósito de químicos, localizado na fábrica de Mucuri/BA, evidenciou-se que a estrutura (o barracão) está passando por reforma, com uma manutenção prevista para a porta de acesso. Além disso, verificou-se que há um vão entre a cobertura e as paredes, que pode permitir o acesso de animais.						
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):						
Inspeção de campo no depósito de químicos.						
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>						
Ação Imediata (quando aplicável)	1. Contratação de serviço para realizar a adequação do depósito para instalação da tela de proteção.					
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	1. Falha no planejamento da adequação da reforma do depósito, que não contemplou a avaliação de medidas de mitigação para entrada de animais.					
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	O EMF irá realizar a adequação do depósito, contemplando as adequações necessárias para evitar a entrada de animais, bem como irá estabelecer uma rotina de verificação das condições das instalações.					
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	O que fazer (ação de correção)	Área Responsável	Quando (prazo/conclusão)	Porque (justificativa da ação)	Como (detalhamento da ação)	Onde
	1. Realizar a adequação do depósito.	Almoxarifado	30/03/2022	Para cumprimento de legislação de segurança.	Por meio do fechamento do local com telas, para proteção contra animais.	UNF-BA
	2. Estabelecer rotina de verificação das condições das instalações do depósito.	Almoxarifado	30/06/2022	Para prevenir a entrada de animais silvestres/domésticos no depósito.	Através de verificação das instalações do depósito.	UNF-BA
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)					
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final					

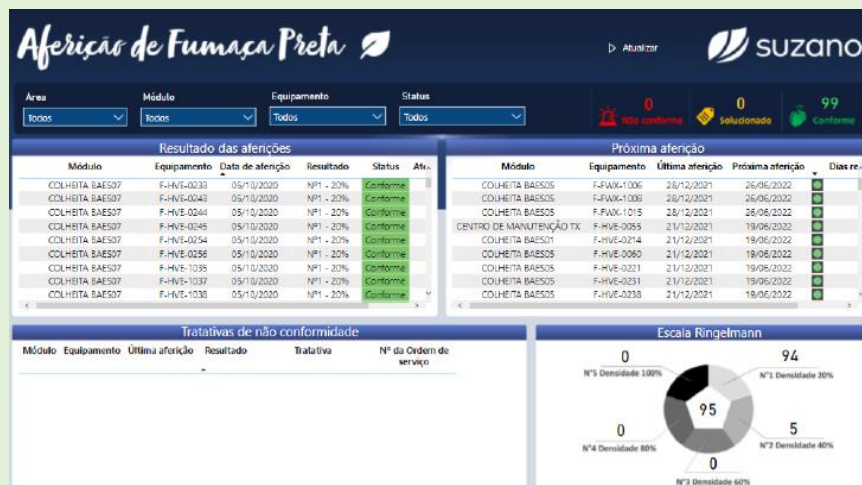
<i>melhoria)</i>	<input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)	<p>O EMF identificou a falha no planejamento da adequação da reforma do depósito, que não contemplou a avaliação de medidas de mitigação para entrada de animais, desta forma, fez a contratação de serviço para realizar a adequação do depósito e instalação da tela de proteção. Conforme evidenciado nas fotos abaixo:</p>  <p>O EMF também estabeleceu uma rotina de verificação das condições das instalações.</p> <p>Evidências: 12_OBS_FSC_10_OM_CERFLOR_ALMX</p>
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)	<p>Na inspeção ao depósito de químicos, localizado na fábrica da Suzano – Unidade Mucuri, conforme as fotos apresentadas acima demonstram, foi verificado que a edificação agora possui uma vedação externa telada e um prolongamento das paredes metálicas que impedem a passagem de animais.</p>
Situação atual da NC/OM:	<input checked="" type="checkbox"/> Fechada

	<input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)
--	---

Constatação Número: 2021-11	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input checked="" type="checkbox"/> NC menor <input type="checkbox"/> OM	
NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):	
Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input checked="" type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Indicador(es) Cerflor:	4.4. e
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):	
<p>O EMF também apresentou um programa de controle de emissões gasosas dos equipamentos de silvicultura e colheita. Porém, os registros são mantidos, em sua maioria, em planilhas de campo, individualmente em cada máquina, não estando consolidados os resultados dos monitoramentos, dificultando a análise por parte do EMF dos resultados obtidos. No sistema geral de manutenção, a questão tem sido tratada como manutenção de motor, não sendo discriminado a relação com as ações específicas de controle de emissões gasosas de veículos.</p>	
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):	
Análise documental – programa de monitoramentos.	
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>	
Ação Imediata (quando aplicável)	1. Estabelecido mecanismo para registro informatizado.
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	1. Falha no apontamento, por ser realizado de forma manual, com uso de papel e planilhas, dificultando a gestão do processo. 2. Falta de evidência da tratativa quando o índice de fumaça preta está acima do exigido (Nível 2 - 40%).
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	<p>O EMF reavaliou a forma de registro do monitoramento de Emissões Gasosas estabelecidos, tomando as seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> Os registros de monitoramento das emissões gasosas de máquinas e equipamentos passaram a ser realizados em formulários digitalizados (SmartQuestion), de forma a melhorar sua transmissão para um banco de dados; As informações passaram a ser consolidadas em um banco de dados e através do painel de gestão “Aferição de Fumaça Preta” é possível avaliar a data da realização e do próximo monitoramento, o status de cada equipamento, além da conformidade ou não das aferições realizadas. Caso haja alguma aferição acima do limite (>40%), é aberto uma Ordem de Serviço vinculada à manutenção realizada e identificado na tabela “Tratativa de não conformidade”. O sistema de

gestão de manutenção permite a indicação do tipo de apontamento como “Aferição de Fumaça Preta”;

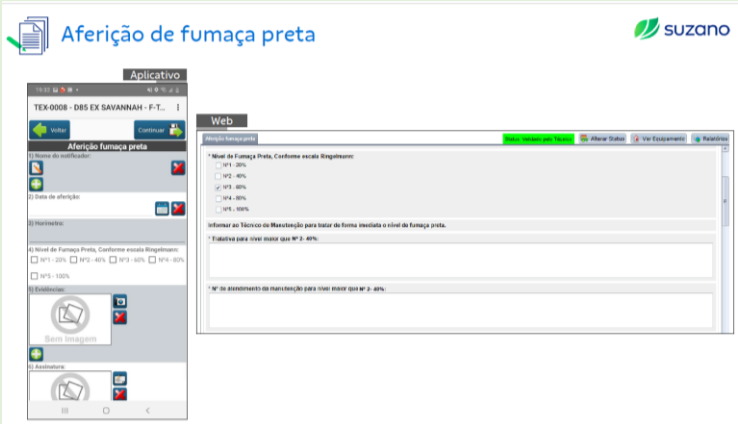
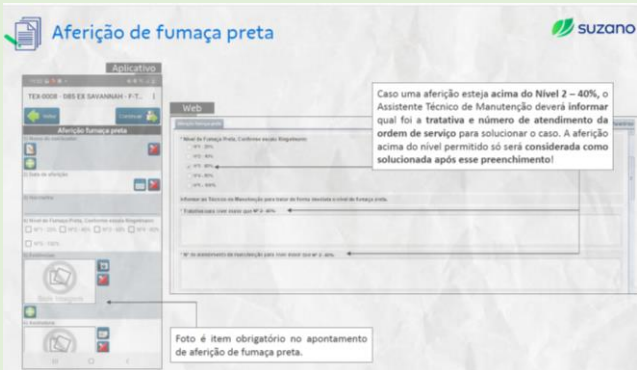
- Realizado o treinamento para os Assistentes Técnicos de Manutenção de Silvicultura e Colheita para utilização do SmartQuestion.



Painel de gestão das Aferições de Fumaça Preta

Evidências na pasta: 07_NCR_FSC_11_NCR_CERFLOR_2021_SSQV_MAN

Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	O que fazer (ação de correção)	Área Responsável	Quando (prazo/conclusão)	Porque (justificativa da ação)	Como (detalhamento da ação)	Onde
	1. Sistematizar o registro de monitoramento de fumaça preta de forma eletrônica.	Manutenção	15/10/2021	Para agilidade e controle da informação.	Desenvolvendo no sistema SmartQuestion de itens de monitoramento de fumaça preta.	UNF-BA
	2. Criar relatório no portal da manutenção.	Manutenção	30/10/2021	Para ter um gerenciamento do monitoramento de fumaça preta e suas manutenções.	Consolidando as aferições de todos os módulos em base única (Power BI).	UNF-BA
	3. Revisar procedimento de fumaça preta.	Manutenção	30/10/2021	Para direcionamento das ações de campo pelas equipes operacionais.	Incluindo as melhorias realizadas na gestão e monitoramento de emissões gasosas.	UNF-BA
	4. Realização de treinamento dos colaboradores.	Manutenção	01/09/2021	Para conhecimento das novas diretrizes do procedimento e correta aplicação em campo.	Realizando o treinamento do PO.01.06.0002 com os assistentes técnicos de manutenção.	UNF-BA
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)					

<p>Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
<p>Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)</p>	<p>O EMF implementou a forma de registro do monitoramento de Emissões Gasosas estabelecidos, tomando as seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os registros de monitoramento das emissões gasosas de máquinas e equipamentos passaram a ser realizados em formulários digitalizados (SmartQuestion), de forma a melhorar sua transmissão para um banco de dados; <div data-bbox="597 684 1330 1104" style="border: 1px solid #ccc; padding: 5px; margin: 10px 0;">  </div> <ul style="list-style-type: none"> • As informações passaram a ser consolidadas em um banco de dados e através do painel de gestão “Aferição de Fumaça Preta” é possível avaliar a data da realização e do próximo monitoramento, o status de cada equipamento, além da conformidade ou não das aferições realizadas. Caso haja alguma aferição acima do limite (>40%), é aberto uma Ordem de Serviço vinculada à manutenção realizada e identificado na tabela “Tratativa de não conformidade”. O sistema de gestão de manutenção permite a indicação do tipo de apontamento como “Aferição de Fumaça Preta”; <div data-bbox="646 1451 1279 1818" style="border: 1px solid #ccc; padding: 5px; margin: 10px 0;">  </div>

	<p>Realizado o treinamento para os Assistentes Técnicos de Manutenção de Silvicultura e Colheita para utilização do SmartQuestion.</p> <p>Evidências:</p> <p>Evidências na pasta: 07_NCR_FSC_11_NCR_CERFLOR_2021_SSQV_MAN</p>
<p>Revisão da SysFlor <i>(Análise de eficácia)</i></p>	<p>Controle de emissões gasosas dos equipamentos de silvicultura e colheita: Conforme o PO.01.06.0002, o registro do monitoramento da emissão da fumaça preta deve ser realizado pelo formulário (Anexo I do procedimento) e obrigatoriamente digitalizado para o aplicativo Smartquestion, a fim de que todos os registros estejam disponíveis no sistema online. O EMF apresentou o relatório do aplicativo – Fumaça preta e também a planilha “Histórico – Apontamentos Fumaça Preta”. Foi evidenciada a realização de Reunião de Rotina de Manutenção - 09.02.2022 exemplificando a sistemática de coleta e registro das emissões gasosas pelos equipamentos na UMF.</p> <p>Por fim, foi evidenciado que o EMF está desenvolvendo um aplicativo para registro da aferição de fumaça preta, onde constam os dados: 1) Nome do notificador; 2) Data da aferição; 3) Horímetro; 4) Nível de Fumaça Preta, conforme escala de Ringelman; 5) evidências; 6) assinatura. De acordo com o EMF, caso uma aferição esteja acima do Nível 2 – 40%, o Assistente Técnico de Manutenção deve informar qual foi a tratativa e número de atendimento da ordem de serviço para solucionar o caso. A aferição acima do nível permitido só será considerada como solucionada após esse preenchimento no aplicativo. Esses dados são consolidados via PowerBI e demonstram:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Resultado e status das aferições acompanhadas com o número de atendimento: 99 registros “Conforme: Menor e igual a Nível 2 – 40%” e nenhum registro “Não conforme: Maior que Nível 2– 40% não tratado” ou “Solucionado: Maior que Nível 2 – 40% tratado”; - Última aferição realizada e quando será realizada a próxima aferição; - Apontamento das tratativas de aferições maior que Nível 2 – 40%, constando de forma resumida como foi tratado e número da ordem de serviço para pesquisa; - Quantitativo das aferições realizadas, por nível de densidade, conforme escala de Ringelman, Totalizando 95 aferições, sendo 94 Nº 1 Densidade 20% e 5 nº 2 Densidade 40%. <p>Esse sistema permite uma integração das informações de manutenção e do monitoramento de fumaça preta.</p>
<p>Situação atual da NC/OM:</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Fechada</p> <p><input type="checkbox"/> Outra decisão <i>(consulte descrição acima)</i></p>

Constatação Número: 2021-12

Selecione uma: NC maior NC menor OM

NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):	
Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input checked="" type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Indicador(es) Cerflor:	5.1. b
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):	
<p>O EMF estabeleceu em sua matriz de impactos sociais, como medidas de mitigação e controle para o impacto de “Isolamento de propriedades e comunidades”, o recuo de plantios em locais onde o afastamento mínimo não foi respeitado e disponibilização de áreas para Associações Comunitárias (PDRT - Programa de Desenvolvimento Rural Territorial) por meio de contrato de comodato, de modo que observou-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A existência de 57 Associações/Cooperativas, das quais 31 possuem contrato de comodato, em processo de atualização e ampliação de vigência, sob análise do setor jurídico da empresa, conforme evidenciado na tabela apresentada pela empresa e em consultas às comunidades Rio do Sul, Helvécia e Nova Esperança (Espora Gato). Há uma dependência das comunidades para formalização do contrato para retirar a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) que permite o acesso às políticas públicas para a agricultura familiar; - Que, em 2019, foi iniciado o processo de construção do PDRT - Programa de Desenvolvimento Rural Territorial na Comunidade Quilombola Candido Mariano, conforme ata de reunião apresentada. Devido ao COVID-19, não foi possível reunir com a comunidade para andamento das atividades em 2020, sendo o diálogo realizado via remota e individualmente. Tem-se uma área da UMF ocupada (B7AG14), a qual foi cedida pela empresa para a Comunidade Quilombola Candido Mariano para posterior formalização de contrato de comodato, conforme ata apresentada. No entanto, devido à não implementação do PDRT, observou-se que não foram obedecidos, pela comunidade, os critérios de seleção estabelecidos pela empresa, havendo a ocupação da área sem um consenso de todos da comunidade e sem acompanhamento por parte da empresa. No local foi evidenciada a existência de plantios e moradias. Na consulta pública realizada no processo de auditoria, constatou-se que a área vem sendo oferecida para venda por esses ocupantes e houve reclamações quanto à ocupação destas áreas por pessoas que não necessitam de terra para agricultura. 	
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):	
<p>Matriz de impactos sociais; Consulta Pública.</p>	
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>	
Ação Imediata (quando aplicável)	1. Identificado todos os contratos que precisam ser renovados o CNPJ da Suzano.
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	1. Falta de atualização do CNPJ nos contratos de comodato (PDRT); 2. Falha no prosseguimento da regularização das Associações de Cândido Mariano.
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de	O EMF irá ajustar e concluir o processo de formalização dos contratos de comodatos de PDRT. Para Candido Mariano, serão realizadas reuniões com a(s) associação(ões) para regularização do comodato em questão.

Melhoria (incluindo qualquer evidência encaminhada)						
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	O que fazer (ação de correção)	Área Responsável	Quando (prazo/conclusão)	Porque (justificativa da ação)	Como (detalhamento da ação)	Onde
	1 - Ajustar minuta atual dos contratos.	Desenvolvimento social	15/04/2022	Para atualizar prazo dos contratos de comodato após a fusão.	Atualizando as minutas e incluindo o CNPJ da Suzano e deliberando no CVC Corporativo, eventuais alterações em clausulas dessas minutas.	UNF-BA
	2. Implementar a minuta para formalização dos contratos de comodato dos PDRTs.	Desenvolvimento social	15/05/2022	Para ter os direitos e deveres estabelecidos entre as partes.	Formalizando os contratos junto à Gestão de Ativos para os PDRTs vigentes na unidade.	UNF-BA
	3. Realizar reuniões com a(s) Associação(ões) de Candido Mariano.	Desenvolvimento social	15/05/2022	Manter diálogo e engajamento entre as partes envolvidas no processo.	Através de reuniões (presenciais ou virtuais) para discussão de possível contrato de comodato com a(s) Associação(ões), onde são discutidos os assuntos: 1. Direitos e deveres do comodato; 2. Aptidões para realização de agricultura; 3. Sanções na realização de atividades (vendas) irregulares. Não havendo consenso, seguirá com tratativas para ocupações irregulares.	UNF-BA
4. Estabelecer os registros das reuniões.	Desenvolvimento social	15/05/2022	Para manter os registros das ações que estão sendo tomadas internamente para solução do assunto.	Reunir as atas dos fóruns onde o tema dos contratos foi abordado.	UNF-BA	
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima):					
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):					

Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)

O EMF identificou a necessidade de atualização do CNPJ nos contratos de comodato (PDRT) e dar prosseguimento da regularização das Associações de Cândido Mariano, entre outras. Desta forma, o EMF realizou o planejamento e reuniões internas entre as áreas de Desenvolvimento Social, Jurídico e Imobiliário, para realização da atualização das minutas, incluindo o CNPJ da Suzano S.A e deliberando no CVC (Comitê de Valor Compartilhado) Corporativo, eventuais alterações em cláusulas dessas minutas.

Foram identificados os contratos que precisam ser renovados o CNPJ e razão social da Suzano. Exemplo: “Termo de Aditamento 01, da Associação Comunitária de Bela Vista – aditivo de renovação com permanência do prazo de vigência de 10 anos, e alteração de comodante passando de SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A para SUZANO S.A”.

Abaixo os status dos contratos:

- Na comunidade de Cândido Mariano, localizada no município de Nova Viçosa/BA, atualmente, são beneficiadas 24 pessoas no processo de engajamento do Programa de Desenvolvimento Rural e Territorial. Foi identificado que, para a elaboração do contrato de comodato, há a necessidade da regularização da documentação por parte da Associação de Agricultores Rurais, onde o EMF tem disponibilizado recursos e equipe para conclusão do processo.



- Na comunidade de Helvécia, localizada no município de Nova Viçosa/BA, atualmente, são beneficiadas 82 pessoas no processo de engajamento do Programa de Desenvolvimento Rural e Territorial. Tem sido realizada a atualização de 2 contratos, 1 estando com o status de revisão da minuta (considerando os ajustes entre as partes) e outro aguardando a incorporação das áreas da Parkia;
- Na comunidade de Rio de Sul, localizada no município de Nova Viçosa/BA, atualmente, são beneficiadas 179 pessoas no processo de engajamento do Programa de Desenvolvimento Rural e Territorial. Tem sido realizada a atualização de 2 contratos, 1 contrato estando em fase de assinatura via DocuSign (sistema de assinatura de contratos de forma virtual, enviado por e-mail para a Associação) e outro está aguardando a incorporação das áreas da Parkia;
- Na comunidade de Espora Gato (Nova Esperança), localizada no município de Caravelas/BA, atualmente, são beneficiadas 83 pessoas no processo de engajamento no Programa de Desenvolvimento Rural e Territorial. Tem sido realizada a atualização de 3 contratos, sendo 2 com o status de revisão da minuta (considerando os ajustes entre as partes) e outro aguardando a incorporação das áreas da Parkia.

Quando da formalização dos contratos, o EMF faz reuniões (presenciais ou virtuais) para discussão de possíveis cláusulas do contrato de comodato com a(s) Associação(ões), onde são discutidos os assuntos:

- Direitos e deveres do comodato;

	<ul style="list-style-type: none"> • Aptidões para realização de agricultura; • Sanções na realização de atividades (vendas) irregulares. <p>Todo o processo de inclusão ou atualização de comodatos são realizados pelo sistema interno de contratos, o PROJURIS, onde são realizadas as requisições, elaboração de minutas e compartilhamento entre as partes para validação das estruturas e cláusulas. Após as validações, ocorre o processo de assinatura (virtualmente), seguindo o fluxo interno e externo. Não havendo consenso entre as partes, seguirá com tratativas para ocupações irregulares.</p> <p>Com a revisão da minuta dos contratos de comodatos as medidas estão implementadas na rotina de formalização e os fluxos de renovação dos contratos estão estabelecidos na rotina do processo do PDRT, conforme descrito no Manual de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural e Territorial (MA.26.00.0002).</p> <p>Evidências: 10_NCR_FSC_12_NCR_CERFLOR</p>
<p>Revisão da SysFlor <i>(Análise de eficácia)</i></p>	<p>O EMF evidenciou o processo de revisão da minuta dos contratos de comodatos e que estão sendo implementadas as rotinas de formalização, de modo que os fluxos de renovação dos contratos estão estabelecidos na rotina do processo do PDRT, conforme definido no “Manual de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural e Territorial (MA.26.00.0002)”. Foi apresentada uma síntese do status dos contratos por comunidade. No caso da comunidade Candido Mariano, o EMF evidenciou que há a necessidade da regularização da documentação por parte da Associação de Agricultores Rurais e que procurou fornecer apoio por meio de recursos e equipe para auxiliar a liderança nesse processo, mas ainda não obteve devolutiva da comunidade.</p> <p>Em consulta pública durante a auditoria, foi verificado que a empresa está mantendo contato com representantes das associações, de forma a esclarecer o processo de comodato e dar seguimento à assinatura.</p> <p>Assim, evidenciou-se que o EMF tem tomado as ações cabíveis visando a mitigação e controle para o impacto de “Isolamento de propriedades e comunidades”, como a disponibilização de áreas para Associações Comunitárias (PDRT - Programa de Desenvolvimento Rural Territorial), por meio de contrato de comodato.</p>
<p>Situação atual da NC/OM:</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão <i>(consulte descrição acima)</i></p>

Constatação Número: 2021-13

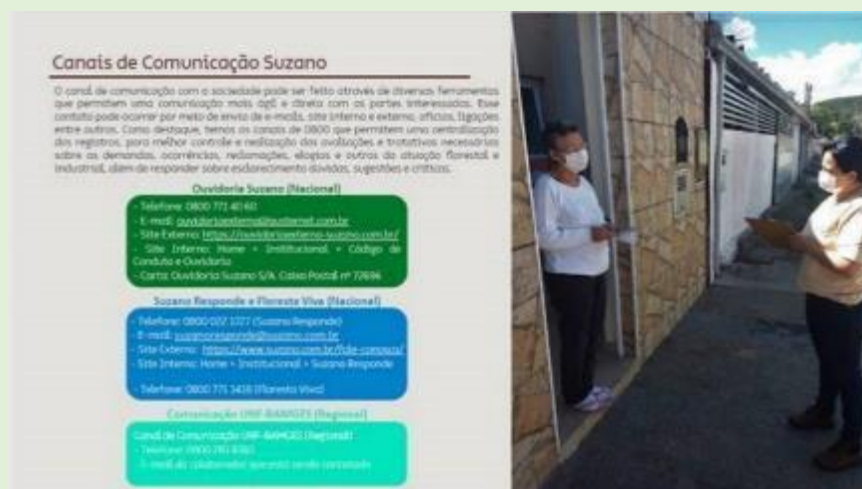
Selecione uma: NC maior NC menor OM

NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):							
Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação		<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input checked="" type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):					
Indicador(es) Cerflor:		5.2. b)					
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):							
<p>Foi observado que demandas e reclamações identificadas nas consultas públicas realizadas durante o processo de auditoria com as comunidades locais e tradicionais (Pedra d'água II, Nova esperança, Helvécia, Quilombo Cândido Mariano e Rio do Sul) não foram captadas pelo EMF por meio dos seus mecanismos de comunicação (por exemplo, demanda de oportunidade de emprego, reclamação de proximidade do plantio das moradias, formalização do contrato de comodato, solicitação de resolução de situação fundiária - Ocupação MOLTRAF) e dado os devidos direcionamentos. Portanto, os programas de consulta e canais de diálogo, não tem permitido a efetiva comunicação e engajamento da comunidade e de pessoas e grupos diretamente afetados pelas operações de manejo florestal.</p>							
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):							
<p>Análise documental; Entrevistas.</p>							
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>							
Ação Imediata (quando aplicável)		1. Definição de fluxo de registro das demandas oriundas de conversas informais realizadas com comunidades para serem direcionadas ao canal oficial da empresa (0800), por meio da realização de treinamentos com supervisores das operações florestais para orientação aos times de campo do procedimento.					
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:		1. Falha na divulgação dos canais de comunicação oficiais da Suzano; 2. Falta de treinamento dos colaboradores que recebem reclamações das partes interessadas.					
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)		O EMF irá elaborar um material com todos os canais de comunicação da empresa, a fim de esclarecer quais são os meios de comunicação para contato com a Suzano. O material será divulgado interna e externamente, com os líderes e multiplicadores operacionais e com as lideranças das comunidades.					
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)		O que fazer (ação de correção)	Área Responsável	Quando (prazo/ conclusão)	Porque (justificativa da ação)	Como (detalhamento da ação)	Onde
		1. Identificar os canais/meios de comunicação aplicáveis às comunidades.	Desenvolvimento Social	15/04/2022	Para melhorar a comunicação e o relacionamento entre as partes.	Por meio da elaboração de material contendo todos os canais de diálogo da empresa, que podem ser utilizados pelas comunidades (0800, Diálogo Operacional, visitas,	UNF-BA

					Ouvidoria, Suzano responde, redes sociais).		
	2. Treinamento e conscientização dos líderes da equipe operacional.	Desenvolvimento Social	30/04/2022	Para capacitar e conscientizar as equipes ao receberem demandas e questionamentos das comunidades.	Através de treinamento das equipes de campo com maior interface com as comunidades (logística, silvicultura, colheita e IP) e time social (própria).	UNF-BA	
	3. Divulgar o material para as comunidades.	Desenvolvimento Social	30/04/2022	Para registro, direcionamento e tratativa das demandas das partes interessadas.	Através da divulgação dos canais oficiais de diálogo da Suzano nas comunidades prioritárias e avaliando a efetividade da divulgação dos canais.	UNF-BA	
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>):						
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):						
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)	<p>O EMF identificou uma falha na divulgação dos canais de comunicação oficiais da Suzano junto as comunidades e a necessidade de reciclagem (treinamento) dos colaboradores que recebem reclamações e fazem interface com as partes interessadas. Desta forma, definiu o fluxo de registro das demandas oriundas de conversas informais realizadas com comunidades para serem direcionadas ao canal oficial da empresa (0800) e elaborou material de comunicação em linguagem apropriada, para realização de treinamentos com supervisores das operações florestais para orientação aos times de campo, e também com as equipes das operações industriais, conforme procedimento.</p>						



Capa do Material de Treinamento



Orientação nas comunidades.

Nos dias 03/05 e 05/05 de 2022, o EMF realizou treinamentos sobre os Canais de Comunicação com Partes Interessadas com participação dos supervisores das Operações Florestais (Silvicultura, Colheitas, Logística e Negócios Florestais) e das áreas de Relações Corporativas e Inteligência Patrimonial, através de plataforma virtual de comunicação.

Treinamento virtual nos dias 03/05 e 05/05 de 2022, com as Operações Florestais, Relações Corporativas e Inteligência Patrimonial.



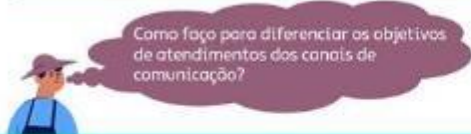
Treinamento no dia 13/06 de 2022 (REMEN – Reunião Mensal de Resultados da Industrial)

O EMF realizou a construção dos materiais de comunicação interna, de forma a permitir que os colaboradores possam ter um material de consulta, desde a entender quais são as partes interessadas das atividades de influência do manejo, como as boas práticas de gestão sobre as comunicações recebidas e registradas em seu sistema de partes interessadas, o SISPART.

Partes Interessadas / Público de Interface Externo



Canais de Comunicação da Suzano



 Sobre o Manejo	 Sobre demandas e doações	 Sobre outros temas	<p>Comunicar UNIF-BAYGES Deve ser utilizado para o envio de solicitações, ocorrências, reclamações, sugestões ou dúvidas sobre o Manejo Florestal e atividades da Indústria da Suzano nos estados da Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais. 0800 283 8383</p>
 Sobre a Indústria	 Elogios e Sugestões		

Boas Práticas suzano

O que devo fazer ao ser contatado por alguma Parte Interessada?

- 1**



Oriente que a parte interessada deverá acessar o canal de comunicação da empresa via **0800 283 8383**, para registrar a demanda, reclamação, ocorrência ou outros.
- 2**



Comunique ao seu superior imediato.
- 3**



Solicite a abertura de uma ocorrência no SISPART, sobre o contato recebido.

Boas Práticas suzano

Atente-se as notificações do SISPART

- 1**



Verifique em sua Caixa de entrada do e-mail se há notificações do SISPART sobre possíveis pendências em sua avaliação.
- 2**



Caso tenha dúvidas, entre em contato com a área de Desenvolvimento Social. Ex.: Acessos, senha, complementação das informações dos registros ou outros.
- 3**



Atente-se ao prazo de resposta! A meta da companhia é de 30 dias para retorno ao requerente e o não atendimento pode gerar uma insatisfação das partes Interessadas e consequentemente uma má favorabilidade para a Suzano.

Em reforço a rotina de divulgação dos Canais de Comunicações junto as comunidades, o EMF realizou a confecção de cartazes e cartões de visitas para afixação e distribuição nas comunidades de sua base de atuação na UNF-BA, de modo a assegurar o acesso ao canal oficial da unidade pelos comunitários. Os cartazes estão sendo afixados em locais de maior circulação nas comunidades para uma ampla divulgação como em escolas, postos de saúde, sede de associações e entre outros locais.



Cartaz e Cartão de visitas



Distribuição do cartão de visita e afixação do cartaz na comunidade de Arara, no município de Teixeira de Freitas/BA



Distribuição do cartão de visita e afixação do cartaz na comunidade de São Benedito, no município de Caravelas/BA

		<p>Distribuição do cartão de visita e afixação do cartaz na comunidade de Pouso Alegre, no município de Alcobaça/BA</p> <p>Com as medidas de conscientização e divulgação, o EMF vem buscando assegurar que os programas de consulta e canais de diálogo, permitam a efetiva comunicação e engajamento das comunidades diretamente afetadas pelas operações de manejo florestal.</p> <p>Evidências: 09_NCR_FSC_13_NCR_CERFLOR</p>
<p>Revisão da SysFlor <i>(Análise de eficácia)</i></p>	<p>Foi verificado em consultas públicas que o EMF, elaborou cartaz divulgando seus canais de comunicação, e que os mesmos estavam fixados em locais públicos, de fácil visualização. Ademais, a empresa definiu o fluxo de registro das demandas oriundas de conversas informais realizadas com comunidades para serem direcionadas ao canal oficial da empresa (0800), as quais estão sendo registradas no SISPART. Ainda, evidenciou treinamento (i.e., print screen de Treinamento virtual nos dias 03/05 e 05/05 de 2022 e registro fotográfico de treinamento presencial no dia 13/06/2022) destinado a supervisores das Operações Florestais e das áreas de Relações Corporativas e Inteligência Patrimonial, sobre os canais de comunicação e partes interessadas com as equipes.</p>	
<p>Situação atual da NC/OM:</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão <i>(consulte descrição acima)</i></p>	

3.2. Não Conformidades (NC) e Oportunidades de Melhoria (OM) emitidas nesta avaliação

<p>Constatação Número: 2022-01</p>
<p>Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input checked="" type="checkbox"/> OM</p>

<p>Prazo para apresentação do plano de ação corretiva (ou ação de melhoria)</p>	<p><input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação</p> <p><input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final</p> <p><input type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação)</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria)</p> <p><input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):</p>					
<p>NC/OM emitida para a seguinte UMF (quando mais de uma UMF):</p>						
<p>Padrão e Indicador:</p>	<p>Padrão ABNT NBR 14789:2012, indicador 1.1. b</p>					
<p>Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):</p> <p>A Norma Regulamentadora 31 (NR 31) teve sua última modificação em 22/10/2020, com início de vigência em 27/10/2021 (Portaria SEPRT 22.677). O novo texto da norma trouxe em seu item 31.7.6.1 a obrigatoriedade de banho para os trabalhadores rurais envolvidos na aplicação de agrotóxicos depois de encerradas as atividades. O EMF apresentou um procedimento de higiene corporal para seus trabalhadores em campo, viabilizando tal prática por meio de água, sabão e toalhas de papel, os quais seriam responsáveis/viáveis para higienizar membros inferiores, superiores e face (aproximadamente 64% do corpo do trabalhador). Se por um lado o procedimento adotado pelo EMF não viabiliza a higiene completa do corpo do trabalhador, por outro é bem verdade que a NR 31 deixa de conceituar, em seu glossário, a expressão “banho”, omitindo-se sobre sua operacionalização e extensão, relegando tal procedimento ao que restar estabelecido no PGRTR do empreendimento. Depões em favor do procedimento adotado pelo EMF, ainda, o conteúdo do artigo 8º da CLT, que estabelece os usos e costumes como elemento integrador do Direito do Trabalho em face de omissão normativa, como a que se refere ao conceito de “banho” para o campo da Segurança e Saúde do Trabalho. Com isso, tem-se que o empreendimento se utiliza da prática costumária da rotina florestal para integração do conteúdo da norma regulamentadora, estando tal conduta amparada pelo texto celetista, aplicável a este conflito/omissão normativa. Entretanto, considerando-se a recente vigência do texto regulamentador, bem como do amadurecimento e aperfeiçoamento potencial que se seguirá, é conveniente que o EMF empreenda esforços no sentido de validar o procedimento adotado pela empresa junto ao órgão competente.</p>						
<p>Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):</p> <p>Inspeção de campo; entrevistas com colaboradores; procedimentos operacionais.</p>						
<p><i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i></p>						
<p>Ação Imediata (quando aplicável)</p>						
<p>Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:</p>						
<p>Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)</p>						
<p>Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)</p>	<p>O que fazer (ação de correção)</p>	<p>Área Responsável</p>	<p>Quando (prazo/conclusão)</p>	<p>Porque (justificativa da ação)</p>	<p>Como (detalhamento da ação)</p>	<p>Onde</p>

Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão:
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)	
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)	
Situação atual da NC/OM:	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)

Constatação Número: 2022-02	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input checked="" type="checkbox"/> NC menor <input type="checkbox"/> OM	
Prazo para apresentação do plano de ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação <input checked="" type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
NC/OM emitida para a seguinte UMF (quando mais de uma UMF):	
Padrão e Indicador:	Padrão ABNT NBR 14789:2012, indicador 1.1. b
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): O procedimento PO 24.01.0001 “Controle de Captação de Água Superficial e Subterrânea” (Revisão 0, de 28/jun./2021) orienta que a captação de água só poderá ser realizada em pontos outorgados ou cadastrados junto aos órgãos estaduais responsáveis. Em situações de caráter emergencial, como combate a incêndio, está dispensada de autorização. Contudo, na inspeção da fazenda B2B2 foi verificado que a água obtida para a irrigação de mudas na atividade restauração ecológica estava sendo obtida em ponto não outorgado.	
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): Procedimento PO 24.01.0001; inspeção de campo.	

Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)						
Ação Imediata (quando aplicável)						
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:						
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)						
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	O que fazer (ação de correção)	Área Responsável	Quando (prazo/conclusão)	Porque (justificativa da ação)	Como (detalhamento da ação)	Onde
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão:					
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):					
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)						
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)						
Situação atual da NC/OM:	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)					

Constatação Número: 2022-03

Selecione uma: NC maior NC menor OM

Prazo para apresentação do plano de ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):					
NC/OM emitida para a seguinte UMF (quando mais de uma UMF):						
Padrão e Indicador:	Padrão ABNT NBR 14789:2012, indicador 1.3. b					
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): Foi evidenciado em inspeção à operação de carregamento (fazenda B2CC) a oportunidade de melhoria da condição da área de vivência utilizada pelos operadores visando a proteção contra intempéries (i.e., chuva). A atual estrutura se trata de uma cobertura de lona acoplada à máquina com tamanho de cerca de 1 m ² , acrescida de mesa e assento para realização das refeições e descanso do operador.						
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): Inspeção de campo; entrevistas com colaboradores.						
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>						
Ação Imediata (quando aplicável)						
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:						
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)						
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	O que fazer (ação de correção)	Área Responsável	Quando (prazo/ conclusão)	Porque (justificativa da ação)	Como (detalhamento da ação)	Onde
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão:					
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):					
Evidência de						

implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)	
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)	
Situação atual da NC/OM:	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)

Constatação Número: 2022-04						
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input checked="" type="checkbox"/> NC menor <input type="checkbox"/> OM						
Prazo para apresentação do plano de ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação <input checked="" type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):					
NC/OM emitida para a seguinte UMF (quando mais de uma UMF):						
Padrão e Indicador:	Padrão ABNT NBR 14789:2012, indicador 1.3 b					
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): Foi evidenciado na operação de controle de exóticas em áreas de conservação na Fazenda B3AF, realizada por EPS, que a motosserra utilizada estava operando sem pino pega corrente, item obrigatório de segurança para funcionamento do equipamento, conforme requer a NR 31.						
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): Procedimento PG.23.10.0005; entrevistas.						
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>						
Ação Imediata (quando aplicável)						
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:						
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)						
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	O que fazer (ação de correção)	Área Responsável	Quando (prazo/conclusão)	Porque (justificativa da ação)	Como (detalhamento da ação)	Onde

Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão:
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)	
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)	
Situação atual da NC/OM:	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)

Constatação Número: 2022-05	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input checked="" type="checkbox"/> NC menor <input type="checkbox"/> OM	
Prazo para apresentação do plano de ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação <input checked="" type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
NC/OM emitida para a seguinte UMF (quando mais de uma UMF):	
Padrão e Indicador:	Padrão ABNT NBR 14789:2012, indicador 1.3. b
<p>Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):</p> <p>O EMF disponibiliza automóveis próprios visando o deslocamento de trabalhadores para as frentes de trabalho no campo, sendo que tais veículos são dirigidos na abertura e fechamento dos turnos pelos próprios empregados da operação (operadores de máquinas, mecânicos ou motoristas). Verificou-se a partir das entrevistas e consultas públicas que alguns trabalhadores operacionais são remunerados pelas horas de percurso dirigidas até as frentes de trabalho, ao passo que outros, que não são contratados para função de motorista, deixam de ter as referidas horas computadas em suas jornadas de trabalho. Foi evidenciado que o EMF já identificou o desvio por meio de seus canais internos e levou a questão para discussão em grupos de trabalho com vistas à revisão e/ou solução, o que ainda está em fase de planejamento.</p>	

Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): Inspeções de campo; entrevistas.						
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>						
Ação Imediata (quando aplicável)						
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:						
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)						
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	O que fazer (ação de correção)	Área Responsável	Quando (prazo/conclusão)	Porque (justificativa da ação)	Como (detalhamento da ação)	Onde
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão:					
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):					
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)						
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)						
Situação atual da NC/OM:	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)					

Constatação Número: 2022-06

Selecione uma: NC maior NC menor OM

Prazo para apresentação do plano de ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação <input checked="" type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):					
NC/OM emitida para a seguinte UMF (quando mais de uma UMF):						
Padrão e Indicador:	Padrão ABNT NBR 14789:2012, indicador 1.3 d					
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): <p>O EMF possui o procedimento “Gestão de acesso e obrigações trabalhistas de empresas prestadoras de serviços” (Evidência: PG.23.10.0005, Revisão 4,- de 14/10/2021), que tem por objetivo definir os critérios e metodologias para o controle de regularidade das obrigações acessórias durante a vigência do contrato. Entretanto, verificou-se a existência de EPS contratada pelo EMF que indicou na última data-base a ausência de pretensão em firmar negociação coletiva com o sindicato da categoria profissional. Ainda, constatou-se a presença de EPS que, frustrada a negociação coletiva iniciada, celebrou negociação individual direta com os trabalhadores, encaminhando a proposta aceita para ratificação sindical por meio de acordo coletivo, suprimindo as formalidades das etapas sindicais deliberativas. O EMF deixou de identificar a condução da negociação coletiva pelas EPS nos termos da legislação em vigor.</p>						
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): Procedimento PG.23.10.0005; entrevistas.						
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>						
Ação Imediata (quando aplicável)						
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:						
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)						
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	O que fazer (ação de correção)	Área Responsável	Quando (prazo/ conclusão)	Porque (justificativa da ação)	Como (detalhamento da ação)	Onde
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão:					
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final					

	<input checked="" type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)	
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)	
Situação atual da NC/OM:	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)

Constatação Número: 2022-07	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input checked="" type="checkbox"/> OM	
Prazo para apresentação do plano de ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
NC/OM emitida para a seguinte UMF (quando mais de uma UMF):	
Padrão e Indicador:	Padrão ABNT NBR 14789:2012, indicador 1.3 e
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):	
<p>Foi evidenciada a emissão do Programa de Gerenciamento de Risco no Trabalho Rural, versão 1, em Julho de 2022, o qual está em fase revisional após a entrega pela consultoria, sendo portanto conveniente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Melhorar a interface com os procedimentos da empresa, com a NR 31, Item 31.3.5, alíneas b), c), d), e) e f). - Melhorar as evidências da hierarquia, conforme Item 3.3.3. alínea d inciso I a IV. - Padronizar a nomenclatura dos cargos nos documentos do sistema de gestão de segurança, a fim de evitar falhas na execução dos ASOs, conforme riscos presentes no PGRTR e exames listados no PCMSO. - Revisar a redação dos textos das conclusões do Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT emitido em 21/03/2022. 	
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):	
PGRTR; LTCAT; outros documentos de SST.	
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>	
Ação Imediata (quando aplicável)	

Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:						
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)						
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	O que fazer (ação de correção)	Área Responsável	Quando (prazo/conclusão)	Porque (justificativa da ação)	Como (detalhamento da ação)	Onde
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão:					
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):					
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)						
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)						
Situação atual da NC/OM:	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)					

Constatação Número: 2022-08	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input checked="" type="checkbox"/> OM	
Prazo para apresentação do plano de ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
NC/OM emitida para a seguinte UMF (quando mais de uma UMF):	

Padrão e Indicador:	Padrão ABNT NBR 14789:2012, indicador 4.2. d					
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):						
<p>Nas inspeções de campo foi verificado que as estradas não apresentam pontos de erosão, estão bem conservadas e permitem o trânsito de veículos leves e pesados. Contudo, após um período de chuvas intensas, diversos trechos apresentavam alagamento, por falta de escoamento lateral. Nestas condições, o transporte de madeira poderia causar impactos ambientais indesejáveis.</p>						
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):						
Inspeção de campo.						
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>						
Ação Imediata (quando aplicável)						
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:						
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)						
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	O que fazer (ação de correção)	Área Responsável	Quando (prazo/conclusão)	Porque (justificativa da ação)	Como (detalhamento da ação)	Onde
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão:					
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):					
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)						
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)						
Situação atual da NC/OM:	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)					

Constatação Número: 2022-09	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input checked="" type="checkbox"/> NC menor <input type="checkbox"/> OM	
Prazo para apresentação do plano de ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação <input checked="" type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
NC/OM emitida para a seguinte UMF (quando mais de uma UMF):	
Padrão e Indicador:	Padrão ABNT NBR 14789:2012, indicador 5.2. c
<p>Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):</p> <p>Foi verificado que o EMF possui um sistema de notificação de partes interessadas (SISPART), bem como possui procedimentos de gestão social que incluem: “PO.26.01.0001 – Gestão de Demandas Sociais”; “PO.26.02.0001 – Gestão de Ocorrências de Partes Interessadas”; “PO.26.03.0001 – Diálogo Operacional”; “LT.26.00.0001/0002 – Matriz de Impactos Socioeconômicos – UNF BA” e “PG.26.00.0001 – Gestão de Projetos Socioambientais”.</p> <p>Historicamente, após a fusão do EMF com a Old-Fibria, foram tomadas algumas medidas a fim de melhor gerir as demandas das partes interessadas, tendo em vista que o EMF detectou que, até o final de 2019, a unidade Mucuri possuía um sistema de gestão de demandas e ocorrências de partes interessadas que se encontrava defasado quanto aos fluxos e funcionalidades para atendimento das necessidades de acompanhamento e análise do tempo médio de resposta e avaliação. Em setembro/2020 foi realizada a migração para um novo formato do SISPART, sistema parametrizado conforme novos fluxos, alçadas e responsáveis. Foram, então, realizados mais de 54 treinamentos, individuais e coletivos, visando a mudança de cultura na unidade, junto às operações e área correlatas. Alguns novos treinamentos foram realizados em maio/2022 sobre os Canais de Comunicação com Partes interessadas com participação dos supervisores das Operações Florestais (Silvicultura, Colheitas, Logística e Negócios Florestais) e das áreas de Relações Corporativas e Inteligência Patrimonial, em decorrência da CAR menor 2021-09.</p> <p>Também foi implementada, a partir de maio/2021, uma rotina de monitoramento e análise, com foco na redução do tempo de resposta para as partes interessadas. De modo que, a gestão e o acompanhamento dos registros realizado no SISPART são realizados, semanalmente e mensalmente, com envios de relatórios de avaliação, acompanhamento e status das pendências aos responsáveis. No primeiro semestre de 2022, a empresa realizou então uma avaliação do tempo de respostas das ocorrências registradas nesse intervalo de aprendizagem e detectou que devido ao número ainda alto do tempo de resposta, seria necessário, no 2º semestre/2022, a implementação do IDSA (Índice Desempenho Socioambiental), com o objetivo de mensurar a performance socioambiental das operações florestais e influenciar na remuneração variável, em casos de desvios. A implementação do IDSA está prevista para o último trimestre de 2022, e com ela, o EMF espera melhorar diretamente a redução no tempo médio de resposta das ocorrências do SISPART, a fim de atender o prazo de 30 dias estabelecido no PO.26.02.0001.</p> <p>Assim durante a auditoria, como o IDSA ainda está em fase de implementação, evidenciou-se várias notificações do SISPART com o status em atraso na sua condução (p.e., registro nº 15728 com data de registro</p>	

<p>inicial em 26/02/2022 encontra-se ainda em avaliação). O tempo médio de resposta, atualmente, é 202 dias de atraso (ocorrências).</p> <p>Considerando que o EMF demonstrou que vem tomando uma série de ações ao longo do tempo para tratativa deste desvio, algumas inclusive em fase de implementação, essa NC foi classificada como CAR menor.</p>							
<p>Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): Procedimentos sociais, SISPART; entrevista com responsáveis.</p>							
<p><i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i></p>							
<p>Ação Imediata (quando aplicável)</p>							
<p>Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:</p>							
<p>Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)</p>							
<p>Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)</p>		<p>O que fazer (ação de correção)</p>	<p>Área Responsável</p>	<p>Quando (prazo/conclusão)</p>	<p>Porque (justificativa da ação)</p>	<p>Como (detalhamento da ação)</p>	<p>Onde</p>
<p>Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)</p>		<p><input type="checkbox"/> Aceito</p> <p><input type="checkbox"/> Outra decisão:</p>					
<p>Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)</p>		<p><input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação</p> <p><input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação)</p> <p><input type="checkbox"/> Resposta é opcional (apenas Oportunidade de Melhoria)</p> <p><input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):</p>					
<p>Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)</p>							
<p>Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)</p>							
<p>Situação atual da NC/OM:</p>		<p><input type="checkbox"/> Fechada</p> <p><input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)</p>					

4. COMENTÁRIO DE PARTES INTERESSADAS

De acordo com os protocolos da Sysflor, a consulta às principais partes interessadas é um componente integral do processo de avaliação. A consulta foi realizada antes, durante e após a avaliação. O objetivo desta consulta é solicitar informações às partes interessadas sobre os pontos fortes e fracos do manejo florestal desenvolvido pelo EMF relativos aos padrões de certificação aplicáveis, assim como sobre a natureza da interação entre o empreendimento e as comunidades vizinhas.

4.1. Grupo de Partes Interessadas Consultadas

Os grupos de partes interessadas relevantes para esta avaliação foram identificados com base em uma lista das partes interessadas desenvolvida pelo EMF, em conjunto com outras partes identificadas por meio de outras fontes. Esses grupos consultados como parte da avaliação, podem incluir a gerência e os colaboradores do EMF, consultores florestais, empresas prestadoras de serviço, arrendadores, vizinhos confrontantes, organizações de interesse social e cívico locais e regionais, compradores das toras que são colhidas na UMF, membros e/ou representantes de tribos, organizações ambientais e conservacionistas locais e regionais, grupos e organizações de indústria florestal, bem como, pessoal de agências reguladoras locais, estaduais e federais, comunidades locais e outros grupos relevantes. As atividades de consulta às partes interessadas foram organizadas de maneira a dar aos participantes a oportunidade de fazer comentários a respeito do manejo florestal desenvolvido pelo EMF, com base nos requisitos do programa Cerflor.

4.2. Resumo dos comentários das partes interessadas e respostas dadas pela equipe

O quadro abaixo apresenta um resumo dos principais comentários recebidos das partes interessadas e as respostas da equipe de avaliação.

<input type="checkbox"/> A SysFlor não recebeu nenhum comentário de partes interessadas como resultado da consulta realizada durante essa auditoria .	
Comentários das Partes Interessadas	Respostas da SysFlor
Tema: Uso do aplicativo WhatsApp fora da jornada regular de trabalho	
<p>"Há preocupação quanto à postura da empresa ao permitir que seus supervisores e técnicos de manutenção façam uso de aplicativos de mensagem instantânea (i.e. WhatsApp) para cobrar de seus funcionários, fora de seus horários de trabalho, o cumprimento de metas de produção ou questões relacionadas à manutenção de maquinário."</p>	<p>O EMF criou um comunicado interno por meio do canal "Papo de Líder", orientando as lideranças no sentido de se evitar o uso do aplicativo WhatsApp e trazendo alternativas ao uso do mesmo. Para aferir a efetividade das novas normas, o chamado "Time Brasil", vinculado à área de Gente e Gestão, realizou visitas em campo para ouvir tanto os trabalhadores quanto as lideranças acerca de diversos temas, dentre os quais o uso de aplicativos de comunicação. Não foram identificados, por parte do "Time Brasil", relatos de desconformidade no uso do WhatsApp após a implementação das novas regras, conforme entrevistas com o setor responsável. Além disso, durante as entrevistas de campo aferiu-se que o uso do aplicativo tem ocorrido de forma absolutamente eventual e em situações e emergência, como alterações de atividades em virtude de condições climáticas.</p>

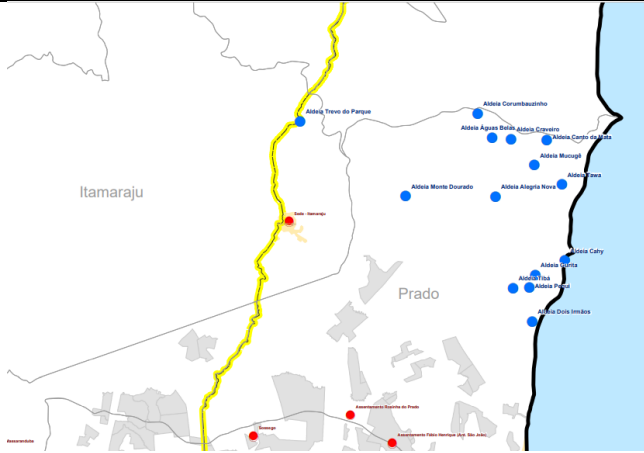


















Tema: Cumprimento de legislação trabalhista pelas EPS	
<p>"Foram recebidas algumas preocupações públicas, ao final e após a conclusão da auditoria, relacionados a aspectos trabalhistas, as quais estão veiculados na mídia, sobre questões como, cumprimento de legislação por EPS, cumprimento de TAC de melhoria de condições de trabalho firmado pela empresa, reintegração judicial de ex-funcionários demitidos por empresa que se fundiu à Suzano, entre outros."</p>	<p>O EMF possui o procedimento "Gestão de acesso e obrigações trabalhistas de empresas prestadoras de serviços" (Evidência: PG.23.10.0005/Revisão 4/14/10/2021), que tem por objetivo definir os critérios e metodologias para os processos de liberação de acesso, controle de regularidade das obrigações acessórias e entrevista de campo de EPS durante a vigência do contrato. O Controle de Obrigações Acessórias (COA), definido no procedimento, consiste no processo de análise de documentação dos terceiros e visa mitigar riscos trabalhistas e previdenciários que envolvem terceirizações e o cumprimento da legislação pelas EPS. Em suas análises mensais são avaliadas, pelo Escritório de Gestão Documental (DESTRA), documentações relativas ao pagamento de salários, INSS, FGTS, férias e rescisões, ao passo que em suas análises semestrais são avaliadas documentações relativas as condições estabelecidas em Convenções e Acordos Coletivos. Por meio de entrevistas com os trabalhadores próprios e das EPS, não se vislumbrou irregularidades com o pagamento de direitos trabalhistas, tampouco questões judiciais atinentes à reintegração de trabalhadores ou TAC's que ainda estejam em andamento.</p>
Tema: Uso múltiplo da florestal	
<p>Venho por meio desta, registrar reclamação contra a empresa Suzano, por não atendimento do Princípio 5 do FSC "Benefícios da Floresta" o qual passo a detalhar. A empresa Fibria, hoje incorporada a Suzano, possuía na cidade de Posto da Mata uma serraria cujos produtos eram adquiridos por diversos setores da economia regional com evidente e conhecido impacto positivo na redução do desmatamento de madeiras nativas. Os produtos de madeira de eucalipto, produzidos na serraria da Fibria, eram utilizados para construção civil, artesanato e outros diversos produtos de madeira. Com o fechamento da serraria em 2018 aprox. a empresa hoje incorporada a Suzano, deixou de atender um grande número de clientes, dentre os quais dezenas de artesãos que fabricam peças de decoração e utensílios domésticos, tais como, colheres, petisqueiras, tábuas de carne, dentre outros. Ou seja, a</p>	<p>A equipe de auditoria não identificou a existência de uma associação formal de artesãos na cidade de Posto da Mata, entretanto, foi entrevistado uma artesã da região, que realiza seus artesanato (mesa, cadeira) a partir de resíduos e raízes da madeira. Segundo os Consultores de Meio Ambiente da Suzano, a demanda pelo uso da Acácia para o artesanato, veio de um grupo de artesãos da região de Coroa Vermelha/Porto Seguro, que fica fora da área de atuação da Empresa. Neste aspecto, em relação ao uso da acácia para o artesanato, verificou-se que a Suzano elaborou o seguinte plano:</p> <ul style="list-style-type: none"> - visita a Coroa Vermelha, para conversar com o grupo de artesão com vista a identificar potencial da referida espécie no artesanato, prevista para 15 de setembro de 2022.

<p>empresa simplesmente deixou de ofertar madeira serrada para seus clientes e não oferece qualquer opção.</p> <p>Não se observa na citada empresa, empenho em resolver essa situação, mesmo sabendo que a falta de madeira legalizada, tem fomentado o retorno do desmatamento na Mata Atlântica, notadamente nos Parques Nacionais do Monte Pascoal e do Descobrimento, além de outros fragmentos florestais. Ainda, a empresa Suzano, vem realizando nas suas áreas de APP a supressão e corte de árvores da espécie Acacia nigra, madeira esta que poderia ser também disponibilizada para usuários de madeira regional e assim diminuir o impacto de desmatamento. Tampouco tem demonstrado empenho nesse sentido. Dessa forma, deixo aqui minha reclamação pelo descumprimento do 5 Princípio do FSC que essa empresa vem demonstrando, contribuindo assim, para o aumento do desmatamento na Mata Atlântica no extremo sul da Bahia.</p>	<p>- realizar um mapeamento com a amostragem inicial do agrupamento de Acácia;</p> <p>- em parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo em fase preliminares, está a realização de estudo para análise econômica e ambiental da acácia para o uso artesanal, por meio de um Termo de Parceria Nº 21.1309.</p> <p>Ainda, segundo o EMF, foi consultado o INEMA, sobre a autorização para controle de exóticas (acácia) e houve uma resposta foi que <i>"o parágrafo primeiro do artigo.139 da Lei 10.431/06, estão dispensados de autorização ambiental as intervenções em áreas de preservação permanente e reserva legal realizadas em acordo com a legislação vigente para fins de enriquecimento e restauração ambiental"</i>.</p> <p>Portanto, está em fase de estudo a viabilidade do uso da Acácia nigra para artesanato, por meio de um grupo de trabalho multidisciplinar envolvendo a equipe social e ambiental da empresa.</p>
<p>- "A empresa permite a instalação dos apiários em suas áreas de reserva legal, entretanto, não há contratos entre as associações e a Suzano que formalize a disponibilidade das áreas a longo prazo."</p> <p>- "Há superlotação do programa de apicultura promovido pela empresa. A proximidade da instalação dos apiários resulta na competição das áreas pelas abelhas, o que resulta em uma menor produção e impactos negativos na renda dos apicultores."</p>	<p>O Programa Colmeias, iniciativa social da Suzano S/A tem como objetivo promover o fortalecimento da cadeia apícola nas regiões de atuação da empresa, contribuindo para a geração de renda e a melhoria da qualidade de vida das comunidades contempladas, bem como para a conservação do meio ambiente. Atuando no âmbito da assistência técnica e tecnológica, o Colmeias oferece capacitação aos apicultores beneficiados, e, ao lado de profissionais especializados, são desenvolvidas atividades para aperfeiçoar a prática da apicultura, desde a atuação direta no campo até a comercialização dos produtos.</p> <p>A parceria da empresa junto ao público beneficiário, vem ocorrendo desde 2012, ano de implantação do Programa. É feita por meio de assistência técnica, com a presença de profissionais que apoiam o apicultor diretamente no campo, insumos e materiais utilizados na apicultura como macacão, luvas e botas, e apoio na comercialização dos produtos oriundos da apicultura, como o mel, o pólen e o própolis. Os produtores também participam de cursos de qualificação e orientações sobre apicultura básica e avançada, técnicas de beneficiamento dos produtos e as diretorias das</p>

	<p>associações têm suporte técnico administrativo contínuo na gestão das entidades.</p> <p>Os Apiários são instalados em áreas de reserva Legal da empresa, onde a autorização se dá por considerar a atividade apícola como sendo de baixo impacto, os apiários em geral são compostos em média de 20 e 30 colmeias cada, obedecendo um raio médio de 3 km de um apiário para outro. Atualmente a Unidade Mucuri possui cerca de 217,2 mil ha de áreas plantadas com eucalipto e cerca de 149,9 mil ha de florestas nativas ambos provedores de pasto apícula. O programa Colmeias possui na atualidade cerca de 9. 310 colmeias instaladas em todo o território em parceria com 7 associações de Apicultores. Considerando o distanciamento entre apiários que no máximo é de 3 km a empresa possui um potencial de uso do Pasto Apícula 5 vezes maior que a atual ocupação, considerando apenas áreas de vegetação nativas.</p> <p><i>Nos casos de Apiários irregulares.</i></p> <p>A utilização das áreas da empresa de forma irregular ocorre em casos esporádicos, quer seja por apicultores profissionais oriundos de outros estados, nesses casos apicultores migratórios ou por pequenos apicultores, que estão na iniciação da atividade. Após a identificação de um apiário clandestino, é realizada uma investigação para localizar os possíveis proprietários. Nos casos em que há proprietários é solicitado a retirada das caixas. Caso seja identificado que o apiário pertence a pessoas do Território e ofertado a possibilidade de ingresso no Programa, onde o apiário passa pelo processo de regularização.</p> <p>Foi verificada a inclusão e/ou atualização de comodatos no Sistema interno de contrato ProJuris. Ademais, a empresa apresentou o “Manual de Gestão do Programa Colmeias (MA.26.00.0003)”, o qual estabelece critérios de participação para as associações, são eles: possuir a documentação em ordem (p.e., estatuto, documentos fiscais e contábeis, DAP jurídica, regimento interno) ou aderir o compromisso de regularização de documentação por meio das atividades de gestão do programa; estar com as obrigações estatutárias em dia, reuniões e assembleias periódicas, conforme estabelece em estatuto; elaborar e implantar regimento interno; possuir ou elaborar o cadastro</p>
--	--

	<p>dos associados; possuir ou criar um fundo de reserva; assinatura de termo de parceria extrativa. Ademais, a empresa evidenciou que desde a última auditoria alguns contratos já foram firmados, outros aguardam a renovação da presidência da associação e outros estão em fase elaboração da Minuta e sequencialmente seguirá para validação entre as partes. Atualmente, a UNF-BA atua com 7 Associações no programa Colmeias:</p> <ul style="list-style-type: none">• Na comunidade de Argolo, localizada no município de Nova Viçosa/BA, representada pela Associação Comunitária dos Agricultores e Apicultores de Argolo, atualmente, são beneficiadas 31 pessoas no processo de engajamento do Programa Colmeias. Foi realizada a requisição do contrato via sistema Projuris, onde está em fase elaboração da Minuta e sequencialmente seguirá para validação entre as partes;• Nas comunidades do Picadão da Bahia (Cruzelândia, Nova Brasília, Oliveira Costa e Rio do Sul), localizadas no município de Mucuri/BA, representadas pela Associação de Apicultores e Agricultores do Picadão da Bahia, atualmente são beneficiadas 202 pessoas no processo de engajamento do Programa Colmeias, o contrato está vigente e em utilização pela associação e seus apicultores;• Na sede do município de Mucuri/BA, representada pela Associação Apícula de Mucuri, atualmente são beneficiadas 112 pessoas no processo de engajamento do Programa Colmeias, estando o contrato em fase de assinatura, onde essa conclusão aguarda a renovação da presidência da associação, devido ao falecimento do presidente;• Nas comunidades de Rancho Queimado e Igrejinha, localizadas no município de Caravelas/BA, representadas pela Associação de Apicultores de Rancho Queimado e Igrejinha, atualmente são beneficiadas 52 pessoas no processo de engajamento do Programa Colmeias, o contrato está vigente e em utilização pela associação e seus apicultores;• Na sede do município de Teixeira de Freitas/BA, representada pela Associação dos Apicultores de Teixeira de Freitas, atualmente são beneficiadas
--	--

	<p>80 pessoas no processo de engajamento do Programa Colmeias, estando o contrato em fase de assinatura, onde essa conclusão aguarda a renovação da presidência da associação;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Na comunidade de Rio do Sul, localizada no município de Nova Viçosa/BA, é representada pela Associação Quilombola do Rio do Sul, atualmente são beneficiadas 26 pessoas no processo de engajamento do Programa Colmeias, foi realizada a requisição do contrato via sistema Projuris, onde está em fase de elaboração da Minuta e sequencialmente seguirá para validação entre as partes; • No município de Caravelas/BA, representada pela Associação dos Apicultores de Caravelas, atualmente são beneficiadas 45 pessoas no processo de engajamento do Programa Colmeias, foi realizada a requisição do contrato via sistema Projuris, onde está em fase elaboração da Minuta e sequencialmente seguirá para validação entre as partes. <p>Quando da formalização dos contratos, o EMF faz reuniões (presenciais ou virtuais) para discussão de possíveis cláusulas do contrato de comodato com a(s) Associação(ões), onde são discutidos os assuntos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Direitos e deveres do comodato; • Aptidões para realização da apicultura; • Entre outras. <p>Assim, foi possível evidenciar que o EMF está avançando na formalização dos contratos com os apicultores, visando a sua formalização e incentivo à continuidade do projeto.</p>
<p>Tema: questões sociais</p>	
<p>Vídeo circulou na mídia sobre o evento de expulsão e queima de áreas florestais da empresa Suzano S.A. no município de Prado, Bahia, por povos indígenas Pataxó da região.</p>	<p>A equipe de auditoria verificou que a área em questão pertence a terceiros (fomento) e não está sob gestão da Suzano. No mapa abaixo pode ser visualizado que as áreas do empreendimento (cor cinza) estão distantes das áreas indígenas (pontos marcados na cor azul)</p>

	 <p>Legenda</p> <table border="0"> <tr> <td></td> <td>Limites Municipais</td> <td></td> <td>Rodovia: BR - 101</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Cidade Sede</td> <td></td> <td>Comunidades Locais</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Limite de Fazendas</td> <td></td> <td>Comunidades Tradicionais</td> </tr> </table> <p>Também foi verificado o “Posicionamento ABAF – Incidente Prado/ BA – Junho 2022”, em que a “Associação Baiana das Empresas de Base Florestal (ABAF) informa que o incidente em área de plantio de eucalipto no município do Prado, Extremo Sul da Bahia, não ocorreu em área própria de nenhuma das empresas associadas que atuam nesta região do estado; mas de um parceiro que fornece madeira à indústria de papel e celulose.”.</p>		Limites Municipais		Rodovia: BR - 101		Cidade Sede		Comunidades Locais		Limite de Fazendas		Comunidades Tradicionais
	Limites Municipais		Rodovia: BR - 101										
	Cidade Sede		Comunidades Locais										
	Limite de Fazendas		Comunidades Tradicionais										
<p>Há uma demanda enviada pela comunidade à Suzano BA referente a uma torre de celular. De acordo com a demanda, os plantios de eucaliptos têm comprometido o sinal da torre, segundo seu relato, e até o momento, não recebeu nenhuma resposta da empresa.</p>	<p>A equipe de auditoria evidenciou que o “SISPART - Sistema de Partes Interessada”, em que consta o registro 13.667 de 14/04/2021, que descreve problema causado com o plantio da SUZANO, e o comprometimento sinal de celular/internet. Como tratativa para a demanda, consta no sistema, resposta dada em 28/06/2022 “A Silvicultura fez uma avaliação de campo e constatou que é necessário realizar um recuo ao redor da casa para o atendimento do Fórum Florestal, mas que esta condição não teria relação com a falta de sinal. Para uma análise mais abrangente, sugerimos envolver a área de TI. Retorno realizado ao requerente que, conforme parecer da Silvicultura, não há relação direta entre eucalipto e o sinal. De qualquer forma, será executado o recuo de 40 metros conforme definição do fórum florestal.”.</p> <p>Considerando a demora do retorno dada à parte interessada, foi emitida uma não conformidade (vide</p>												

	<p>NC menor 2022-09) para que a empresa assegurar que a respostas fornecidas às partes interessadas sejam registrados e ocorram de acordo com o tempo máximo de 30 dias previsto no procedimento PO.26.02.0001 – Gestão de Ocorrências de Partes Interessadas.</p>
<p>A empresa está plantando os eucaliptos muito próximo das estradas, causando riscos de acidentes e bloqueio da estrada devido à queda de árvores nas principais estradas de acesso aos povoados e comunidades. A empresa fez uma reunião conosco, mas até agora nada foi resolvido.</p> <p>Também, os eucaliptos têm caído sobre a rede elétrica, causando falta de energia nas comunidades. Muitas árvores de eucalipto são plantadas sem o distanciamento devido da rede elétrica.</p>	<p>A equipe de auditoria verificou que, sobre o tema do recuo do plantio, considerando que esse tema necessita do envolvimento da Alta Direção da Suzano, sendo incluso na pauta do Comitê de Valor Compartilhado - CVC Bahia, na próxima agenda que está prevista para 13/09/2022. Após discussão do tema na reunião do Comitê de Valor Compartilhado - Bahia, com a presença dos gerentes executivos florestal, industrial e logística, seguirão os passos com os próximos passos e retorno à comunidade sobre a demanda.</p> <p>Informou também que fez uma rodada de campo para desobstrução das estradas no entorno da comunidade de Cruzelândia, especificamente nas UPs: B5BQ04 B5BQ02, B5BQ01, B5BM18, B5BM12, B5BM08, B5AG03, B5A917, B5A910, B5A912 e B5A021.</p> <p>No SISPART verificou-se registro de dezembro/2021 (15274 e 15272), informando obstrução da estrada por eucalipto, devido motivo de chuva e vendaval. A empresa retornou em junho/2022, informando ao requerente que foi realizado a desobstrução da via e o envio de equipamentos de malha viária para atender as comunidades no período de fortes chuvas.</p> <p>Considerando a demora do retorno dada à parte interessada, foi emitida uma não conformidade (vide NC menor 2022-09) para que a empresa assegurar que a respostas fornecidas às partes interessadas sejam registrados e ocorram de acordo com o tempo máximo de 30 dias previsto no procedimento PO.26.02.0001 – Gestão de Ocorrências de Partes Interessadas.</p>
<p>A empresa está monitorando o fenômeno da lama na praia de Nova Viçosa e a comunidade, mas seria importante a empresa disponibilizar para comunidade informações dos resultados parciais obtidos.</p>	<p>Os auditores evidenciaram que a empresa está realizando monitoramentos focados em Nova Viçosa a fim de entender o fenômeno dos sedimentos lamosos na praia, conforme cronograma de execução com previsão para conclusão em dezembro/2022. A empresa demonstrou que incluiu</p>

	<p>a comunidade, por meio de representantes do Movimento SOS Nova Viçosa, os quais acompanharam campanha de coleta de dados e batimetria. Também evidenciou que fez um infográfico divulgado à comunidade com as informações de monitoramento nas praias de Nova Viçosa descrevendo, entre outros detalhes, que “O levantamento está em curso e vai avançar pelos próximos meses. São coletadas cerca de 550 amostras por mês em diferentes pontos estratégicos, e os resultados vão ajudar a entender a intensidade e a abrangência do fenômeno que envolve a presença dos sedimentos lamosos em Nova Viçosa.”</p> <p>Nas consultas públicas realizadas confirmou-se a participação da comunidade e verificou-se que há demanda da comunidade por obter informações dos resultados parciais.</p> <p>Considerando que os dados obtidos no monitoramento estão sendo analisados pela empresa e que o cronograma de monitoramento encerra em dezembro/2022, os resultados ainda não foram disponibilizados à comunidade.</p>
<p>Tema: Legislação ambiental</p>	
<p>Existem barramentos irregulares existentes nas áreas da Suzano que reduzem a vazão de água nos rios.</p>	<p>Os auditores verificaram que o procedimento PO 24.01.0001 “Controle de Captação de Água Superficial e Subterrânea” (Revisão 0, de 28/jun./2021) orienta que a captação de água só poderá ser realizada em pontos outorgados ou cadastrados junto aos órgãos estaduais responsáveis. Em situações de caráter emergencial, como combate a incêndio, está dispensada de autorização. Contudo, na inspeção da fazenda B2B2 foi verificado que a água obtida para a irrigação de mudas na atividade restauração ecológica estava sendo obtida em ponto não outorgado. Foi emitida uma não conformidade (vide NC-Menor 2022-02, no indicador 1.1.b), para que a organização demonstre o cumprimento com as leis e regulamentos aplicáveis quanto a captação de água, que só poderá ser realizada em pontos outorgados ou cadastrados junto aos órgãos estaduais responsáveis.</p>
<p>Tema: OGM – Organismo Geneticamente Modificado</p>	
<p>Notícia veiculada na mídia: Carta Pública de Denúncia do Eucalipto Transgênico da Suzano Papel e Celulose:</p>	<p>Os auditores evidenciaram por meio da verificação de documentos e informações do PMF 2022 e</p>

<https://alertacontradesertosverdes.org/noticias/carta-publica-de-denuncia-do-eucalipto-transgenico-da-suzano-papel-e-celulose/>

entrevista com responsável pelo programa de Melhoramento Genético do EMF, a estrutura do Programa de MGF da empresa é baseada em Populações de Melhoramento compostas por diversas espécies de *Eucalyptus* de maior interesse (ex. *E. grandis* e *E. urophylla*), e também, uma ampla gama de espécies visando acesso a atributos que podem ser acrescentados via recombinação entre elas. Dentre estas espécies estão o *E. saligna*, *E. globulus*, *E. dunnii*, *E. benthamii*, *E. pellita*, *E. camaldulensis*, *E. brassiana*, entre outras. A Área de Melhoramento Genético Florestal da empresa tem como objetivo proporcionar ganhos contínuos em adaptabilidade, produtividade e qualidade da madeira para a produção de polpa celulósica, a partir da atuação sobre a base genética do Gênero *Eucalyptus* da empresa. Neste sentido, o principal produto do melhoramento é material genético (clone) com potencial para produzir maior quantidade de madeira com qualidade adequada para produção de celulose, de forma sustentável e no menor espaço de tempo possível. Este objetivo está diretamente relacionado ao atingimento das metas de longo prazo estabelecidas pela organização, especialmente ao tema “otimização do uso de recursos naturais”.

Conforme verificado no cadastro de materiais genéticos (clones) usados nos plantios de eucalipto da Suzano S/A, bem como, informações da Pesquisadora em Melhoramento Genético Florestal, não há uso de material transgênico na empresa. Os clones utilizados são provenientes do melhoramento genético tradicional, sem o uso de técnicas de transformação genética. Ademais, entre os compromissos da empresa no PMF 2022 (p. 41) está descrito: “em não se envolver direta ou indiretamente nas seguintes atividades:... Introdução de Organismos Geneticamente Modificados em operações florestais em desacordo com a legislação vigente no país”.

As áreas de pesquisa de OGM realizadas em 12 fazendas na UMF Bahia, estão fora do escopo da certificação, totalizando 278,82 ha, conforme descrito na listagem presente na seção “Áreas Fora do Escopo da Certificação” deste relatório.

Tema: Deslocamento de trabalhadores

<p>“A empresa coloca um carro à disposição dos trabalhadores para que os mesmos se desloquem até o campo. Entretanto, apesar de alguns trabalhadores sempre exercerem a função de motoristas, fora da jornada regular de trabalho, deixam de receber pelas referidas horas.”</p>	<p>Os auditores verificaram que o EMF disponibiliza automóveis próprios visando o deslocamento de trabalhadores para as frentes de trabalho no campo, sendo que tais veículos são dirigidos na abertura e fechamento dos turnos pelos próprios empregados da operação (operadores de máquinas, mecânicos ou motoristas). Verificou-se a partir das entrevistas e consultas públicas que alguns trabalhadores operacionais são remunerados pelas horas de percurso dirigidas até as frentes de trabalho, ao passo que outros, que não são contratados para função de motorista, deixam de ter as referidas horas computadas em suas jornadas de trabalho. Dessa forma, foi emitida a NC menor 2022-05, uma vez que o EMF deve remunerar a integralidade da jornada de todos os trabalhadores que prestam serviços na condução de veículos rumo às frentes de trabalho no campo.</p>
<p>Tema: Hospedagem de trabalhadores</p>	
<p>“Alguns trabalhadores que exercem suas atividades em locais mais distantes, acabam por se hospedarem por longos períodos em locais alugados pela empresa. Um grupo de trabalhadores ficou hospedado na cidade de Várzea da Palma/MG, em um hotel que não teria condições e estrutura adequadas para receber os mesmos.”</p>	<p>Os auditores promoveram entrevistas com os responsáveis do EMF pela hospedagem de trabalhadores em outras localidades. No caso mencionado (Várzea da Palma/MG) foram analisadas fotografias dos locais em que os trabalhadores foram instalados durante a prestação dos serviços, não se evidenciando qualquer tipo de irregularidade no tocante às condições mínimas determinadas pela legislação trabalhista ou sanitária. Ademais, ficou comprovado que o EMF locou os quartos no único hotel disponível naquela localidade, não havendo margem de escolha no momento da prestação dos serviços.</p>
<p>Tema: Atraso no pagamento de salário de dirigentes sindicais</p>	
<p>“A empresa atrasou o pagamento de salários e outros benefícios para alguns dirigentes sindicais, o que poderia configurar, em tese, prática antissindical”.</p>	<p>A partir de análise documental e de entrevistas com os setores responsáveis do EMF, os auditores verificaram a existência de atrasos pontuais no pagamento de algumas verbas para os trabalhadores, o que decorreu de problemas no sistema interno da empresa. Constatou-se, entretanto, que tais falhas não se restringiram aos dirigentes sindicais e que, uma vez identificadas, foram prontamente reparadas com o depósito do saldo complementar da remuneração dos trabalhadores. Dessa forma, não se vislumbrou</p>

	qualquer tipo de prática antissindical ou perseguição de dirigentes por parte do EMF.
Tema: Negativa de negociação coletiva por EPS contratada pela empresa	
“Algumas EPS contratadas pela empresa têm se negado à negociar coletivamente com o sindicato que representa a categoria profissional, o que configuraria, em tese, prática antissindical”.	Os auditores verificaram a existência de EPS contratada pelo EMF que indicou na última data-base a ausência de pretensão em firmar negociação coletiva com o sindicato da categoria profissional. Ainda, constatou-se a presença de EPS que, frustrada a negociação coletiva iniciada, celebrou negociação individual direta com os trabalhadores, encaminhando a proposta aceita para ratificação sindical por meio de acordo coletivo, suprimindo as formalidades das etapas sindicais deliberativas. Diante disso, foi emitida a NC menor 2022-06 , para que o EMF passe a monitorar a regularidade das negociações coletivas empreendidas pela EPS para que as mesmas atendam à legislação aplicável ao tema.
Tema: Atraso para fornecimento de refeição	
“A EPS contratada pela empresa para o fornecimento de refeições em campo atrasou, em mais de uma oportunidade, para chegar com a alimentação no horário previamente estipulado, deixando os trabalhadores aguardando”.	Os auditores constataram, por meio de entrevistas com os trabalhadores em campo, bem como com o setor responsável pelo monitoramento das EPS, que houve situações pontuais de atraso no fornecimento de alimentação, em virtude de problemas mecânicos nos carros que faziam o traslado. Com vistas à solução do problema, o EMF substituiu o fornecedor de refeições, evitando-se potenciais falhas futuras.
Tema: Pagamento de horas extras	
“Alguns trabalhadores não estão registrando a correta jornada de trabalho, uma vez que dependem de autorização do supervisor para anotarem o ponto por exceção. Isso tem implicado no não recebimento de horas extras por alguns trabalhadores em campo.”	Como parte regular do processo de auditoria, os auditores empreenderam entrevistas com os trabalhadores em campo e posterior análise amostral de documentos pessoais dos colaboradores. Não restou evidenciada qualquer tipo de reclamação ou falha no processo de registro de horas extras, bem como no respectivo pagamento de salários.
Tema: Registro de acidentes do trabalho	
Existem ocorrências para as quais a Suzano não emitiu Comunicado de Acidente de Trabalho – CAT.	Foi evidenciado, que de acordo com o PG.12.00.0086, revisão 0, de 16/12/2020, item 4.13.1.4, toda a ocorrência classificada como acidente de trabalho, com e sem afastamento, deverá ser comunicada via emissão de CAT em até

	<p>24h ou no primeiro dia útil após o acidente. Ademais, o procedimento estabelece (itens 4.13.1.5 e 4.13.1.6) a necessidade de emitir Relatório de Análise de Ocorrência – RAO para cada acidente, com definição do plano de ação visando prevenir a ocorrência de novos cenários.</p> <p>Segundo evidenciado em entrevista com responsáveis, PG.12.00.0086 e registros de análise crítica do setor de segurança, a empresa estabelece ações com foco no comportamento seguro e ações proativas, a fim de prevenir acidentes, para tanto, possui ferramentas como “Abordagem Comportamental”, “OPA”, “Segurança na área”, “Safety tour”, DDS e treinamento, “Comitê de Comportamento Seguro”. No documento “07 - COMITÊ DE SEGURANÇA E ERGONOMIA - Junho 26.07 – Finalizada” foi possível evidenciar registros de implementação dessas ferramentas.</p> <p>As ocorrências são classificadas, conforme definido no “PG.12.00.0009 – Classificação e Comunicação de Ocorrências”.</p> <p>Foi evidenciado que a empresa acompanha as taxas de frequência com e sem afastamento, assim como as taxas de gravidade de acidentes ocorridos na UMF.</p> <p>Com relação à emissão de CATs, foi evidenciado em consulta pública, que há questionamentos sobre ocorrências para as quais a Suzano não emitiu CAT. Foram amostrados alguns casos em que a medicina do trabalho da organização emitiu ofícios, incluindo detalhamento do embasamento técnico para não emissão da CAT, como por exemplo, a não relação de causal do problema de saúde citado nos relatórios de atendimento com as atividades ocupacionais do trabalhador em questão. Ademais, o EMF informou que o sindicato e o Ministério do Trabalho participaram da elaboração da Análise Ergonômica da empresa.</p>
--	--

5. MUDANÇAS NO SISTEMA DE GESTÃO

<input checked="" type="checkbox"/>	<p>Não foram identificadas mudanças no sistema de gestão, na organização ou no contexto no qual o sistema de gestão opera.</p>
<input type="checkbox"/>	<p>Foram identificadas mudanças no sistema de gestão, na organização ou no contexto no qual o sistema de gestão opera.</p>

Descreva as mudanças identificadas:	
<input type="checkbox"/>	As mudanças identificadas no sistema de gestão, na organização ou no contexto no qual o sistema de gestão opera não são significativas.
<input type="checkbox"/>	As mudanças identificadas no sistema de gestão, na organização ou no contexto no qual o sistema de gestão opera são significativas. Dessa forma, recomenda-se que seja realizada uma auditoria especial ou uma auditoria fase 1 (caso a próxima auditoria programada seja uma recertificação).

6. MUDANÇAS NO ESCOPO DA CERTIFICAÇÃO E ATUALIZAÇÃO ANUAL DE DADOS

<input type="checkbox"/>	Não houve alteração no escopo da certificação desde a última avaliação.
<input checked="" type="checkbox"/>	Houve alteração no escopo da certificação desde a última avaliação, as quais estão destacadas em amarelo nos itens a seguir.

6.1. Informações gerais do empreendimento e contatos

Nome do empreendimento	Suzano S.A. – Unidade Mucuri, BA
Endereço	Sede na Rodovia BR-101, km 945,4 n 7 km. Zona Rural, Mucuri – BA
Website	www.suzano.com.br
Histórico do empreendimento	<p>Em 1987 surgiu o projeto da Bahia Sul Celulose, uma <i>joint venture</i> formada por 55% de participação da Companhia Vale do Rio Doce e 45% da Cia Suzano, que visava a implantação de uma fábrica de celulose de fibra curta branqueada de eucalipto com capacidade para 500 mil ton/ano, e uma máquina de papel de imprimir e escrever com capacidade de 250 mil ton/ano.</p> <p>Assim, a implantação do novo site, em Mucuri – Bahia, teve início em 1987 e seu <i>startup</i> ocorreu em março de 1992. Em 2001, a Suzano adquiriu a participação da Companhia Vale do Rio Doce na Bahia Sul Celulose.</p> <p>Em 2005, a Suzano iniciou a implantação de um projeto de expansão de sua planta localizada em Mucuri, “Projeto Mucuri”, para construir uma segunda linha de celulose para produção de 1 milhão de toneladas. Em agosto de 2007, o Projeto Mucuri iniciou sua operação, aumentando a capacidade final de produtos da Suzano, passando da produção de 1,35 milhões de toneladas para mais de 2,8 milhões de toneladas por ano de papel e celulose.</p> <p>Em 16 de março de 2018 as empresas Suzano Papel e Celulose (SPC) e a Fibria anunciaram ao mercado a combinação de suas operações para a criação de uma nova companhia, a Suzano S.A.</p> <p>O grupo Suzano possui aproximadamente 37 mil colaboradores diretos e indiretos e investe há mais de 90 anos em soluções inovadoras a partir do plantio de eucalipto, as quais permitam a substituição de matérias-primas de origem fóssil por fontes de origem renovável. A Unidade de Negócio</p>

	Florestal da Suzano S.A em Mucuri/BA é responsável pela gestão do manejo florestal das áreas localizadas nos municípios de Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda, no estado da Bahia e Nanuque e Carlos Chagas, no estado de Minas Gerais		
Responsável pela certificação	Marcelo Gomes da Silva Pereira		
Telefone	-	E-mail	marcelo.pereira@suzano.com.br
Responsável pelo manejo	Marcelo Gomes da Silva Pereira		
Telefone	-	E-mail	marcelo.pereira@suzano.com.br

6.2. Escopo do Certificado

Tipo do Certificado	<input checked="" type="checkbox"/> UMF única	<input type="checkbox"/> UMF-múltipla (ou multi-site)	<input type="checkbox"/> Grupo
Número de Membros do Grupo (se aplicável)	-		
Número de UMFs no escopo do certificado	1		
Localização Geográfica das UMFs	<i>Latitude</i>	18.041464 S	<i>Longitude</i> 39.921178 W
Área florestal total (ha) no escopo da certificação classificada como:			
Manejo privado	338.014,74		
Manejo estatal	-		
Manejo comunitário	-		
Área florestal total (ha) no escopo da certificação	338.014,74		
Área (ha), com ou sem floresta, protegida contra colheita comercial de madeira e manejada, primariamente, com objetivo de conservação.	119.508,48		
Divisão da UMF em unidades manejáveis:			
A Unidade de Manejo Florestal corresponde às florestas de eucaliptos da Suzano S.A., nos estados da BA e MG, denominada unidade Mucuri e está dividida em núcleos regionais, com administração específica. Os núcleos são compostos por diversas fazendas, que por sua vez, são divididas em áreas menores, denominados de UP (Unidades de Produção).			

6.2.1. Lista das propriedades no escopo de certificação

Código	Nome Fazenda	UF	Município	Produtiva	Vegetação Nativa	Outros Usos**	Total
B1A1	R. ITANHENTINGA (F-T187)	BA	Alcobaça	245,03	247,28	18,25	510,56
B1A2	R. ITANHENTINGA (F-T175)	BA	Alcobaça	362,65	146,04	18,65	527,34
B1A3	R. ITANHENTINGA (F-T185)	BA	Alcobaça	106,46	474,39	6,6	587,45

B1A4	R. ITANHENTINGA (F-T186)	BA	Alcobaça	246,27	414,54	12,82	673,63
B1A5	RIO ITANHENTINGA (F-T006)	BA	Alcobaça	84,78	101,19	7,31	193,28
B1A6	R. ITANHENTINGA (F-T183)	BA	Alcobaça	124,63	435,62	17,59	577,84
B1A7	CUTIA (F-T645)	BA	Alcobaça	106,36	66,26	5,01	177,63
B1A8	NOVO DESTINO (F-T652)	BA	Alcobaça	617,61	375,04	35,63	1028,28
B1A9	R. ITANHENTINGA (F-T179)	BA	Alcobaça	369,52	193,22	18,82	581,56
B1AB	BLOCO 48 - AL (S-AL05)	BA	Alcobaça	725,08	497,3	45,19	1267,57
B1AC	BLOCO 49 - AL (S-AL04)	BA	Alcobaça	287,7	188,73	18,63	495,06
B1AD	BLOCO 51 - AL (S-AL01)	BA	Alcobaça	904,29	931,33	58,38	1894
B1AE	BLOCO 51 - PARTE 2 - AL (S-AL99)	BA	Alcobaça	111,66	59,75	10,26	181,67
B1AF	HORTO CONTRA ERVA (S-AL07)	BA	Alcobaça	316,76	87,31	14,63	418,7
B1AG	MARIA DA PENHA (S-M400)	BA	Prado	671,47	428,97	45,71	1146,15
B1AK	HORTO SOMBRA DA TARDE (S-AL06)	BA	Alcobaça	791,62	341,22	45,6	1178,44
B1AN	BLOCO 46 - AL (S-AL03)	BA	Alcobaça	410,25	514,84	33,52	958,61
B1AS	HORTO PALHAL (S-AL09)	BA	Alcobaça	5410,95	1820,21	979,79	8210,95
B1AW	BA-290 (F-T213)	BA	Alcobaça	0	64,05	6,43	70,48
B1AZ	RIO ITANHENTINGA (F-T690)	BA	Alcobaça	90,49	29,53	18,35	138,37
B1B0	SAO FRANCISCO (F-T170)	BA	Alcobaça	265,01	197,53	21,93	484,47
B1B1	SAO FRANCISCO (F-T171)	BA	Alcobaça	170,9	262	15,36	448,26
B1B2	RIO JUCURUCU (F-T172)	BA	Alcobaça	337,5	136,9	24,95	499,35
B1B3	RIO JUCURUCU (F-T730)	BA	Alcobaça	52,62	24,61	10,29	87,52
B1B4	SAO FRANCISCO (F-T169)	BA	Alcobaça	223,37	190	13,53	426,9
B1B5	SÃO FRANCISCO (F-T689)	BA	Alcobaça	83,52	111,35	3,15	198,02
B1B6	SÃO FRANCISCO (F-T688)	BA	Alcobaça	296,74	284,52	17,54	598,8
B1BA	FAZ. SANTA RITA (F-T753)	BA	Alcobaça	49,4	82,65	3,91	135,96
B1BB	R. ITANHENTINGA (F-T178)	BA	Alcobaça	174,43	229,31	15,17	418,91
B1BC	R. ITANHENTINGA (F-T182)	BA	Alcobaça	366,25	95,8	23,29	485,34
B1BD	RIO ITANHENTINGA (F-T660)	BA	Alcobaça	414,91	336,76	47,03	798,7
B1BE	CUTIA (F-T661)	BA	Alcobaça	549,47	326,03	34,94	910,44
B1BF	R. ITANHENTINGA (F-T184)	BA	Alcobaça	185,47	135,65	39,85	360,97
B1BH	R. ITANHENTINGA (F-T181)	BA	Alcobaça	398,57	161,34	21,56	581,47
B1BI	R. ITANHENTINGA (F-T180)	BA	Alcobaça	174,17	42,9	9,49	226,56

B1BJ	NOVO DESTINO (F-T650)	BA	Alcobaça	626,69	289,2	36,8	952,69
B1BK	R. ITANHENTINGA (F-T177)	BA	Alcobaça	451,54	148,58	22,59	622,71
B1BL	R. ITANHENTINGA (F-T176)	BA	Alcobaça	338,47	92,17	26,19	456,83
B1BM	NOVO DESTINO (F-T648)	BA	Alcobaça	558,79	361,2	29,96	949,95
B1BN	SAO JOSE (F-T685)	BA	Alcobaça	68,34	37,86	9,33	115,53
B1CN	RIO ITANHETINGA (F-T715)	BA	Alcobaça	126,26	107,77	11,07	245,1
B1BP	RIO ITANHETINGA (F-T715)	BA	Alcobaça	262,67	268,32	12,68	543,67
B1BQ	VALE DO ITANHEM (F-T687)	BA	Alcobaça	239,71	142,56	38,89	421,16
B1BR	SAO FRANCISCO (F-T729)	BA	Alcobaça	138,83	56,69	5,88	201,4
B1CO	SAO FRANCISCO (F-T729)	BA	Alcobaça	196,42	51,47	17,96	265,85
B1BS	NOVO DESTINO (F-T649)	BA	Alcobaça	486,51	364,7	28,35	879,56
B1BT	NOVO DESTINO (F-T647)	BA	Alcobaça	648,87	371,19	44,95	1065,01
B1BU	NOVO DESTINO (F-T646)	BA	Alcobaça	667,11	347,16	54,56	1068,83
B1BV	RIO ITANHETINGA (F-T714)	BA	Prado	404	602,19	43,97	1050,16
B1BW	RIO JUCURUÇU (F-T745)	BA	Alcobaça	96,83	53,69	6,49	157,01
B1BX	CORR.DA COTIA (F-T173)	BA	Alcobaça	289,08	181,09	23,14	493,31
B1BY	RIO JUCURUÇU (F-T746)	BA	Alcobaça	390,56	406,02	57,51	854,09
B1BZ	NOVO DESTINO (F-T741)	BA	Alcobaça	282,99	159,67	20,07	462,73
B2A0	SEMPRE VIVA (S-MU09)	BA	Caravelas	94,5	102,49	17,61	214,6
B2A1	CONJUNTO MONTE BELO (S-CA11)	BA	Caravelas	2939,54	927,49	130,63	3997,66
B2A2	BOA ESPERANCA - SPC (S-CA10)	BA	Caravelas	291,58	47,62	53,61	392,81
B2A5	BOA ESPERANÇA (S-LA05)	BA	Lajedão	181,05	69,05	18,26	268,36
B2A6	MERLUZA (S-CA13)	BA	Caravelas	178,43	129,25	12,15	319,83
B2A7	PEDRA AZUL IV (S-CA18)	BA	Caravelas	730,7	297,52	34,75	1062,97
B2A8	SANTA RITA SPC - CA (S-CA16)	BA	Caravelas	1710,91	836,78	108,45	2656,14
B2A9	VISTA ALEGRE CA (S-CA23)	BA	Caravelas	422,88	287,87	42,84	753,59
B2AD	GRUTA LINDA (S-CA22)	BA	Caravelas	69,11	29,4	2,51	101,02
B2AE	GUARALAJARA (S-CA25)	BA	Caravelas	22,19	9,37	3,81	35,37
B2AF	LARANJEIRA (S-CA12)	BA	Caravelas	127,65	38,84	11,96	178,45
B2AG	MODELO (S-CA14)	BA	Caravelas	167,63	115,15	9,25	292,03
B2AH	MONTE DAS OLIVEIRAS (S-CA15)	BA	Caravelas	348,82	129,08	34,2	512,1

B2AI	SANTO ANTONIO - CA (S-CA17)	BA	Caravelas	61,5	37,12	8,3	106,92
B2AJ	BOA NOVA (S-MN04)	BA	Medeiros Neto	202,05	0	0	202,05
B2AK	CONQUISTA BAIANA - PAIN (S-MN05)	BA	Medeiros Neto	18,52	0	0	18,52
B2AM	GUANAMBY - PAIN (S-MN07)	BA	Medeiros Neto	370,01	0	0	370,01
B2AO	BELA VISTA - TF (S-TF04)	BA	Teixeira de Freitas	116,65	60,89	8,08	185,62
B2AP	BONS VENTOS (S-TF06)	BA	Teixeira de Freitas	262,81	97,28	25,56	385,65
B2AX	BLOCO 25 - CA (S-CA20)	BA	Caravelas	1822,36	1179,07	100,09	3101,52
B2AY	SÃO JUDAS TADEU - MN (S-LA04)	BA	Lajedão	306,72	0	0	306,72
B2B0	ALCOPRADO (F-T708)	BA	Teixeira de Freitas	673,54	342,23	38,96	1054,73
B2B1	ALCOPRADO (F-T709)	BA	Teixeira de Freitas	458,79	356,93	33,21	848,93
B2B2	SANTO ANTONIO (F-T748)	BA	Teixeira de Freitas	182,67	167,06	29,68	379,41
B2B3	ALCOPRADO (F-T712)	BA	Vereda	205,01	1140,47	15,6	1361,08
B2B4	ALCOPRADO (F-T710)	BA	Vereda	656,06	539,5	37,71	1233,27
B2B5	ALCOPRADO (F-T713)	BA	Vereda	261,37	642,21	16,21	919,79
B2B6	ALCOPRADO (F-T711)	BA	Vereda	226,66	652,9	12,79	892,35
B2BA	PEDRA AZUL 2 (S-IB04)	BA	Ibirapuã	423,39	226,85	17,67	667,91
B2BB	LAJEDINHO (S-LA03)	BA	Lajedão	240,52	139,73	14	394,25
B2BC	CÉU AZUL (S-TF08)	BA	Teixeira de Freitas	599,4	311,8	60,3	971,5
B2BE	PEDRA AZUL VI (S-VE01)	BA	Vereda	380,11	172,01	18,42	570,54
B2BG	CAMPOS VERDES - SPC (S-CA21)	BA	Caravelas	212,8	97,67	23,5	333,97
B2BH	ESTÂNCIA BOA FÉ (S-TF09)	BA	Teixeira de Freitas	152,69	171,59	22,02	346,3
B2BJ	VEREDA BONITA (S-CA19)	BA	Caravelas	2409,41	1121,53	122,95	3653,89
B2BN	ARRAIAL POUSO ALEGRE (F-T653)	BA	Alcobaça	201,09	473,29	29,84	704,22
B2BP	CANTA GALO (F-T694)	BA	Teixeira de Freitas	232,02	241,18	25,82	499,02

B2BQ	ARRAIAL POUSO ALEGRE (F-T654)	BA	Alcobaça	468,37	249,5	32,75	750,62
B2BR	ARRAIAL POUSO ALEGRE (F-T655)	BA	Alcobaça	527,08	420,03	35,17	982,28
B2BS	ARRAIAL POUSO ALEGRE (F-T657)	BA	Alcobaça	651,6	248,13	58,36	958,09
B2BT	ARRAIAL POUSO ALEGRE (F-T656)	BA	Alcobaça	657,67	278,99	36,33	972,99
B2BW	ARRAIAL POUSO ALEGRE (F-T659)	BA	Alcobaça	390,68	506,48	11,47	908,63
B2BX	SANTO ANTONIO (F-T699)	BA	Alcobaça	871,86	248,79	54,93	1175,58
B2BY	SANTO ANTONIO (F-T663)	BA	Alcobaça	776,52	53,16	18,7	848,38
B2BZ	SANTO ANTONIO (F-T662)	BA	Alcobaça	1084,98	96,68	88,33	1269,99
B3A0	RIO PERUIPE (F-M633)	BA	Nova Viçosa	18,39	5,11	0,77	24,27
B3A1	NOVA VICOSA (F-M115)	BA	Nova Viçosa	23,98	86,34	10,46	120,78
B3A2	CARAVELAS (F-M012)	BA	Nova Viçosa	269,61	136,09	14,2	419,9
B3A3	RIO PERUIPE (F-M118)	BA	Caravelas	37,53	42,89	3,19	83,61
B3A4	HELVECIA (F-M723)	BA	Nova Viçosa	157,21	68,24	23,01	248,46
B3A5	RIO PERUIPE (F-T634)	BA	Caravelas	222,44	205,62	14,4	442,46
B3A6	HELVECIA (F-M725)	BA	Caravelas	41,21	41,56	3,27	86,04
B3A7	RIO PERUIPE (F-M197)	BA	Ibirapuã	90,51	56,48	4,54	151,53
B3A8	RANCHO ALEGRE (F-M608)	BA	Caravelas	86,97	119,55	11,78	218,3
B3A9	RANCHO ALEGRE (F-M114)	BA	Caravelas	195,27	104,12	8,94	308,33
B3AA	BLOCO 07 - CA (S-CA03)	BA	Caravelas	114,54	24,95	7,59	147,08
B3AB	BLOCO 41 - CA (S-IB05)	BA	Ibirapuã	26,44	126,64	2,38	155,46
B3AC	FLORESTA AZUL (S-CA37)	BA	Caravelas	73,98	56,72	7,24	137,94
B3AD	BLOCO 16 (S-TF01)	BA	Teixeira Freitas de	12,02	22,84	16,68	51,54
B3AF	BLOCO 05 - CA (S-CA01)	BA	Caravelas	4992,36	4372,88	305,86	9671,1
B3AG	BLOCO 06 - CA (S-CA02)	BA	Caravelas	140,87	98,11	13,14	252,12
B3AH	BLOCO 17 - CA (S-CA26)	BA	Caravelas	2100,25	1309,1	141,05	3550,4
B3AI	BLOCO 21- CA (S-CA28)	BA	Caravelas	697,34	385,91	38,17	1121,42
B3AJ	BLOCO 23 - CA (S-CA30)	BA	Caravelas	244,73	83,71	11,76	340,2
B3AM	BLOCO 04 (S-CA05)	BA	Caravelas	469,53	425,04	41,57	936,14
B3AN	BLOCO 04 - AL (S-CA44)	BA	Alcobaça	449,93	205,95	36,76	692,64

B3AO	BLOCO 19 (S-TF02)	BA	Teixeira Freitas de	149,12	104,6	12,73	266,45
B3AP	BLOCO 22 - CA (S-CA29)	BA	Caravelas	711,89	299,85	39,2	1050,94
B3AQ	BLOCO 24 - CA (S-CA31)	BA	Caravelas	282,87	130,93	11,86	425,66
B3AR	BLOCO 26 - CA (S-CA27)	BA	Caravelas	185,56	274,12	19,73	479,41
B3AS	BOM SUSSEGO - SPC (S-CA32)	BA	Caravelas	238,91	242,86	11,44	493,21
B3AT	TRES RIOS (S-CA33)	BA	Caravelas	2021,14	1263,93	94,93	3380
B3AU	BLOCO 20 - CA (S-TF03)	BA	Teixeira Freitas de	449,08	219,79	31,49	700,36
B3AV	HELVECIA (F-M696)	BA	Nova Viçosa	85,79	54,49	11,4	151,68
B3AW	RANCHO ALEGRE (F-M642)	BA	Nova Viçosa	92,48	72,7	7,63	172,81
B3AX	HELVECIA (F-M617)	BA	Nova Viçosa	15,44	25,01	1,58	42,03
B3AY	RIO PERUIPE (F-M117)	BA	Nova Viçosa	217,64	199,6	21,79	439,03
B3AZ	RIO PERUIPE (F-M119)	BA	Nova Viçosa	56,67	71,57	3,6	131,84
B3B0	TAQUARI (F-T068)	BA	Alcobaça	143,66	77,25	8,67	229,58
B3B1	RANCHO ALEGRE (F-T620)	BA	Caravelas	128,15	97,54	5,9	231,59
B3B2	JUERANA (F-T203)	BA	Caravelas	146,66	339,21	13,9	499,77
B3B3	JUERANA (F-T108)	BA	Caravelas	378,8	159,09	21,48	559,37
B3B4	JUERANA (F-T103)	BA	Caravelas	33,51	15,32	1,38	50,21
B3B5	TAQUARI (F-T067)	BA	Alcobaça	159,65	97,78	15,13	272,56
B3B6	JUERANA (F-T695)	BA	Caravelas	82,07	57,51	6,42	146
B3B7	JUARANA (F-T107)	BA	Caravelas	241,02	69,92	16,45	327,39
B3B8	JUERANA (F-T188)	BA	Caravelas	384,08	179,47	13,82	577,37
B3B9	JUEIRANA (F-T604)	BA	Caravelas	565,43	270,77	41,18	877,38
B3BA	JUERANA (F-T719)	BA	Caravelas	655,17	290,88	50,3	996,35
B3BB	RANCHO ALEGRE (F-M669)	BA	Caravelas	3,91	105,24	4,25	113,4
B3BC	JUERANA (F-T113)	BA	Caravelas	145,01	75,81	9,99	230,81
B3BD	MARIA MIRREIS (F-T734)	BA	Caravelas	428,31	209,62	25,76	663,69
B3BE	ESPORA GATO (F-T679)	BA	Caravelas	570,17	369,04	38,24	977,45
B3BF	JUERANA (F-T053)	BA	Caravelas	421,16	90,54	19,24	530,94
B3BG	MARIA MIRREIS (F-T735)	BA	Caravelas	95,73	47,05	7,94	150,72
B3BH	JUEIRANA (F-T615)	BA	Caravelas	73,32	16,37	3,98	93,67
B3BI	JUERANA (F-T198)	BA	Caravelas	140,33	50,23	8,12	198,68
B3BJ	JUERANA (F-T680)	BA	Caravelas	511,63	206,09	32,22	749,94

B3BK	ESPORA GATO (F-T732)	BA	Caravelas	37,61	23,5	1,85	62,96
B3BL	JUERANA (F-T602)	BA	Caravelas	74,1	70,32	5,36	149,78
B3BM	VOLTA MIUDA (F-T716)	BA	Caravelas	163,75	91,1	14,88	269,73
B3BN	JUERANA (F-T111)	BA	Caravelas	149,53	28,39	10,41	188,33
B3BO	JUERANA (F-T110)	BA	Caravelas	408,23	152,81	19,19	580,23
B3BP	JUERANA (F-T202)	BA	Caravelas	153,3	54,38	8,74	216,42
B3BQ	ITAQUARI (F-T738)	BA	Caravelas	95,99	47,31	3,99	147,29
B3BR	C.BRACO DO SUL (F-T104)	BA	Caravelas	204,9	91,91	14,82	311,63
B3BS	JUERANA (F-T054)	BA	Caravelas	223,05	45,98	9,47	278,5
B3BT	JUERANA (F-T722)	BA	Caravelas	118,19	65,75	12,19	196,13
B3BU	RIO MIGUEL (F-T065)	BA	Caravelas	321,37	103,11	14,02	438,5
B3BV	JUEIRANA (F-T109)	BA	Caravelas	267,36	196,9	25,83	490,09
B3BW	MARIA MIRREIS (F-T718)	BA	Caravelas	743,62	424,08	69,38	1237,08
B3BX	JUERANA (F-T703)	BA	Caravelas	62,35	27,48	5,51	95,34
B3BY	ITAQUARI (F-T739)	BA	Alcobaça	151,81	124,13	14,96	290,9
B3BZ	RIO MIGUEL (F-T066)	BA	Caravelas	231,89	67,24	12,41	311,54
B3CA	MARIA MIRREIS (F-T721)	BA	Caravelas	95,91	39,86	9,99	145,76
B3CB	CORR.DA FAZENDA (F-T189)	BA	Caravelas	347,25	160,42	24,47	532,14
B3CC	JUERANA (F-T204)	BA	Caravelas	190,08	374,23	16,16	580,47
B3CD	ITAQUARI (F-T606)	BA	Alcobaça	489,13	284,18	38,29	811,6
B3CE	CORR. DA LAGOINHA (F-T605)	BA	Caravelas	135,57	46,39	7,69	189,65
B3CF	C.BRACO DO SUL (F-T200)	BA	Caravelas	293,94	112,11	27,96	434,01
B3CG	RIO DA FAZENDA (F-T190)	BA	Caravelas	311,64	136,85	17,97	466,46
B3CH	CORR.RIBEIRAO (F-T112)	BA	Caravelas	151,79	63,73	8,17	223,69
B3CI	CORREGO RIBEIRAO (F-T751)	BA	Teixeira de Freitas	83,41	48,72	5,38	137,51
B3CJ	JUERANA (F-T205)	BA	Caravelas	16,26	202,45	2,36	221,07
B3CK	RIO TAQUARI (F-T072)	BA	Alcobaça	308,65	245,55	23,38	577,58
B3CL	FAZ. SANTO HILARIO (F-T607)	BA	Caravelas	692,83	284,01	57,98	1034,82
B3CM	RANCHO DO MEIO (F-T758)	BA	Caravelas	28,64	28,19	3,17	60
B3CN	CORR. OITICICA (F-T075)	BA	Alcobaça	212,16	222,97	10,85	445,98
B3CO	AGUA VERMELHA (F-T635)	BA	Caravelas	531,82	362,27	38,15	932,24
B3CP	CORR. OITICICA (F-T076)	BA	Alcobaça	248,6	139,94	12,14	400,68
B3CQ	APARAJU (F-T007)	BA	Caravelas	65,39	99,75	9,81	174,95

B3CR	AGUA VERMELHA (F-T740)	BA	Teixeira Freitas de	146,88	55,88	10,47	213,23
B3CT	AGUA VERMELHA (F-T636)	BA	Teixeira Freitas de	576,38	345,54	42,34	964,26
B3CU	CORR.DO PARAGUAI (F-T174)	BA	Alcobaça	22,33	44,36	4,45	71,14
B3CV	AGUA VERMELHA (F-T682)	BA	Alcobaça	136,59	126,47	12,36	275,42
B3CW	AGUA VERMELHA (F-T637)	BA	Teixeira Freitas de	221,96	227,62	30,91	480,49
B4A0	CINTURAO VERDE (S-MU01)	BA	Mucuri	215,9	117,9	34,87	368,67
B4A1	BLOCO 37 - NV (S-NV06)	BA	Nova Viçosa	2267,76	1163,03	168,66	3599,45
B4A2	FABRICA CELULOSE (S-NV21)	BA	Nova Viçosa	2330,78	942,13	182,22	3455,13
B4A4	LIBERDADE (S-NV22)	BA	Nova Viçosa	80,36	35,87	5,08	121,31
B4A7	PEDRA AZUL 1 (S-NV23)	BA	Nova Viçosa	275,72	103,61	21,32	400,65
B4A8	BLOCO 39 - NV (S-NV04)	BA	Nova Viçosa	538,87	214,54	47,27	800,68
B4A9	PIONEIRA - SPC (S-NV24)	BA	Nova Viçosa	162,44	95,09	30,3	287,83
B4AA	CONJUNTO CANADÁ (S-NV18)	BA	Nova Viçosa	176,01	66	13,31	255,32
B4AH	FELICIDADE DA FAMILIA (S-IB01)	BA	Ibirapuã	74,78	68,19	10,02	152,99
B4AI	RIACHO FUNDO (S-IB03)	BA	Ibirapuã	120,3	65,26	5,17	190,73
B4AJ	AMARALINA - MU (S-MU07)	BA	Mucuri	174,62	163,9	12,59	351,11
B4AK	CONJUNTO PAREDES (S-MU08)	BA	Mucuri	218,52	442,23	18,17	678,92
B4AL	PARAISO - SPC (S-MU13)	BA	Mucuri	67,82	32,56	8,46	108,84
B4AM	POUSO ALEGRE (S-MU05)	BA	Mucuri	377,87	152,22	29,32	559,41
B4AN	PROVIDÊNCIA (S-MU11)	BA	Mucuri	85,3	38,55	17,37	141,22
B4AO	VISTA ALEGRE MU (S-MU14)	BA	Mucuri	50,64	27,69	4,97	83,3
B4AP	DUAS BARRAS -SPC (S-NV19)	BA	Nova Viçosa	273,66	92,62	12,64	378,92
B4AT	BLOCO 37 (S-NV99)	BA	Nova Viçosa	78,23	51,88	7,39	137,5
B4AU	ESTÂNCIA CORCOVADO (S-NV20)	BA	Nova Viçosa	985,08	489,9	76,44	1551,42
B4AV	BLOCO 35 - NV (S-NV09)	BA	Nova Viçosa	1691,52	662,43	150,22	2504,17
B4AW	BLOCO 43 - MU (S-MU03)	BA	Mucuri	1272,61	390,23	135,43	1798,27
B4AX	BLOCO 44 - MU (S-MU12)	BA	Mucuri	3077,03	1341,15	192,95	4611,13
B4AY	ESTÂNCIA CORCOVADO (S-NV02)	BA	Nova Viçosa	347,9	175,68	32,37	555,95
B4AZ	BLOCO 39 (S-NV30)	BA	Nova Viçosa	799,6	444,71	52,71	1297,02

B4BB	PARIS (S-IB02)	BA	Ibirapuã	1422,16	913,31	100,4	2435,87
B4BC	ALEGRIA E MARTINICA DO NORTE (S-MU06)	BA	Mucuri	174,96	262,96	47,79	485,71
B4BD	FABRICA CELULOSE (S-MU15)	BA	Mucuri	3127,67	2015,58	799,69	5942,94
B4BG	BLOCO 38 - NV (S-NV05)	BA	Nova Viçosa	902,57	487,49	93,15	1483,21
B4BH	CONJUNTO CANADA (S-NV01)	BA	Nova Viçosa	1508,5	625	75,64	2209,14
B4BI	PEDRA AZUL 1 (S-NV03)	BA	Nova Viçosa	348,46	195,72	22,95	567,13
B4BJ	ITABATA (F-M155)	BA	Mucuri	280,1	56,43	16,73	353,26
B4BK	ITABATA (F-M154)	BA	Mucuri	493,03	89,01	39,36	621,4
B4BL	ITABATA (F-M153)	BA	Mucuri	204,55	153,77	23,2	381,52
B4BM	ITABATA (F-M156)	BA	Mucuri	174,08	57	7,66	238,74
B4BN	COLONIA NOVA (F-M614)	BA	Mucuri	136,05	61,2	14,74	211,99
B5A0	RIO DO SUL (S-MU31)	BA	Mucuri	1583,07	854,66	71,05	2508,78
B5A1	C.DOOURADA (F-M404)	BA	Mucuri	456,9	144,12	31,4	632,42
B5A2	COSTA DOURADA (F-M427)	BA	Mucuri	281,01	169,79	17,28	468,08
B5A3	PICADAO (F-M401)	BA	Mucuri	275,53	59,9	17,32	352,75
B5A4	COSTA DOURADA (F-M428)	BA	Mucuri	156,39	448,12	15,15	619,66
B5A5	CORR.DAS OSTRAS (F-M415)	BA	Mucuri	196,47	57,2	10,53	264,2
B5A6	RIACHO DOCE (F-M402)	BA	Mucuri	162,78	43,78	7,68	214,24
B5A7	PICADAO (F-M400)	BA	Mucuri	135,19	39,94	8,27	183,4
B5A8	CORR.DAS OSTRAS (F-M405)	BA	Mucuri	238,25	101,89	15,7	355,84
B5A9	CORR.DAS OSTRAS (F-M416)	BA	Mucuri	242,68	97,72	28,44	368,84
B5AA	BLOCO 52 - MU (S-MU23)	BA	Mucuri	4,42	4,56	5,34	14,32
B5AB	SABIA (S-MU26)	BA	Mucuri	121,76	14,5	5,53	141,79
B5AC	BLOCO 16 - ACZ (S-MU30)	BA	Mucuri	17,75	13,04	1,94	32,73
B5AD	DIDIQUESA (S-MU17)	BA	Mucuri	1802,68	815,5	71,23	2689,41
B5AF	BLOCO 51 - MU (S-MU22)	BA	Mucuri	4315,42	2011,25	253,01	6579,68
B5AG	BLOCO 54 - MU (S-MU33)	BA	Mucuri	371,74	163,12	19,65	554,51
B5AH	RAINHA DO SUL (S-AL17)	BA	Mucuri	995,35	528,64	58,9	1582,89
B5AI	BLOCO 17 - ACZ (S-MU32)	BA	Mucuri	96,02	54,2	31,13	181,35
B5AJ	BLOCO 47 - MU (S-MU38)	BA	Mucuri	926,16	596,97	59,3	1582,43
B5AK	BLOCO 49 - MU (S-MU39)	BA	Mucuri	1018,81	459,34	64,49	1542,64
B5AL	BLOCO 55 - MU (S-MU28)	BA	Mucuri	109	28,66	3,47	141,13
B5AM	BLOCO 57 - MU (S-MU29)	BA	Mucuri	608,96	604,89	55,54	1269,39

B5AN	CONJUNTO BELA VISTA - SPC (S-MU24)	BA	Mucuri	182,67	91,46	17,28	291,41
B5AO	CORREGO DO MEIO (S-MU34)	BA	Mucuri	162,27	35,89	4,87	203,03
B5AP	GARRAGA E FORMIGA (S-MU25)	BA	Mucuri	440,17	112,84	29,87	582,88
B5AQ	RIACHO DOCE - SPC (S-MU36)	BA	Mucuri	697,57	200	48,93	946,5
B5AS	BLOCO 13 - ACZ (S-MU27)	BA	Mucuri	181,97	94,44	33,39	309,8
B5AU	JASMIM BRANCO (S-MU42)	BA	Mucuri	217,2	95,91	26,10	339,20564 4
B5AV	AGUA VERMELHA (S-MU37)	BA	Mucuri	794,01	510,32	38,44	1342,77
B5AW	GAMELEIRA E PANELA (S-MU18)	BA	Mucuri	1079,02	483,63	57,51	1620,16
B5AX	SAPUCAEIRA (S-MU21)	BA	Mucuri	566,31	974,85	40,59	1581,75
B5AY	MARTINICA (S-MU20)	BA	Mucuri	457,48	589,14	38,77	1085,39
B5AZ	BLOCO 56- MU (S-MU41)	BA	Mucuri	2429,25	1186,62	144,7	3760,57
B5BA	PICADA0 (F-M676)	BA	Mucuri	307,51	149,51	16,57	473,59
B5BB	COSTA DOURADA (F-M417)	BA	Mucuri	270,97	83,64	11,17	365,78
B5BC	MUCURI (F-M406)	BA	Mucuri	340,66	110,38	15,42	466,46
B5BD	PICADA0 (F-M403)	BA	Mucuri	13,39	4,85	0,73	18,97
B5BE	NOVA BRASILIA (F-M407)	BA	Mucuri	279,93	121,4	18,9	420,23
B5BF	PARANHAS DO SUL (F-M760)	BA	Mucuri	24,94	0,85	0,69	26,48
B5BG	CORR.DAS OSTRAS (F-M418)	BA	Mucuri	98,33	8,03	5,21	111,57
B5BH	NOVA BRASILIA (F-M408)	BA	Mucuri	492,87	98,81	20,27	611,95
B5BI	CORR.DO MEIO (F-M419)	BA	Mucuri	217,95	72,14	11,66	301,75
B5BJ	RIO DO SUL (F-M422)	BA	Mucuri	35,71	13,69	3,53	52,93
B5BK	PICADA0 (F-M426)	BA	Mucuri	5,38	0,66	0,07	6,11
B5BL	FAZENDA NOVA OLINDA (F-M759)	BA	Mucuri	29,26	15,44	0,74	45,44
B5BM	RIO DO SUL (F-M420)	BA	Mucuri	347,85	75,21	20,84	443,9
B5BN	RIO DO SUL (F-M421)	BA	Mucuri	424,49	111,45	23,21	559,15
B5BO	NOVA BRASILIA (F-M409)	BA	Mucuri	257,27	31,23	9,06	297,56
B5BP	NOVA BRASILIA (F-M410)	BA	Mucuri	466,44	99,62	15,87	581,93
B5BQ	CORR.DA PRATA (F-M423)	BA	Mucuri	264,09	65,81	13,89	343,79
B5BR	NOVA BRASILIA (F-M413)	BA	Mucuri	290,01	59,84	15,42	365,27
B5BS	NOVA BRASILIA (F-M411)	BA	Mucuri	274,35	80,18	13,41	367,94

B5BT	NOVA BRASILIA (F-M412)	BA	Mucuri	206,22	54,88	9,89	270,99
B5BU	CRUZELANDIA (F-M424)	BA	Mucuri	118,57	36,11	6,85	161,53
B5BV	CORR.ZOADOR (F-M414)	BA	Mucuri	259,09	59,48	12,38	330,95
B5BW	CRUZELANDIA (F-M425)	BA	Mucuri	21,9	6,04	2,65	30,59
B6A0	ESPORA GATO (F-T052)	BA	Caravelas	422,2	121,74	20,99	564,93
B6A1	RIO DA FAZENDA (F-T201)	BA	Caravelas	194,03	98,59	14,36	306,98
B6A2	JUERANA (F-T681)	BA	Caravelas	63,4	19,06	4,35	86,81
B6A3	JUERANA (F-T726)	BA	Caravelas	441,32	185,81	29,3	656,43
B6A4	CORR.SOARES (F-T055)	BA	Caravelas	501,78	154,9	27,77	684,45
B6A5	JUERANA (F-T226)	BA	Caravelas	242,57	143,71	13,95	400,23
B6A6	RIO PEIXOTO (F-T057)	BA	Caravelas	281,23	236,83	16,96	535,02
B6A9	JUERANA (F-T707)	BA	Caravelas	164,61	79,28	9,82	253,71
B6AB	BLOCO 15 - CA (S-CA35)	BA	Caravelas	194,98	50,04	11,4	256,42
B6AD	BLOCO 01 - AL (S-AL15)	BA	Alcobaça	1467,46	800,88	93,89	2362,23
B6AE	BLOCO 03 - AL (S-AL14)	BA	Alcobaça	98,45	33,1	4,74	136,29
B6AF	BLOCO 50 - AL (S-AL13)	BA	Alcobaça	100,19	178,66	15,76	294,61
B6AG	BLOCO 02 - CA (S-CA09)	BA	Caravelas	3323,11	2487,87	207,43	6018,41
B6AH	BLOCO 13 - CA (S-CA04)	BA	Caravelas	147,21	86,33	7,31	240,85
B6AI	BLOCO 09 - CA (S-CA08)	BA	Caravelas	6295,36	5996,22	347,72	12639,3
B6AK	BLOCO 14 - CA (S-CA06)	BA	Caravelas	94,8	25,21	4,63	124,64
B6AL	REUNIDAS GAMELEIRA E LIBERDADE (S-CA07)	BA	Caravelas	1832,11	1036,3	83,83	2952,24
B6AM	NOVA VICOSA (F-T752)	BA	Caravelas	0	237,81	1,69	239,5
B6AN	RIO PERUIPE (F-M500)	BA	Caravelas	0	233,4	0,32	233,72
B6AO	BOCA DO RIO (F-T706)	BA	Caravelas	241,57	173,3	17,17	432,04
B6AP	RIO DA FAZENDA (F-T106)	BA	Caravelas	232,76	196,02	9,57	438,35
B6AQ	RIO PERUIPE (F-T049)	BA	Caravelas	307,37	99,99	13,88	421,24
B6AR	RIO PERUIPE (F-T050)	BA	Caravelas	665,1	273,02	26,51	964,63
B6AS	RIO PERUIPE (F-T216)	BA	Caravelas	38,2	17,09	1,88	57,17
B6AT	RIO PERUIPE (F-T051)	BA	Caravelas	738,39	250,35	29,58	1018,32
B6AU	ESPORA GATO (F-T665)	BA	Caravelas	222,79	99,54	11,23	333,56
B6AV	JUERANA (F-T603)	BA	Caravelas	74,18	26,25	3,02	103,45
B6AW	JUERANA (F-T664)	BA	Caravelas	103,44	81,9	3,99	189,33
B6AX	RIO CUPIDO (F-T056)	BA	Caravelas	163,5	174,3	9,74	347,54

B6AY	RIO PERUIPE (F-T151)	BA	Caravelas	145,7	57,34	12,3	215,34
B6AZ	ESPORA GATO (F-T733)	BA	Caravelas	271,73	66,67	20,66	359,06
B6B0	CORR.DA ONCA (F-T083)	BA	Alcobaça	272,37	182,81	15,1	470,28
B6B1	C.DA CERCA (F-T199)	BA	Alcobaça	217,14	149,16	13,57	379,87
B6B2	CORR.DA ONCA (F-T084)	BA	Alcobaça	304	198,47	20,44	522,91
B6B3	RIO TAQUARI (F-T073)	BA	Alcobaça	199,12	162,73	12,91	374,76
B6B4	CORR.PIXICA (F-T090)	BA	Alcobaça	352,08	147,81	16,39	516,28
B6B5	APARAJU (F-T009)	BA	Alcobaça	15,65	188,63	2,53	206,81
B6B6	CORR.DA ONCA (F-T082)	BA	Alcobaça	302,18	174,48	16,76	493,42
B6B7	APARAJU (F-T100)	BA	Alcobaça	153,66	454,94	10,71	619,31
B6B8	APARAJU (F-T692)	BA	Alcobaça	48,19	30,85	1,46	80,5
B6B9	CORR.DA ONCA (F-T081)	BA	Alcobaça	232,86	160,31	12,7	405,87
B6BA	JUERANA (F-T105)	BA	Caravelas	78,41	10,87	5,09	94,37
B6BB	C. DO CUPIDO (F-T061)	BA	Caravelas	180,6	55,52	7,02	243,14
B6BC	CORR.SEVERO (F-T058)	BA	Caravelas	209,97	62,53	12,42	284,92
B6BD	CORR.TABOCAS (F-T102)	BA	Caravelas	42,59	9,8	3,24	55,63
B6BE	TAQUARI (F-T214)	BA	Caravelas	382,68	135,59	19,31	537,58
B6BF	RIO TAQUARI (F-T059)	BA	Caravelas	209,29	72,05	12,79	294,13
B6BG	C. GAMELEIRA (F-T062)	BA	Caravelas	226,62	146,89	14,65	388,16
B6BH	TAQUARI (F-T101)	BA	Caravelas	187,86	134,01	14,14	336,01
B6BI	TAQUARI (F-T060)	BA	Caravelas	125,89	108,23	8,18	242,3
B6BJ	TAQUARI (F-T063)	BA	Caravelas	189,08	112,93	15,42	317,43
B6BK	TAQUARI (F-T064)	BA	Caravelas	243,08	117,56	15,56	376,2
B6BL	APARAJU (F-T228)	BA	Caravelas	23,16	35,72	2,24	61,12
B6BM	APARAJU (F-T737)	BA	Alcobaça	12,61	12,71	1,22	26,54
B6BN	APARAJU (F-T208)	BA	Alcobaça	101,67	50,61	5,49	157,77
B6BO	APARAJU (F-T227)	BA	Caravelas	50,69	44,26	3,64	98,59
B6BP	APARAJU (F-T087)	BA	Alcobaça	207,24	257,43	18,32	482,99
B6BQ	TAQUARI (F-T069)	BA	Alcobaça	268,09	293,25	21,61	582,95
B6BR	APARAJU (F-T085)	BA	Alcobaça	384,69	181,72	17,64	584,05
B6BS	APARAJU (F-T088)	BA	Alcobaça	192,21	177,86	24,07	394,14
B6BT	APARAJU (F-T086)	BA	Alcobaça	174,09	141,56	13,16	328,81
B6BU	APARAJU (F-T691)	BA	Alcobaça	28,19	28,87	1,24	58,3
B6BV	TAQUARI (F-T070)	BA	Alcobaça	325,55	243,82	17,47	586,84

B6BW	APARAJU (F-T089)	BA	Alcobaça	152,68	177,59	15,89	346,16
B6BX	APARAJU (F-T731)	BA	Alcobaça	70,06	407,34	31,19	508,59
B6BY	RIO TAQUARI (F-T071)	BA	Alcobaça	330,32	191,86	23,11	545,29
B6BZ	APARAJU (F-T152)	BA	Alcobaça	130,75	69,82	6,28	206,85
B6CA	C. OITICICA (F-T074)	BA	Alcobaça	322,36	119,14	20,57	462,07
B6CB	APARAJU (F-T098)	BA	Alcobaça	215,26	190,43	13,98	419,67
B6CC	APARAJU (F-T701)	BA	Alcobaça	67,18	704,11	6,55	777,84
B6CD	CORR.PIXICA (F-T091)	BA	Alcobaça	255,48	120,63	16,18	392,29
B6CE	APARAJU (F-T093)	BA	Alcobaça	240,44	229,54	15,77	485,75
B6CG	RIO PIXICA (F-T207)	BA	Alcobaça	330,68	163,06	27,14	520,88
B6CH	APARAJU (F-T095)	BA	Alcobaça	128,25	187,19	6,24	321,68
B6CI	RIO PIXICA (F-T079)	BA	Alcobaça	175,8	59,94	12,26	248
B6CJ	APARAJU (F-T600)	BA	Alcobaça	397,53	275,4	30,95	703,88
B6CK	RIO PIXICA (F-T206)	BA	Alcobaça	337,01	116,76	23,55	477,32
B6CL	APARAJU (F-T097)	BA	Alcobaça	0	277,62	0,91	278,53
B6CM	APARAJU (F-T092)	BA	Alcobaça	291,71	136,72	19,65	448,08
B6CN	CORR. PIXICA (F-T080)	BA	Alcobaça	127,25	17,67	5,5	150,42
B6CO	APARAJU (F-T096)	BA	Alcobaça	41,38	443,97	2,57	487,92
B6CP	APARAJU (F-T094)	BA	Alcobaça	82,38	304,33	4,73	391,44
B6CQ	CORR. PIXICA (F-T601)	BA	Alcobaça	48,58	15,93	5,06	69,57
B6CR	CORR. PIXICA (F-T077)	BA	Alcobaça	183,7	88,56	13,71	285,97
B6CS	CORR. PIXICA (F-T078)	BA	Alcobaça	294,02	182,67	21,18	497,87
B6CT	CORREGO DO PALHAL (F-T749)	BA	Alcobaça	33,68	34,81	4,52	73,01
B6CU	PAU DA GARRAFA (F-T727)	BA	Alcobaça	63,03	21,44	5,23	89,7
B6CV	CORREGO DO JUNCO (F-T693)	BA	Alcobaça	110,33	164,38	12,45	287,16
B7A0	RIO PAU ALTO (F-M667)	BA	Mucuri	482,6	329,03	27,54	839,17
B7A1	INONIBRAS (F-M373)	BA	Mucuri	155,34	113,19	7,58	276,11
B7A2	RIO DO PAU ALTO (F-M004)	BA	Nova Viçosa	48,23	9,39	3,49	61,11
B7A3	RIO PAU ALTO (F-M613)	BA	Nova Viçosa	181,46	125,16	26,97	333,59
B7A4	RIO DO NORTE (F-M194)	BA	Nova Viçosa	79,58	19,49	6,31	105,38
B7A5	INONIBRAS (F-M367)	BA	Nova Viçosa	272,21	89,55	20,93	382,69
B7A6	RIO PAU ALTO (F-M047)	BA	Nova Viçosa	207,52	91,87	20,41	319,8
B7A7	COLONIA NOVA (F-M219)	BA	Nova Viçosa	207,19	68,3	21,29	296,78

B7A8	INONIBRAS (F-M366)	BA	Nova Viçosa	282,44	117,79	14,23	414,46
B7A9	COLONIA NOVA (F-M220)	BA	Nova Viçosa	314,56	82,45	25,27	422,28
B7AC	BLOCO 42 - MU (S-MU02)	BA	Mucuri	304,52	198,01	17,1	519,63
B7AD	BLOCO 32 - NV (S-NV13)	BA	Nova Viçosa	1549,55	1020,11	135,08	2704,74
B7AE	BLOCO 40 - NV (S-NV15)	BA	Nova Viçosa	196,56	133,58	9,61	339,75
B7AF	PEDRA AZUL 3 (S-NV16)	BA	Nova Viçosa	131,1	56,59	18,55	206,24
B7AH	BANDEIRANTE (S-NV07)	BA	Nova Viçosa	356,53	99,27	19,08	474,88
B7AI	BLOCO 27 - NV (S-NV10)	BA	Nova Viçosa	430,92	372,44	56,97	860,33
B7AJ	BLOCO 28 - NV (S-NV11)	BA	Nova Viçosa	67,44	28,54	3,88	99,86
B7AK	BLOCO 29 - NV (S-NV26)	BA	Nova Viçosa	70,32	26,42	2,97	99,71
B7AL	BLOCO 34 - NV (S-NV12)	BA	Nova Viçosa	4539,92	2624,56	268,53	7433,01
B7AN	BA 698 (F-M168)	BA	Mucuri	31,73	142,22	5,76	179,71
B7AO	RIO MUCURIZINHO (F-M163)	BA	Mucuri	82,61	66,58	32,47	181,66
B7AP	RIO MUCURIZINHO (F-M164)	BA	Mucuri	276,66	135,38	41,36	453,4
B7AQ	RIO MUCURIZINHO (F-M165)	BA	Mucuri	193,91	98,34	12,68	304,93
B7AR	INONIBRAS (F-M369)	BA	Mucuri	173	126,84	13,16	313
B7AS	MUCURIZINHO (F-M167)	BA	Mucuri	130,11	168,09	9,8	308
B7AT	RIO MUCURIZINHO (F-M162)	BA	Mucuri	227,59	60,77	15,94	304,3
B7AU	INONIBRAS (F-M372)	BA	Mucuri	349,16	112,59	14,7	476,45
B7AV	INONIBRAS (F-M375)	BA	Mucuri	137,28	261,32	14,91	413,51
B7AW	INONIBRAS (F-M368)	BA	Mucuri	236,55	103,77	18,91	359,23
B7AX	INONIBRAS (F-M374)	BA	Mucuri	292,45	365,55	30,81	688,81
B7AY	INONIBRAS (F-M371)	BA	Mucuri	410,16	137,93	22,05	570,14
B7AZ	INONIBRAS (F-M370)	BA	Mucuri	282,59	220,66	15,72	518,97
B7B0	COL. LOMANTO JR (F-M027)	BA	Nova Viçosa	526,21	194,55	25,62	746,38
B7B1	C. LOMANTO JR. (F-M036)	BA	Nova Viçosa	235,03	206,28	13,18	454,49
B7B2	MUCURI (F-M015)	BA	Nova Viçosa	293,62	95,68	18,69	407,99
B7B3	FAZ. JACUTINGA (F-M039)	BA	Nova Viçosa	174,83	233,16	12,92	420,91
B7B4	HELVECIA (F-M017)	BA	Nova Viçosa	226	157,91	17,22	401,13
B7B5	MOROBÁ (F-M666)	BA	Nova Viçosa	14,72	20,03	1,32	36,07
B7B6	FAZ. JACUTINGA (F-M038)	BA	Nova Viçosa	167,82	379,62	16,45	563,89
B7B7	HELVECIA (F-M018)	BA	Nova Viçosa	234,87	155,82	21,49	412,18
B7B8	ALCOBACA (F-M001)	BA	Nova Viçosa	80,84	41,25	7,7	129,79
B7B9	FAZ. JACUTINGA (F-M037)	BA	Nova Viçosa	274,44	257,41	18,51	550,36

B7BA	PAU ALTO (F-M046)	BA	Nova Viçosa	177,46	170,95	20,36	368,77
B7BB	PAU ALTO (F-M225)	BA	Nova Viçosa	45,93	28,97	1,75	76,65
B7BC	HELVECIA (F-M705)	BA	Nova Viçosa	242,42	113,83	18	374,25
B7BD	COLONIA NOVA (F-M221)	BA	Nova Viçosa	215,3	102,08	14,25	331,63
B7BE	INONIBRAS (F-M365)	BA	Nova Viçosa	315,27	125,88	14,54	455,69
B7BF	CANDIDO MARIANO (F-M697)	BA	Nova Viçosa	135,23	73,64	14,91	223,78
B7BG	RIO MOROBA (F-M209)	BA	Nova Viçosa	206,34	162,15	15,02	383,51
B7BH	CORR.MATALOE (F-M157)	BA	Nova Viçosa	331,32	218,7	25	575,02
B7BI	CORR. DO SANGUE (F-M048)	BA	Nova Viçosa	247,39	79,03	13,22	339,64
B7BJ	CORREG.DA PRATA (F-M029)	BA	Nova Viçosa	311,25	155,83	15,52	482,6
B7BK	INONIBRAS (F-M376)	BA	Nova Viçosa	83,93	16,39	3,21	103,53
B7BL	RIO MOROBA (F-M099)	BA	Nova Viçosa	115,24	41,54	5,81	162,59
B7BM	NOVA VICOSA (F-M032)	BA	Nova Viçosa	158,27	40,82	6,96	206,05
B7BN	INONIBRAS (F-M364)	BA	Nova Viçosa	154,02	45,36	8,92	208,3
B7BO	CORREGO DO SANGUE (F-M196)	BA	Nova Viçosa	29,16	11,77	2,3	43,23
B7BP	NOVA VICOSA (F-M014)	BA	Nova Viçosa	173,41	36,7	12,41	222,52
B7BQ	RIO MOROBA (F-M033)	BA	Nova Viçosa	128,21	76,52	5,78	210,51
B7BR	RIO MOROBA (F-M030)	BA	Nova Viçosa	429,16	164,66	22,99	616,81
B7BS	RIO MOROBA (F-M031)	BA	Nova Viçosa	210,79	82,25	7,76	300,8
B7BT	FAZ. JACUTINGA (F-M034)	BA	Nova Viçosa	155,7	100,61	9,67	265,98
B7BU	C. LOMANTO JR. (F-M028)	BA	Nova Viçosa	433,02	244,24	23,35	700,61
B7BV	HELVECIA (F-M123)	BA	Nova Viçosa	81,45	65,73	5,41	152,59
B7BW	BAHIA (F-M035)	BA	Nova Viçosa	228,75	156,83	13,76	399,34
B7BX	INONIBRAS (F-M363)	BA	Nova Viçosa	116,43	92,04	5,19	213,66
B7BY	HELVECIA (F-M019)	BA	Nova Viçosa	319,27	167,37	22,32	508,96
B7BZ	FAZ. JACUTINGA (F-M040)	BA	Nova Viçosa	209,69	124,79	12,66	347,14
B7C0	RIO PERUIPE (F-M160)	BA	Nova Viçosa	118,63	379,28	15	512,91
B7C1	HELVÉCIA (F-M643)	BA	Nova Viçosa	295,77	135,92	23,39	455,08
B7C2	PORTO DO DENDE (F-M044)	BA	Nova Viçosa	322,99	218,6	18,8	560,39
B7C3	RIO PERUIPE (F-M134)	BA	Nova Viçosa	299,69	110,02	14,88	424,59
B7C4	RIO PERUIPE (F-M159)	BA	Nova Viçosa	31,27	167	1,89	200,16
B7C5	RIO PERUIPE (F-M133)	BA	Nova Viçosa	231,66	125,11	12,72	369,49
B7C6	HELVECIA (F-M130)	BA	Nova Viçosa	254,2	92,14	16,53	362,87

B7C7	HELVECIA (F-M678)	BA	Nova Viçosa	17,32	2,61	1,01	20,94
B7C8	RIO PERUIPE (F-M132)	BA	Nova Viçosa	289,21	279,49	14,74	583,44
B7C9	RIO PERUIPE (F-M131)	BA	Nova Viçosa	329,7	245,85	16,17	591,72
B7CA	COL LOMANTO JUNIOR (F-M218)	BA	Nova Viçosa	14,9	9,7	1,08	25,68
B7CB	HELVECIA (F-M158)	BA	Nova Viçosa	105,13	72,95	7,03	185,11
B7CC	INONIBRAS (F-M362)	BA	Nova Viçosa	103,1	88,23	4,56	195,89
B7CD	MOROBÁ (F-M644)	BA	Nova Viçosa	118,01	178,88	14,59	311,48
B7CE	MARACANA (F-M026)	BA	Nova Viçosa	260,85	144,35	18,54	423,74
B7CF	HELVECIA (F-M016)	BA	Nova Viçosa	188,5	88,49	10,5	287,49
B7CG	FAZENDA DALAS (F-M668)	BA	Nova Viçosa	54,5	30,47	3,27	88,24
B7CH	MARACANA (F-M025)	BA	Nova Viçosa	341,73	116,22	18	475,95
B7CI	HELVECIA (F-M224)	BA	Nova Viçosa	17,95	33,33	2,62	53,9
B7CJ	RIO PERUIPE (F-M045)	BA	Nova Viçosa	98,91	255,53	8,57	363,01
B7CK	BAHIA (F-M020)	BA	Nova Viçosa	257,78	69,46	12,37	339,61
B7CL	FAZ. JACUTINGA (F-M041)	BA	Nova Viçosa	204,9	94,84	11,57	311,31
B7CM	INONIBRAS (F-M361)	BA	Nova Viçosa	255,89	169,22	18,64	443,75
B7CN	MARACANA (F-M024)	BA	Nova Viçosa	156,58	309,69	10,54	476,81
B7CO	HELVECIA (F-M616)	BA	Nova Viçosa	304,8	179,91	24,89	509,6
B7CP	BAHIA (F-M222)	BA	Nova Viçosa	28,34	30,71	1,58	60,63
B7CQ	CARAVELAS (F-M021)	BA	Nova Viçosa	313,67	180,46	19,27	513,4
B7CR	ESTR.DO DENDE (F-M161)	BA	Nova Viçosa	307,28	239,8	18,33	565,41
B7CS	FAZ. JACUTINGA (F-M043)	BA	Nova Viçosa	367,61	221,99	23,78	613,38
B7CT	COL LOMANTO JUNIOR (F-M217)	BA	Nova Viçosa	14,44	25,16	1,7	41,3
B7CU	FAZ. JACUTINGA (F-M042)	BA	Nova Viçosa	350,3	202,53	23,08	575,91
B7CV	HELVECIA (F-M700)	BA	Nova Viçosa	238,02	65,9	14,76	318,68
B7CW	INONIBRAS (F-M360)	BA	Nova Viçosa	168,54	84,73	8,55	261,82
B7CX	MUCURI (F-M023)	BA	Nova Viçosa	373,88	292,75	24,08	690,71
B7CY	HELVECIA (F-M166)	BA	Nova Viçosa	249,88	164,13	15,31	429,32
B7CZ	NOVA VICOSA (F-M022)	BA	Nova Viçosa	263,16	206,81	52,85	522,82
B7DA	HELVECIA (F-M677)	BA	Nova Viçosa	19,27	1,08	1,11	21,46
B7DB	RIO PERUIPE (F-M124)	BA	Nova Viçosa	370,49	115,76	36,76	523,01
B7DC	C.CONSTANCIA (F-M116)	BA	Nova Viçosa	102,62	36,07	7,62	146,31

B7DD	RIO PERUIPE (F-M125)	BA	Nova Viçosa	209,34	230,17	10,81	450,32
M2A0	IMPERIAL (S-NA15)	MG	Nanuque	469,35	0	0	469,35
M2A1	RESERVA (S-NA16)	MG	Nanuque	371,29	0	0	371,29
M2A2	TRES IRMAOS (S-NA17)	MG	Nanuque	178,17	1,54	17,45	197,16
M2A4	SUMARÉ (S-CC06)	MG	Carlos Chagas	104,35	0	0	104,35
M2A5	BRASILIA (S-CC12)	MG	Carlos Chagas	3026,11	0	0	3026,11
M2A7	BOM JESUS (S-CC02)	MG	Carlos Chagas	945,91	0	0	945,91
M2A8	FAZENDINHA (S-CC14)	MG	Nanuque	300,77	0	0	300,77
M2A9	GIRASSOL (S-NA19)	MG	Nanuque	464,39	327,59	46,6	838,58
M2AC	SAO LOURENCO (S-CC11)	MG	Umburatiba	343,4	894,71	52,87	1290,98
M2AD	TIO PATINHAS (S-CC10)	MG	Carlos Chagas	90,78	34,11	8,3	133,19
M2AG	CAJUBI VITORIA (S-NA24)	MG	Nanuque	132,75	0	7,04	139,79
M2AH	CAMPO VERDE (S-NA21)	MG	Nanuque	21,67	19,12	2,01	42,8
M2AI	DOIS IRMAOS (S-NA02)	MG	Nanuque	42,53	20,38	2,58	65,49
M2AJ	ESTANCIA SAO GABRIEL (S-NA14)	MG	Nanuque	320,84	2,23	23,27	346,34
M2AK	IBIRAPUERA (S-NA06)	MG	Nanuque	90,72	126,74	16,18	233,64
M2AL	ITAPUA (S-NA03)	MG	Nanuque	427,2	221,94	24,6	673,74
M2AM	MUCURUPE (S-NA04)	MG	Nanuque	53,01	34,95	2,09	90,05
M2AN	NOVA HOLANDA (S-NA05)	MG	Nanuque	88,99	114,66	8,37	212,02
M2AO	PRIMEIRO DE MAIO (S-NA08)	MG	Nanuque	40,97	7,84	5,69	54,5
M2AP	SANTA HELENA (S-NA25)	MG	Nanuque	434,23	187,41	28,47	650,11
M2AQ	SANTO ANTONIO - NA (S-NA07)	MG	Nanuque	59,45	26,82	3,26	89,53
M2AR	TARUMAN (S-NA09)	MG	Nanuque	320,82	39,33	22,41	382,56
M2AX	TESOURO (S-NA18)	MG	Nanuque	125,46	94,9	23,32	243,68
M2AY	DAS GARCAS (S-CC09)	MG	Carlos Chagas	183,02	552,84	22,2	758,06
M2AZ	CONJUNTO CAMPO VERDE(S-NA20)	MG	Nanuque	116,63	113,06	18,92	248,61
M2BA	BOA VISTA - PAIN (S-CC01)	MG	Carlos Chagas	116,29	0	0	116,29
M2BB	CORREGO LIMOEIRO (F-G003)	MG	Nanuque	33,55	3,61	2,53	39,69
M2BC	CORREGO LIMOEIRO (F-G001)	MG	Nanuque	817,55	245,38	32,27	1095,2
M2BD	CORREGO LIMOEIRO (F-G002)	MG	Nanuque	831,49	181,58	54,71	1067,78
M2BE	FAZ. ALTAMIRA - CINELANDIA (F-G016)	MG	Nanuque	249,82	160,64	11,88	422,34

M2BF	FAZ. CAVALO BRANCO (F-G012)	MG	Nanuque	306,64	0	0	306,64
M2BG	FAZ. CAVALO BRANCO (F-G013)	MG	Nanuque	434,69	0	0	434,69
M2BH	FAZ. CAVALO BRANCO (F-G014)	MG	Nanuque	228,6	0	0	228,6
M2BI	FAZ. CAVALO BRANCO (F-G015)	MG	Nanuque	370,41	0	0	370,41
M2BJ	FAZ. LAGOA SANTA (F-G005)	MG	Nanuque	487,16	0	0	487,16
M2BK	FAZ. LAGOA SANTA (F-G009)	MG	Carlos Chagas	541,81	0	0	541,81
M2BL	FAZ. LAGOA SANTA (F-G011)	MG	Carlos Chagas	366,25	0	0	366,25
M2BM	FAZ. LAGOA SANTA (F-G006)	MG	Carlos Chagas	539,4	0	0	539,4
M2BN	FAZ. FLORESTA (F-G004)	MG	Nanuque	471,84	0	0	471,84
M2BO	FAZ. LAGOA SANTA (F-G008)	MG	Carlos Chagas	236,08	0	0	236,08
M2BP	FAZ. LAGOA SANTA (F-G010)	MG	Carlos Chagas	309,27	0	0	309,27
M2BQ	FAZ. LAGOA SANTA (F-G007)	MG	Carlos Chagas	446,73	0	0	446,73
B1AR	SANTA MARIA - PRADO (S-AL16)	BA	Prado	190,81	179,89	17,09	387,79
B1B8	2 IRMÃOS (S-G751)	BA	Prado	55,53	23,53	1,71	80,77
B2A3	ARAGUAIA (S-IB10)	BA	Ibirapuã	129,96	84,28	7,20	221,44
B2A4	CINELÂNDIA (S-LA10)	BA	Lajedão	600,26	416,22	141,33	1.157,81
B2AW	SÃO JUDAS TADEU - LA (S-LA11)	BA	Lajedão	532,24	337,86	96,81	966,91
B2BK	MERCURIO (S-IB11)	BA	Ibirapuã	187,98	94,96	12,13	295,07
B2BM	TARCISIO OLIVEIRA - FAZ PAPAIAO (F-T300)	BA	Teixeira de Freitas	131,23	60,81	6,60	198,64
B4A3	GRACIOSA (S-CA40)	BA	Mucuri	36,91	14,61	3,10	54,62
B4A5	MARALINA E NOVO MUNDO (S-MU45)	BA	Nova Viçosa	532,07	136,50	33,50	702,07
B4AG	ANGULOSA (S-NV28)	BA	Nova Viçosa	57,80	8,95	3,28	70,03
B4AQ	CONJUNTO BOA SORTE (S-AL11)	BA	Nova Viçosa	1.296,41	623,19	112,05	2.031,65
B4AR	KAYRÊ (S-NV29)	BA	Nova Viçosa	213,35	111,45	15,19	339,99
B4BE	SANTA INÊS (S-G737)	BA	Mucuri	64,91	18,32	1,92	85,15
B4BP	FAZ CACHOEIRA - JOAO HELIO DE OLIVEIRA (F-M801)	BA	Nova Viçosa	120,63	368,44	22,50	511,57
B5AE	PARAISO (S-MU35)	BA	Mucuri	200,68	57,12	8,43	266,23

B5AT	ARARA (S-MU47)	BA	Mucuri	51,26	130,86	25,29	207,41
B5BX	FAZENDA VALINHOS(LUCIO CANI)	BA	Mucuri	377,47	79,96	39,34	496,77
B5BZ	FAZENDA LIBERDADE - EGLANTINE	BA	Mucuri	240,32	479,24	73,02	792,58
B5CO	FAZ CAPIXABA-JAYME SPINASSE	BA	Mucuri	321,73	280,66	35,03	637,42
B1CA	CACHOEIRINHA	BA	Prado	0,00	107,66	0,00	107,66
B2B7	FAZENDA SANTOS DALVA	BA	Teixeira de Freitas	0,00	0,28	0,00	0,28
B4AS	CINTURAO VERDE (S-MU99)	BA	Mucuri	21,53	4,74	2,56	28,83
B5AR	JOIA DO MUCURI (S-MU19)	BA	Mucuri	0,00	292,09	10,07	302,16
TOTAL				203.849,87	119.508,48	14.656,39	338.014,74

6.2.2. Floresta Produtiva

Produtos florestais madeireiros	
Área total (ha) da floresta de produção (i.e., florestas de onde a madeira podem ser colhida), classificada como “plantação”.	203.849,87
Sistema de Manejo	Área sob o tipo de manejo (ha)
Manejo equiâneo	203.849,87
Corte raso	-
Desbaste	-
Outro:	-
Manejo multiâneo	-
Seleção de árvores individuais	-
Seleção em grupos	-
Outro:	-
Outro (exemplos: viveiro, área de recreação, quebra vento, bambu, sistema agropastoril, sistema agroflorestal, infraestrutura etc.):	14.656,39
Produtos florestais não madeireiros (PFNMs)	
Área da floresta protegida da colheita comercial de madeira e manejada, primariamente, para a produção de PFMNs ou serviços.	-
Outras áreas manejadas para PFMNs ou serviços	-
Espécies no escopo do certificado:	
Nome científico / latim	Nome comum / comercial
<i>Eucalyptus grandis</i>	Eucalipto

<i>E. urophylla</i>	Eucalipto
<i>E. camaldulensis</i>	Eucalipto
<i>E. brassiana</i>	Eucalipto
<i>E. tereticornis</i>	Eucalipto
<i>Corymbia citriodora</i>	Eucalipto
<i>E. torelliana</i>	Eucalipto
<i>E. pellita</i>	Eucalipto
híbrido de <i>E. grandis</i> x <i>E. urophylla</i>	Eucalipto

6.2.3. Produtos incluídos no escopo de certificação

Produtos madeireiros		
Nível 1	Nível 2	Espécies
010000 Tora de madeira	<input type="checkbox"/> 010100 Toras para madeira serrada e laminada	
	<input checked="" type="checkbox"/> 010200 Toras para Celulose	Todas listadas acima.
	<input type="checkbox"/> 010300 Cavaco e partículas Ex.: Serragem, pó de lixar	
	<input type="checkbox"/> 010400 Resíduos de madeira Ex.: Galhos, ramos, copas de árvores e similares	
	<input type="checkbox"/> 010500 Casca	
	<input type="checkbox"/> 010600 Outras toras de madeira	
020000 Lenha e madeira para energia	<input type="checkbox"/> 020100 Lenha Ex.: Lenha, lascas, serragem, resíduos de madeira	
	<input type="checkbox"/> 020200 Carvão	
	<input type="checkbox"/> 020300 Pellets e briquetes	
	<input type="checkbox"/> 020400 Madeira para energia	
<input type="checkbox"/> Outros produtos madeireiros não listados acima. Por favor, descreva:		

Produtos florestais não madeireiros (PFNM)
<input checked="" type="checkbox"/> N/A – Não há manejo de PFNM.

6.2.4. Áreas florestais fora do escopo da certificação

<input type="checkbox"/> Não aplicável – Todas as áreas florestais de propriedade ou manejadas pelo empreendimento estão incluídas no escopo de certificação.			
<input checked="" type="checkbox"/> O empreendimento possui e/ou maneja outras áreas florestais que não estão incluídas no escopo de certificação (<i>preencher campos abaixo</i>).			
<input type="checkbox"/> O empreendimento removeu do escopo da certificação partes da UMF sob avaliação (<i>preencher campos abaixo</i>).			
Explicação para a exclusão e/ou excisão das áreas do escopo de certificação:		<p>A Suzano possui outras unidades que não fazem parte deste escopo e que possuem sua própria certificação (UNF ES, SP, MA e MS).</p> <p>A UNF-BA possui áreas localizadas nas regiões da Bahia e Minas Gerais que estão fora do escopo, devido ao processo de regularização dos licenciamentos ambientais, bem como áreas de pesquisa florestal. O EMF também fez a exclusão de áreas que foram vendidas, áreas em comodato e área desapropriada.</p>	
Medidas de controle para prevenir a mistura de produtos certificados e não-certificados:		<p>Foi desenvolvida metodologia documentada (MA.25.01.0006_Rastreabilidade FM_COC) para assegurar a rastreabilidade do produto certificado desde a colheita até a sua deposição na mesa dos picadores, na fábrica da Suzano, localizada em Mucuri (BA), por meio de identificação (física e digital) e segregação, de modo a assegurar a não contaminação com produto não certificado e assim viabilizar a cadeia de custódia em todas as etapas do manejo. Todas as Unidade de Produção (UP) são cadastradas e controladas via Cadastro Florestal e Sistema de controle de produção de madeira (SAP), que identifica se a área é ou não certificada, não permitindo qualquer divergência nas informações</p>	
Descrição das áreas florestais removidas do escopo de certificação:			
Nome da UMF ou Talhão	Motivo da exclusão/excisão do escopo	Local (município, estado, país)	Área Total (ha)
2 IRMÃOS (S-G751)	Em processo de regularização para certificação	Prado	80,77
ÀGUA BRANCA (S-PR08)	Em processo de regularização para certificação	Prado	1286,69
AGUA VERMELHA (F-T635)	Ocupação irregular	Caravelas	0,18
AGUA VERMELHA (F-T637)	Ocupação irregular	Teixeira de Freitas	0,7
AGUA VERMELHA (F-T682)	Ocupação irregular	Alcobaça	0,17
AGUIA BRANCA (S-CA24)	Em processo de regularização para certificação	Caravelas	119,02
ALCOBACA (F-M001)	Ocupação irregular	Nova Viçosa	0,19
ALCOBAÇA (F-T684)	Areas de Posse	Alcobaça	283,02
AMARALINA - MU (S-MU07)	Ocupação irregular	Mucuri	5,93

AMARALINA - MU (S-MU07)	OGM-Genética Florestal	Mucuri	9,77
ANGULOSA (S-NV28)	Em processo de regularização para certificação	Nova Viçosa	70,03
APARAJU (F-T007)	Projeto Comunitário PDRT	Caravelas	23,4
APARAJU (F-T008)	Areas de Posse	Alcobaça	92,8
APARAJU (F-T086)	Ocupação irregular	Alcobaça	1,78
APARAJU (F-T087)	Ocupação irregular	Alcobaça	0,34
APARAJU (F-T089)	Projeto Comunitário PDRT	Alcobaça	40,56
ARAGUAIA (S-IB10)	Em processo de regularização para certificação	Ibirapuã	221,44
ARARA (S-MU47)	Em processo de regularização para certificação	Mucuri	207,41
ARRAIAL POUSO ALEGRE (F-T653)	OGM-Genética Florestal	Alcobaça	14,05
ARRAIAL POUSO ALEGRE (F-T653)	Projeto Comunitário PDRT	Alcobaça	125,8
ARRAIAL POUSO ALEGRE (F-T654)	Projeto Comunitário PDRT	Alcobaça	25,33
ARRAIAL POUSO ALEGRE (F-T657)	Ocupação irregular	Alcobaça	1,72
ARRAIAL POUSO ALEGRE (F-T658)	Restrição Documental + Projeto PDRT	Alcobaça	1030,26
ASA DELTA (S-AL18)	Em processo de regularização para certificação	Prado	1338,11
BA-290 (F-T213)	Ocupação irregular	Alcobaça	100,9
BABI AGROPECUARIA(F-T755)	Areas de Posse	Teixeira de Freitas	836,94
BELA VISTA (S-PR04)	Em processo de regularização para certificação	Prado	252,8
BLOCO 02 - CA (S-CA09)	Ocupação irregular	Caravelas	9,06
BLOCO 04 (S-CA05)	Ocupação irregular	Caravelas	8,61
BLOCO 04 (S-CA05)	Projeto Comunitário PDRT	Caravelas	17,02
BLOCO 05 - CA (S-CA01)	Ocupação irregular	Caravelas	52,62
BLOCO 05 - CA (S-CA01)	OGM-Genética Florestal + UP risco processo para avaliação	Caravelas	180,07
BLOCO 06 - CA (S-CA02)	Ocupação irregular	Caravelas	5,64
BLOCO 09 - CA (S-CA08)	Ocupação irregular	Caravelas	2,69
BLOCO 09 - CA (S-CA08)	Projeto Comunitário PDRT + Em 2019 área vegetação duplicada dentro e fora escopo- correção em 2021	Caravelas	107,12
BLOCO 13 - ACZ (S-MU27)	Ocupação irregular	Mucuri	3,13
BLOCO 22 - CA (S-CA29)	Ocupação irregular	Caravelas	1,64
BLOCO 25 - CA (S-CA20)	Ocupação irregular	Caravelas	4,58
BLOCO 32 - NV (S-NV13)	OGM-Genética Florestal	Nova Viçosa	17,85

BLOCO 35 - NV (S-NV09)	Ocupação irregular	Nova Viçosa	1,09
BLOCO 37 (S-NV99)	Ocupação irregular	Nova Viçosa	2,15
BLOCO 37 - NV (S-NV06)	Ocupação irregular	Nova Viçosa	6,54
BLOCO 37 - NV (S-NV06)	Projeto Comunitário PDRT	Nova Viçosa	33,6
BLOCO 38 - NV (S-NV05)	Ocupação irregular	Nova Viçosa	0,03
BLOCO 39 - NV (S-NV04)	Lixão de Argolo	Nova Viçosa	4,36
BLOCO 39 - NV (S-NV04)	Ocupação irregular	Nova Viçosa	0,48
BLOCO 43 - MU (S-MU03)	Excisão-Lixão de Mucuri + OGM-Genética Florestal	Mucuri	12,61
BLOCO 44 - MU (S-MU12)	OGM-Genética Florestal	Mucuri	126,59
BLOCO 47 - MU (S-MU38)	Ocupação irregular	Mucuri	64,3
BLOCO 47 - MU (S-MU38)	Projeto Comunitário PDRT	Mucuri	7,38
BLOCO 48 - AL (S-AL05)	OGM-Genética Florestal	Alcobaça	9,2
BLOCO 49 - AL (S-AL04)	Ocupação irregular	Alcobaça	9,28
BLOCO 49 - AL (S-AL04)	Projeto Comunitário PDRT	Alcobaça	8,00
BLOCO 51 - MU (S-MU22)	Ocupação irregular	Mucuri	0,27
BLOCO 51 - MU (S-MU22)	OGM-Genética Florestal	Mucuri	4,84
BLOCO 52 - AL (S-AL10)	Produção fora do escopo (2019) / Retirada toda a fazenda por negociação com INCRA (2021)	Alcobaça	1.589,44
BLOCO 54 - MU (S-MU33)	Ocupação irregular	Mucuri	6,72
BLOCO 56- MU (S-MU41)	Ocupação irregular	Mucuri	4,07
BLOCO 57 - MU (S-MU29)	Projeto Comunitário PDRT	Mucuri	0,43
BLOCO CBF - PARTE I (S-PR07)	Em processo de regularização para certificação	Prado	289,86
BOA NOVA (S-MN04)	Venda imóveis - posse compartilhada/ aguardando colheita	Medeiros Neto	187,92
BOA VISTA - PAIN (S-CC01)	Venda imóveis - posse compartilhada/ aguardando colheita	Carlos Chagas	124,67
BOM JESUS (S-CC02)	Venda imóveis - posse compartilhada/ aguardando colheita	Carlos Chagas	1493,6
BRASILIA (S-CC12)	Venda imóveis - posse compartilhada/ aguardando colheita	Carlos Chagas	5139,84
C.DOURADA (F-M404)	Ocupação irregular	Mucuri	1,95
CALUMBIS (S-SM18)	Em processo de regularização para certificação	Senador Modestino Gonçalves	1458,67

CAMPO ALEGRE (S-G733)	Em processo de regularização para certificação	Nova Viçosa	58,11
CAMPOS VERDE E MARIA BONITA (S-TF11)	Em processo de regularização para certificação	Teixeira de Freitas	123,53
CAPAO (S-SM19)	Em processo de regularização para certificação	Virgem da Lapa	2114,51
CARAVELAS (F-M012)	Projeto Comunitário PDRT	Nova Viçosa	4,51
CÉU AZUL (S-TF08)	Ocupação irregular	Teixeira de Freitas	0,26
CINELÂNDIA (S-LA10)	Em processo de regularização para certificação	Lajedão	1157,81
CINTURAO VERDE (S-MU99)	Em processo de regularização para certificação	Mucuri	28,83
COLONIA NOVA (F-M614)	Ocupação irregular	Mucuri	0,19
CONJUNTO BOA SORTE (S-AL11)	Em processo de regularização para certificação	Nova Viçosa	2031,65
CONJUNTO BONDA	Em processo de regularização para certificação	Nova Viçosa	320,1
CONJUNTO PAREDES (S-MU08)	Ocupação irregular	Mucuri	2,54
CONJUNTO SANTA CECILIA (S-G736)	Em processo de regularização para certificação	Alcobaça	216,55
CONQUISTA BAIANA - PAIN (S-MN05)	Venda imóveis - posse compartilhada/ aguardando colheita	Medeiros Neto	37,98
CORR.DA PRATA (F-M423)	Ocupação irregular	Mucuri	0,01
CORR.DAS OSTRAS (F-M415)	Ocupação irregular	Mucuri	19,25
CORR.DAS OSTRAS (F-M416)	Ocupação irregular	Mucuri	15,8
CORR.ZOADOR (F-M414)	Areas de Posse	Mucuri	34,92
CORREGO DO JUNCO (F-T693)	Projeto Comunitário PDRT	Alcobaça	30,68
CORREGO DO PALHAL (F-T749)	Ocupação irregular	Alcobaça	0,68
CORREGO DO PAVAO (F-T683)	Ocupação da Aldeia Renascer Hã Hã	Alcobaça	305,27
COSTA DOURADA (F-M417)	Projeto Comunitário PDRT	Mucuri	2,34
CUTIA (F-T757)	Areas de Posse	Alcobaça	91,91
ELDORADO - IB (S-IB08)	Em processo de regularização para certificação	Ibirapuã	64,31
EMANUEL E ESPERANÇA (S-IB07)	Em processo de regularização para certificação	Ibirapuã	156,5
ESPERANÇA E SAO BENEDITO	Em processo de regularização para certificação	Nova Viçosa	55
ESPORA GATO (F-T733)	Ocupação irregular	Caravelas	21,5
ESPORA GATO (F-T733)	Projeto Comunitário PDRT	Caravelas	11,86

ESTRELA DALVA - TF (S-TF05)	Ocupação irregular em 100% da área	Teixeira de Freitas	205,45
FABRICA CELULOSE (S-MU15)	Ocupação irregular	Mucuri	22,17
FAZ CACHOEIRA - JOAO HELIO DE OLIVEIRA (F-M801)	Em processo de regularização para certificação	Nova Viçosa	511,57
FAZ CAPIXABA-JAYME SPINASSE	Em processo de regularização para certificação	Mucuri	637,42
FAZ PARAIZO - JOSE ANTONIO CASTRO (F-T303)	Em processo de regularização para certificação	Teixeira de Freitas	1.440,58
Duquesa	Venda imóveis MG	Medeiros Neto	331,19
FAZ. CAVALO BRANCO (F-G012)	Venda imóveis - posse compartilhada/ aguardando colheita	Nanuque	525,19
FAZ. CAVALO BRANCO (F-G013)	Venda imóveis - posse compartilhada/ aguardando colheita	Nanuque	769,84
FAZ. CAVALO BRANCO (F-G014)	Venda imóveis - posse compartilhada/ aguardando colheita	Nanuque	723,59
FAZ. CAVALO BRANCO (F-G015)	Venda imóveis - posse compartilhada/ aguardando colheita	Nanuque	647,19
FAZ. JACUTINGA (F-M043)	Ocupação irregular	Nova Viçosa	17,24
FAZ. FLORESTA (F-G004)	Venda imóveis - posse compartilhada/ aguardando colheita	Nanuque	440,47
FAZ. LAGOA SANTA (F-G005)	Venda imóveis - posse compartilhada/ aguardando colheita	Nanuque	468,58
FAZ. LAGOA SANTA (F-G006)	Venda imóveis - posse compartilhada/ aguardando colheita	Carlos Chagas	719,7
FAZ. LAGOA SANTA (F-G007)	Venda imóveis - posse compartilhada/ aguardando colheita	Carlos Chagas	549,62
FAZ. LAGOA SANTA (F-G008)	Venda imóveis - posse compartilhada/ aguardando colheita	Carlos Chagas	298,94
FAZ. LAGOA SANTA (F-G009)	Venda imóveis - posse compartilhada/ aguardando colheita	Carlos Chagas	537,25
FAZ. LAGOA SANTA (F-G010)	Venda imóveis - posse compartilhada/ aguardando colheita	Carlos Chagas	564,37
FAZENDA CANAÃ - ANA AMELIA	Em processo de regularização para certificação	Mucuri	97,85

FAZENDA FLORESTA NEGRA(UNIAO)	Em processo de regularização para certificação	Vereda	577,41
FAZENDA LIBERDADE - EGLANTINE	Em processo de regularização para certificação	Mucuri	792,58
FAZENDA MARAVILHA	Em processo de regularização para certificação	Teixeira de Freitas	462,22
FAZENDA NOSSA SRA APARECIDA - JOSE EDUARDO LAVIOLA	Em processo de regularização para certificação	Alcobaça	291,96
FAZENDA PLANICIE I II	Em processo de regularização para certificação	Nova Viçosa	70,46
FAZENDA RANCHO ALEGRE-AMELIA	Em processo de regularização para certificação	Nova Viçosa	235,48
FAZENDA SANTA CRUZ- AGROL	Em processo de regularização para certificação	Alcobaça	774,41
FAZENDA VALINHOS(LUCIO CANI)	Em processo de regularização para certificação	Mucuri	496,77
FAZ. LAGOA SANTA (F-G011)	Venda imóveis - posse compartilhada/ aguardando colheita	Carlos Chagas	490,96
FELICIDADE DA FAMILIA (S-IB01)	Ocupação irregular	Ibirapuã	0,15
FORTALEZA - IB (S-IB09)	Em processo de regularização para certificação	Ibirapuã	849,73
GRACIOSA (S-CA40)	Em processo de regularização para certificação	Mucuri	54,62
GRAVATÁ (S-CA42)	Em processo de regularização para certificação	Nova Viçosa	99,64
FAZENDINHA (S-CC14)	Venda imóveis - posse compartilhada/ aguardando colheita	Nanuque	155,99
GUARALAJARA (S-CA25)	Excisão- B2AC02	Caravelas	21,9
HELVECIA (F-M019)	OGM-Genética Florestal	Nova Viçosa	28,34
HELVECIA (F-M130)	Ocupação irregular	Nova Viçosa	4,52
HELVECIA (F-M616)	Ocupação irregular	Nova Viçosa	0,3
HELVECIA (F-M617)	Projeto Comunitário PDRT	Nova Viçosa	21,83
HELVECIA (F-M723)	Projeto Comunitário PDRT	Nova Viçosa	1,29
HORTO SOMBRA DA TARDE (S-AL06)	Ocupação irregular	Alcobaça	0,01
GUANAMBY - PAIN (S-MN07)	Venda imóveis - posse compartilhada/ aguardando colheita	Medeiros Neto	237,29
INONIBRAS (F-M375)	Ocupação irregular	Mucuri	0,86
INONIBRAS (F-M375)	Projeto Comunitário PDRT	Mucuri	4,05
ITABAIANA(BA) (S-CA41)	Em processo de regularização para certificação	Caravelas	801,47

ITAPUA (S-NA03)	Ocupação irregular	Nanuque	0,17
ITAQUARI (F-T739)	Ocupação irregular	Alcobaça	21,72
ITAQUARI (F-T739)	Projeto Comunitário PDRT	Alcobaça	19,16
JASMIM BRANCO (S-MU42)	OGM-Genética Florestal (2021) + posse do proprietário (2019)	Mucuri	156,83
JUEIRANA (F-T109)	Projeto Comunitário PDRT	Caravelas	51,39
JUEIRANA (F-T604)	Ocupação irregular	Caravelas	0,29
JUERANA (F-T053)	Ocupação irregular	Caravelas	0,11
JUERANA (F-T105)	Projeto Comunitário PDRT	Caravelas	17,19
JUERANA (F-T108)	Projeto Comunitário PDRT	Caravelas	20,61
JUERANA (F-T680)	Ocupação irregular	Caravelas	3,59
JUERANA (F-T680)	Projeto Comunitário PDRT	Caravelas	15,28
JUERANA (F-T707)	OGM-Genética Florestal	Caravelas	13,85
JUERANA (F-T707)	Projeto Comunitário PDRT	Caravelas	1,61
JUERANA (F-T719)	Ocupação irregular	Caravelas	0,54
JUERANA (F-T719)	Projeto Comunitário PDRT	Caravelas	14,04
JUERANA (F-T726)	Ocupação irregular	Caravelas	1,06
KAYRÊ (S-NV29)	Em processo de regularização para certificação	Nova Viçosa	339,99
KM 87 (S-NV27)	Em processo de regularização para certificação	Nova Viçosa	1112,36
KM87 II	Em processo de regularização para certificação	Nova Viçosa	58,58
LAGOA ESPERANÇA (S-PR05)	Em processo de regularização para certificação	Prado	1133,73
LAJEDINHO (S-LA03)	Ocupação irregular	Lajedão	112,01
MARALINA E NOVO MUNDO (S-MU45)	Em processo de regularização para certificação	Nova Viçosa	702,07
MARIA MIRREIS (F-T735)	Ocupação irregular	Caravelas	1,21
MERCURIO (S-IB11)	Em processo de regularização para certificação	Ibirapuã	295,07
IMPERIAL (S-NA15)	Venda imóveis - posse compartilhada/ aguardando colheita	Nanuque	559,18
MOROBÁ (F-M644)	Ocupação irregular	Nova Viçosa	3,94
MUCURIZINHO (F-M167)	Ocupação irregular	Mucuri	22,74
NOVA BRASILIA (F-M409)	Areas de Posse	Mucuri	87,2
NOVA BRASILIA (F-M411)	Areas de Posse	Mucuri	10,81
NOVA BRASILIA (F-M412)	Areas de Posse	Mucuri	57,66

NOVA ESPERANÇA (S-AL12)	Em processo de regularização para certificação	Caravelas	249,10
NOVA VICOSA (F-M115)	Viveiro em comodato	Nova Viçosa	22,72
NOVA VICOSA (F-T752)	Ocupação irregular	Caravelas	2,58
NOVA VIDA (S-CA45)	Em processo de regularização para certificação	Caravelas	111,94
NOVO AMPARO (S-TF07)	Em processo de regularização para certificação	Teixeira de Freitas	193,02
NOVO DESTINO (F-T649)	Ocupação irregular	Alcobaça	1,71
NOVO DESTINO (F-T650)	Projeto Comunitário PDRT	Alcobaça	4,74
NOVO DESTINO (F-T651)	Projeto Comunitário PDRT /ocupação irregular	Alcobaça	671,04
OITERINHO (S-CA43)	Em processo de regularização para certificação	Alcobaça	568,39
OLIVEIRA 2 (S-CA36)	Em processo de regularização para certificação	Caravelas	323,06
PAIXÃO - PARTE II (S-PR06)	Em processo de regularização para certificação	Prado	1063,01
PALMARES	Em processo de regularização para certificação	Nova Viçosa	119,83
PALMEIRAS (S-G734)	Em processo de regularização para certificação	Mucuri	483,95
PARAISO (S-MU35)	Em processo de regularização para certificação	Mucuri	266,23
PARAISO VERDE (S-AL08)	Em processo de regularização para certificação	Alcobaça	149,1
PEROBAS (S-SM20)	Em processo de regularização para certificação	Turmalina	722,45
PICADAO (F-M401)	Ocupação irregular	Mucuri	1,09
PROVIDÊNCIA (S-MU11)	OGM-Genética Florestal + sobreposição de vegetação certificada/não certificada 2019	Mucuri	18,96
R. ITANHENTINGA (F-T175)	Ocupação irregular	Alcobaça	3,32
R. ITANHENTINGA (F-T183)	Ocupação irregular	Alcobaça	1,81
R. ITANHENTINGA (F-T184)	Ocupação irregular	Alcobaça	2,74
RANCHO ALEGRE (F-M114)	Areas de Posse	Caravelas	27,74
RANCHO ALEGRE (F-M669)	Ocupação irregular	Caravelas	231,44
RANCHO DR (S-CA38)	Em processo de regularização para certificação	Nova Viçosa	62,95
REFORMA (F-T686)	Areas de Posse / Ocupação irregular	Alcobaça	119,41
MONTE LIBANO - PAIN (S-CC03)	Venda imóveis MG	Carlos Chagas	501,18

RIACHO DOCE - SPC (S-MU36)	Ocupação irregular	Mucuri	1,92
RIO ALCOBACA (F-T212)	Ocupação FETRAF	Alcobaça	575,19
RIO DO SUL (F-M421)	Ocupação irregular	Mucuri	0,1
RIO DO SUL (F-M422)	Ocupação irregular	Mucuri	5,08
RIO ITANHETINGA (F-T660)	Ocupação irregular	Alcobaça	181,83
RIO ITANHETINGA (F-T690)	Ocupação irregular	Alcobaça	2,71
RIO ITANHETINGA (F-T714)	Ocupação irregular	Prado	4,25
RIO ITANHETINGA (F-T715)	Ocupação irregular	Alcobaça	0,69
RIO JUCURUÇU (F-T746)	Ocupação irregular	Alcobaça	1,83
RIO MIGUEL (F-T065)	Ocupação irregular	Caravelas	4,78
RIO MOROBA (F-M030)	Areas de Posse	Nova Viçosa	8,69
RIO MUCURIZINHO (F-M163)	Ocupação irregular	Mucuri	2,89
RIO PAU ALTO (F-M613)	Ocupação irregular	Nova Viçosa	0,18
RIO PERUIPE (F-M117)	Projeto Comunitário PDRT	Nova Viçosa	30,41
RIO PERUIPE (F-M125)	Ocupação irregular	Nova Viçosa	0,08
RIO PERUIPE (F-T151)	Ocupação irregular	Caravelas	9,56
RIO PERUIPE (F-T151)	Projeto Comunitário PDRT	Caravelas	21,49
SANTA INÊS (S-G737)	Em processo de regularização para certificação	Mucuri	85,15
SANTA MARIA - PRADO (S-AL16)	Em processo de regularização para certificação	Prado	387,79
SANTO ANTONIO (F-T662)	Ocupação irregular	Alcobaça	23,43
SANTO ANTONIO (F-T663)	Ocupação irregular	Alcobaça	1,45
SANTO ANTONIO (F-T699)	Ocupação irregular	Alcobaça	6,41
SANTO ANTONIO (F-T699)	Projeto Comunitário PDRT	Alcobaça	105,78
SÃO FRANCISCO (F-T688)	Areas de Posse	Alcobaça	243,77
SAO FRANCISCO (F-T729)	Projeto Comunitário PDRT	Alcobaça	48,99
SÃO JOÃO (S-MU46)	Em processo de regularização para certificação	Nova Viçosa	245,81
SAO JOSE (F-T685)	Projeto Comunitário PDRT	Alcobaça	30,95
SÃO JOSÉ - MU (S-MU40)	Em processo de regularização para certificação	Mucuri	50,1
SÃO JOSÉ(F-T728)	Ocupação irregular em 100% da área	Alcobaça	30,3
SÃO JUDAS TADEU - LA (S-LA11)	Em processo de regularização para certificação	Lajedão	966,91
Nova Lima - Pain	Venda imóveis MG	Carlos Chagas	401,4

SÃO JUDAS TADEU - REUNIDAS (S-CA39)	Em processo de regularização para certificação	Nova Viçosa	490,69
SIC, SEMPRE VERDE E ARIZONA (S-G752)	Em processo de regularização para certificação	Caravelas	200,77
SITIO NOVO (S-MN08)	Em processo de regularização para certificação	Medeiros Neto	193,87
SOCIGRA B (S-CA46)	Em processo de regularização para certificação	Caravelas	211,29
Pampam	Venda imóveis MG	Umburatiba	2481,01
TAQUARI (F-T067)	Projeto Comunitário PDRT	Alcobaça	36,95
TAQUARI (F-T070)	Ocupação irregular	Alcobaça	0,24
TAQUARI (F-T101)	Ocupação irregular	Caravelas	0,56
TARCISIO OLIVEIRA - FAZ PAPAGAIO (F-T300)	Em processo de regularização para certificação	Teixeira de Freitas	198,64
VALE DO ITANHEM (F-T687)	Ocupação irregular	Alcobaça	6,14
VALE DO ITANHEM (F-T687)	Projeto Comunitário PDRT	Alcobaça	118,53
VERANEIO (S-MU10)	Em processo de regularização para certificação	Nova Viçosa	1112,24
VIDA LINDA (S-CA99)	Em processo de regularização para certificação	Mucuri	106,55
PAMPAM(S-CC15)	Venda imóveis MG	Umburatiba	119,94
PATIO POSTO DA MATA(F-M800)	Venda da área	Nova Viçosa	41,21
RESERVA (S-NA16)	Venda imóveis - posse compartilhada/ aguardando colheita	Nanuque	333,87
Santa Maria - Pain	Venda imóveis MG	Carlos Chagas	640,21
Santa Maria - Pain	Venda imóveis MG	Carlos Chagas	196,24
SÃO JUDAS TADEU - MN (S-LA04)	Venda imóveis - posse compartilhada/ aguardando colheita	Lajedão	116,06
SUMARÉ (S-CC06)	Venda imóveis - posse compartilhada/ aguardando colheita	Carlos Chagas	324,87
VISTA ALEGRE 2(S-CC08)	Venda imóveis MG	Carlos Chagas	1273,37
VISTA ALEGRE CC(S-CC07)	Venda imóveis MG	Carlos Chagas	249,1
Vista Alegre II - Pain	Venda imóveis MG	Carlos Chagas	1273,67
Monte Líbano - Pain	Venda imóveis MG	Carlos Chagas	791,18
Total			64.861,74

6.3. Informação Social

6.3.1. Dados dos colaboradores e registros de acidentes

Número de trabalhadores florestais (inclusive prestadores de serviço) atuando na floresta no escopo do certificado:			
Trabalhadores	3.338 trabalhadores	Trabalhadoras	269 trabalhadoras
Taxa de gravidade de acidentes*:	0,47		
Taxa de frequência de acidentes*:	43		

*referente ao ano anterior ao ano de avaliação.

6.3.2. Caracterização do contexto socioeconômico da(s) UMF(s)

A Suzano S.A, Unidade Mucuri, possui atuação nos estados da Bahia e Minas Gerais. Na Bahia as plantações florestais da empresa se distribuem por 10 municípios: Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda. No estado de Minas Gerais, se distribuem pelos municípios de Carlos Chagas e Nanuque.

A Bahia está entre os estados que apresentam Índice de Desenvolvimento Humano abaixo da média brasileira. Em 2010 o IDH do estado foi de 0,660, ocupando a posição 22º de 27 estados. O estado da Bahia em 2021 apresentou um rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* de R\$ 843,00. A economia do estado tem base na agropecuária, com destaque para as culturas do algodão, cana-de-açúcar, feijão, mandioca e soja, além do cacau, milho e café e na silvicultura com os plantios de Eucaliptos. Também há significativa presença da indústria extrativista e de transformação e atividades do setor de serviços, como o turismo (SEI, 2019).

As áreas da empresa se concentram na região sul do estado, principalmente nos municípios de Mucuri, Nova Viçosa, Caravelas, Alcobaça e Teixeira de Freitas.

Com fortes incentivos na década de 80 a região Extremo Sul da Bahia alavancou a atividade florestal, principalmente com plantios de Eucaliptos. A concentração de empresas de base florestal, principalmente de papel e celulose, propiciou o desenvolvimento tecnológico da silvicultura nessa região. Destacam-se também, atividades econômicas de comércio e serviços. O turismo se constitui de um forte atributo da região.

Na tabela abaixo são apresentados os principais índices socioeconômicos dos municípios de atuação da empresa no estado da Bahia.

Município - UF	População estimada [2021] (hab.)	PIB per capita [2019] (R\$)	IDHM [2010]
Mucuri - BA	42.729	42.765,12	0,665
Nova Viçosa - BA	44.170	11.507,69	0,654
Caravelas – BA	22.166	15.702,49	0,616
Alcobaça – BA	22.509	12.843,74	0,608
Teixeira de Freitas - BA	164.290	16.541,88	0,685

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/>

Verifica-se que todos os municípios se enquadram em um IDHM médio (0,6-0,699). O município de Mucuri tem destaque no PIB *per capita* (12ª posição no estado, de um total de 417 municípios), principalmente devido às indústrias de transformação e grande atividade dos setores de comércio e serviços.

Já o estado de Minas Gerais apresenta uma população estimada (2021) em 22.411.923 habitantes, conferindo a 2ª posição de estado mais populoso do país. Em 2010 apresentou um IDH de 0,731 e rendimento mensal domiciliar *per capita* de R\$ 1.325,00. As áreas da empresa nesse estado estão situadas na região dos municípios de Nanuque e Carlos Chagas. O município de Carlos Chagas, localizado na Microrregião Nanuque, tem destaque em sua economia na agropecuária e serviços. Em 2010, 53,1% da população maiores de 18 anos foi enquadrada em economicamente ativa ocupada. Quanto à Nanuque, é o município mais populoso dessa microrregião, forte na agropecuária, despertou interesse na agroindústria, também ganha destaque nos setores de prestação de serviços e comércio. Quanto às culturas com maior predomínio na região, citam-se cana-de-açúcar, soja e eucalipto. Carlos Chagas possui um IDH-M considerado médio, e Nanuque possui um IDH-M alto (0,7-0,799).

Na tabela abaixo são apresentados os principais índices socioeconômicos dos municípios de atuação da empresa no estado de Minas Gerais.

Município - UF	População estimada [2021] (hab.)	PIB per capita [2019] (R\$)	IDH-M [2010]
Nanuque - MG	40.583	19.671,05	0,701
Carlos Chagas - MG	18.516	19.340,96	0,648

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/>

6.4. Resumo anual do uso de pesticidas 2021

<input type="checkbox"/> N/A - EMF não usou pesticidas desde a última auditoria.					
Nome comercial do pesticida	Ingrediente ativo	Quantidade aplicada desde a última avaliação (kg ou l)		Tamanho da área tratada desde a última avaliação (ha)	Razão de uso
Capture	Bifentrina	16,50	L	63,00	INSETICIDA
Evidence	Imidacloprid	1.305,31	KG	33.254,76	INSETICIDA
Isca formicida	Sulfluramida	796.496,57	KG	206.281,03	INSETICIDA
Nativo	Trifloxistrobina + Tebuconazol	4.268,33	L	8.780,42	FORMICIDA
Scout	Glifosato	133.416,27	KG	91.852,64	HERBICIDA
Fordor	Isoxaflutole	6.586,66	KG	39.713,93	HERBICIDA
Roundup Transorb	Glifosato	169.824,56	L	67.933,97	HERBICIDA
Valeos	Saflufenacil	791,99	KG	20.086,02	HERBICIDA
Missil	Haloxifope	100,80	L	234,33	HERBICIDA
Sector	Triclopir-butotílico	40,00	L	23,33	HERBICIDA
Esplanade	Indaziflam	4,28	L	220,72	HERBICIDA
Block	Oxyfluorfen	4.516,60	L	2.767,96	HERBICIDA
Flumyzin	Flumioxazina	880,30	L	4.918,99	HERBICIDA
Solara	Sulfentrazone	367,00	L	772,47	HERBICIDA

Spotlight	<i>Carfentrazona etílica</i>	9,46	L	168,53	HERBICIDA
Dipel	<i>Bacillus thuringiensis</i>	727,00	KG	479,20	INSETICIDA
K-othrine	Deltametrina	29,00	KG	230,96	INSETICIDA
Bac-Control	<i>Bacillus thuringiensis</i>	1.396,00	KG	929,42	INSETICIDA
Actara	<i>Tiometoxan</i>	14,00	KG	94,45	INSETICIDA
Dipel	<i>Bacillus thuringiensis</i>	4.755,31	L	4.698,40	INSETICIDA
Finale	Glufosinato - sal de amônio	1.034,00	L	1.154,78	HERBICIDA
Óleo mineral	Óleo mineral	10.449,12	L	22.505,38	Óleo mineral
Óleo vegetal	Óleo vegetal	14.326,84	L	12.824,76	Óleo vegetal

Uso de Pesticidas e Outros Produtos Químicos 2022 (parcial)

N/A - EMF não usou pesticidas desde a última auditoria.

Nome comercial do pesticida	Ingrediente ativo	Quantidade aplicada desde a última avaliação (kg ou l)	Tamanho da área tratada desde a última avaliação (ha)	Razão de uso
Capture	Bifentrina	10,00 L	21,03	INSETICIDA
Isca formicida	Sulfluramida	490.435,99 KG	156.879,57	INSETICIDA
Nativo	Trifloxistrobina + Tebuconazol	1.598,20 L	3.322,55	FORMICIDA
Scout	Glifosato	130.265,80 KG	87.051,85	HERBICIDA
Fordor	Isoxaflutole	4.396,53 KG	23.705,10	HERBICIDA
Roundup Transorb	Glifosato	16.518,02 L	8.397,03	HERBICIDA
Valeos	Saflufenacil	48,45 KG	1.467,80	HERBICIDA
Missil	Haloxifope	86,92 L	243,52	HERBICIDA
Block	Oxyfluorfen	163,40 L	73,40	HERBICIDA
Flumyzin	Flumioxazina	85,00 L	337,73	HERBICIDA
Solara	Sulfentrazone	353,00 L	1.602,76	HERBICIDA
Evidence	Imidacloprid	524,25 KG	7.339,04	INSETICIDA
Actara	Tiometoxan	10,00 KG	100,20	INSETICIDA
Dipel	<i>Bacillus thuringiensis</i>	1.674,94 L	16.677,39	INSETICIDA
Óleo mineral	Óleo mineral	505,03 L	1.097,13	Óleo mineral
Óleo vegetal	Óleo vegetal	48.768,45 L	21.141,79	Óleo vegetal

7. DECISÃO DE CERTIFICAÇÃO

7.1. Recomendação de Certificação pela equipe de avaliação

A equipe de auditores avaliou o sistema de gestão do empreendimento e concluiu que o escopo de certificação (ver item 6) está adequado aos requisitos aplicáveis de manejo florestal.	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Com base nos resultados obtidos a equipe de auditores da SysFlor confirma que os objetivos da auditoria foram atingidos.	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Considerando que foi(oram) identificada(s) não conformidade(s) maior(es), ou outra situação que possa conduzir à suspensão ou ao cancelamento da certificação, a equipe de auditores recomenda que seja realizada uma análise crítica por pessoal competente, diferente daqueles que realizaram a auditoria, para a determinar se a certificação pode ser mantida.	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> N/A
O detentor do certificado demonstrou compromisso com a manutenção da conformidade com as normas aplicáveis do programa Cerflor. A equipe de auditoria da Sysflor recomenda que o certificado seja mantido, sujeito às auditorias de supervisão subsequentes e à resposta do EMF a qualquer Não Conformidade em aberto, dentro dos prazos estipulados.	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Para a certificação de UMF-múltipla (ou multi-site) o EMF demonstrou que o sistema de gestão controla as atividades em todos os sites, podendo-se prosseguir com a abordagem multi-site.	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> N/A
Comentários: O EMF possui compromisso com os P&C do CERFLOR na execução do manejo florestal, sendo recomendada a manutenção da certificação, assim como a inclusão de algumas novas fazendas no escopo.	

7.2. Decisão de Certificação da SysFlor

Análise crítica e parecer do responsável pela decisão de certificação	
As informações fornecidas pela equipe auditora são suficientes em relação aos requisitos e escopo de certificação?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Os objetivos da auditoria foram atingidos?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
O sistema de gestão certificado do cliente falhou persistentemente ou seriamente em atender aos requisitos de certificação, incluindo os requisitos para eficácia do sistema de gestão?	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Com base no relatório de auditoria, recomendação da equipe de avaliação responsável (item 7.1), comentários sobre as não conformidades e, onde aplicável, a correção e as ações corretivas tomadas pelo empreendimento, foi tomada a seguinte decisão de certificação:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Manutenção do certificado
<input type="checkbox"/>	Extensão do escopo do certificado
<input type="checkbox"/>	Redução de escopo do certificado

<input type="checkbox"/>	Suspensão do certificado
<input type="checkbox"/>	Cancelamento do certificado
Comentários gerais sobre a decisão: Recomenda-se a manutenção do certificado.	
